



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Rio de Janeiro – RJ

2016



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno, conforme Portaria CGU n.º 500/2016, pela Coordenação de Geral de Planejamento e Orçamento.

Rio de Janeiro – RJ

2016

Sumário

1. ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS
2. APRESENTAÇÃO
3. VISÃO GERAL DA UNIDADE
 - 3.1 Finalidade e Competências
 - 3.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade
 - 3.3 Ambiente de Atuação
 - 3.4 Organograma
 - 3.5 Macroprocessos finalísticos
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL
 - 4.1 Planejamento Organizacional
 - 4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos
 - 4.3 Desempenho Orçamentário
 - 4.4 Desempenho Operacional
 - 4.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho
5. GOVERNANÇA
 - 5.1 Descrição das estruturas de governança
 - 5.2 Informações sobre dirigentes e colegiados
 - 5.3 Atuação da unidade de auditoria interna
 - 5.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos
 - 5.5 Gestão de riscos e controles internos
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .
 - 6.1 Canais de acesso do cidadão
 - 6.2 Carta de Serviços ao Cidadão
 - 6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários
 - 6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
 - 7.1 Desempenho financeiro no exercício
 - 7.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos
 - 7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade
 - 7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas
8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO
 - 8.1 Gestão de pessoas
 - 8.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura
 - 8.3 Gestão da tecnologia da informação
 - 8.4 Gestão ambiental e sustentabilidade
9. GESTÃO CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE
 - 9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

9.3 Gestão Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

9.5 Gestão Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

10. ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I – Demonstrações Contábeis

Anexo II – Principais sistemas de informação do INPI

Anexo III – Treinamentos realizados em 2015

Anexo IV – Projetos desenvolvidos pela COSIS em 2015

Lista de Quadros

- Quadro A.3.4 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas
- Quadro A.3.5 – Macroprocessos Finalísticos
- Quadros A.4.3.1 – Ações de Responsabilidade do INPI – OFSS
- Quadros B.4.3.1 – Ações não Previstas LOA do Exercício - Restos a Pagar - OFSS
- Quadro A.4.3.3 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios
- Quadro B.4.3.3 – Resumo da Prestação de Contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.
- Quadro C.4.3.3 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do Relatório de Gestão
- Quadro D.4.3.3 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos
- Quadro E.4.3.3 – Transferências 2013-2015 - DICOD
- Quadro F.4.3.3 – Gestão dos recursos relativos aos repasses
- Quadro G.4.3.3 – Relatórios de acompanhamento da execução da obra
- Quadro A.4.3.3.1 – Unidades administrativas responsáveis por ações orçamentárias
- Quadro A.4.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação
- Quadro B.4.3.5 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa
- Quadro C.4.3.5 – Índice de Redução da Despesa
- Quadro D.4.3.5 – Participação de ME/EPP por valor contratado em dispensas
- Quadro E.4.3.5 – Participação de ME/EPP por valor contratado em dispensas (art. 24, inc. II, Lei 8666/93)
- Quadro F.4.3.5 – Participação de ME/ EPP por valor contratado em dispensas (art. 24, inc.I, II e X, Lei 8666/93)
- Quadro G.4.3.5 – Redução após Decreto nº 8.540/15
- Quadro A.4.4.2 – Objetivo fixado pelo PPA
- Quadro A.4.5.1 – Resultado da Carteira de Indicadores de Gestão do INPI
- Quadro A.4.5.2 – Descrição dos Indicadores de Gestão (Resolução PR INPI nº 99 / 2013)
- Quadro A.5.3 – Resultados das ações de auditoria realizadas no exercício
- Quadro A.5.3 – Atividades de Auditoria realizadas no exercício
- Quadro A.5.5 – Avaliação do Sistema de Controle Interno
- Quadro A.6.1 – Fale Conosco – 2013 – 2014 – 2015
- Quadro B.6.1 – Demandas do Sistema Ouvidoria (2013 – 2014 – 2015)
- Quadro A.6.3 – Pesquisa de Satisfação Sistema Fale Conosco – 2013 – 2014 – 2015
- Quadro B.6.3 – Pesquisa de Satisfação do Usuário (2013 – 2014- 2015)
- Quadro A.8.1.1 – Distribuição da Força de Trabalho
- Quadro B.8.1.1 – Força de Trabalho do INPI
- Quadro C.8.1.1 – Distribuição da Lotação Efetiva
- Quadro D.8.1.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas
- Quadro E.8.1.1 – Evasão de servidores
- Quadro A.8.1.1.1 – Quadro de Vagas do INPI
- Quadro A.8.1.2 – Despesas do pessoal

Quadro A.8.1.5 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Quadro A.8.1.6 – Modalidade das Ações de Capacitação Realizadas

Gráfico A.8.1.6 – Finalidade das Ações de Capacitação

Quadro B.8.1.6 – Ações de Capacitação por Área Temática

Quadro C.8.1.6 – Total Geral de Horas de Treinamento

Quadro D.8.1.6 – Carga Horária Total

Quadro A.8.2.1 – Quilometragem utilizada no contrato nº 027/2013

Quadro B.8.2.1 – Numero de diárias utilizadas no contrato nº 028/2013 em 2015

Quadro C.8.2.1 – Evolução dos gastos com contratação de veículos

Quadro A.8.2.2 – Veículos arrolados para alienação

Quadro A.8.2.3.1 – Quantidade de imóveis públicos de uso especial no INPI

Quadro A.8.2.5 – Custos de Locação de Imóveis de Terceiros

Quadro B.8.2.5 – Serviços de Manutenção dos imóveis locados pelo INPI

Quadro A.8.3.1 – Mapa Estratégico de TI

Quadro B.8.3.1 – Objetivos estratégicos de TI

Quadro A.8.3.5 – Força de trabalho TI

Quadro A.9.1 – Caracterização da determinação do TCU

Quadro A.9.2 – Recomendações da CGU

Quadro A.9.3 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Lista de tabelas

Tabela A.4.3.2 – Execução da LOA por Grupos Específicos de Despesas

Tabela A.4.3.4 – Receita do INPI – LOA e Arrecadação

Tabela A.5.4 – Atividade Disciplinar/2015

Tabela B.5.4 – Procedimentos Julgados/2015

Lista de figuras

Figura C.8.16 – Carga Horária Total

Figura D.8.1.6 – Servidores Capacitados no Mês

Figura A.8.2.1 – Relatório de horas trabalhadas x horas ociosas

Figura B.8.2.1 – Relatório de horas trabalhadas x horas ociosas

Figura C.8.2.1 – Relatório de viagens

Lista de Abreviações e Siglas

A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública
ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACAD – Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento
ACT – Acordo de Cooperação Técnica
AGU – Advocacia Gera l da União
ANCINE – Agência Nacional do Cinema
ANPEI – Associação de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras
ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar
APEX – Agência Brasileira de Promoção de Importações e Investimentos
AUDIBRA – Instituto dos Auditores Internos do Brasil
AUDIT – Auditoria Interna do INPI
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BR – Brasil
CAMAR I – Coordenação de Apoio de Marcas I
CAMAR II – Coordenação de Apoio de Marcas II
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBMB – Centro Brasileiro de Material Biológico
CEDIN – Centro de Disseminação da Informação Tecnológica
CEDPI - Centro de Defesa da Propriedade Intelectual
CEF – Caixa Econômica Federal
CENGE – Coordenação Geral de Engenharia
CETEC – Centro de Educação Corporativa
CGAD – Coordenação Geral de Administração
CGAR – Coordenação-Geral de Ação Regional
CGCI – Coordenação-Geral de Cooperação Internacional
CGCOM – Coordenação-Geral de Comunicação Social
CGIR – Coordenação-Geral de Indicações Geográficas e Registros
CGMAR I – Coordenação-Geral de Marcas I
CGMAR II – Coordenação-Geral de Marcas II
CGPAT I – Coordenação-Geral de Patentes I
CGPAT II – Coordenação-Geral de Patentes II
CGPAT III – Coordenação-Geral de Patentes III
CGPAT IV – Coordenação-Geral de Patentes IV
CGPCT – Coordenação-Geral do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes
CGPO – Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento
CGTEC – Coordenação-Geral de Contratos de Tecnologia
CGTI – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU – Controladoria-Geral da União
CNCP - Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Contrafação
COFIN – Coordenação de Finanças
COGER – Corregedoria do INPI
COIND – Coordenação de Fomento e Registro de Indicações Geográficas
CONAC – Coordenação de Cooperação Nacional
COSAP – Coordenação de Suporte Administrativo de Patentes
COTEC - Coordenação de Orientação Técnica
CPAD – Comissão de Processo Administrativo Disciplinar
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CTI – Comitê de Tecnologia da Informação
CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DAS – Direção e Assessoramento Superiores
DESIN – Divisão de Registro de Desenho Industrial
DI – Desenho Industrial
DIALI - Divisão de Averbação de Licenças
DICIG – Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros
DICOD – Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento
DICOL – Divisão de Contratos e Licitações
DIGEP – Divisão de Gestão de Projetos Estratégicos
DIMPS – Divisão de Material, Patrimônio e Suprimento
DIPTO – Divisão de Registro de Programas de Computador e Topografia de Circuitos Integrados
DIRAD – Diretoria de Administração
DIREC - Divisão de Registro de Contratos de Tecnologia
DIREG – Escritório de Difusão Regional
DIRMA – Diretoria de Marcas
DIRPA – Diretoria de Patentes
DNPI – Departamento de Propriedade Industrial
DN-TCU – Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União
DO – Denominação de Origem
DOU – Diário Oficial da União
DPLAD – Divisão de Planejamento e Desempenho Institucional
DPREC - Divisão de Promoção à Resolução de Conflitos em Propriedade Intelectual
DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração da Secretaria da Micro e Pequena Empresa
DSERV – Divisão de Serviços Gerais, Documentação e Arquivo
EaD – Educação à Distância
EBC – Empresa Brasil de Comunicação
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPO – Escritório Europeu de Patentes
ETIR – Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
GAB – Gabinete
GDAPI – Gratificação de Desempenho de Atividade da Área de Propriedade Industrial
GIPI – Grupo Interministerial da Propriedade Industrial
IEA – Índice de Execução Adequada das Iniciativas Estratégicas
IES – Instituições Públicas de Ensino Superior
IG – Indicação Geográfica
IN – Instrução Normativa
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Especiais
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
INPI/PR – Presidência do Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IP – Indicação de Procedência
IPAS – *Industrial Property Automation System*
IT-BSC – Information Technology Balanced Scorecard
LAI – Lei de Acesso à Informação
LOA – Lei Orçamentária Anual
LPI – Lei da Propriedade Industrial
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ME/EPP – Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
MP – Ministério do Planejamento

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NM – Nível Médio
NPC - Norma e Procedimento de Contabilidade
NS – Nível Superior
OCR – Reconhecimento Ótico de Caracteres
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OI – Orçamento de Investimento
OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual
OUVID – Ouvidoria
PAC – Plano Anual de Capacitação
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PCT – Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI – Plano Estratégico de TI
PI – Propriedade Intelectual
PLS – Plano de Logística Sustentável
POSIC – Política de Segurança da Informação e Comunicações
PPA – Plano Plurianual do Governo Federal
PPH – *Patent Prosecution Highway*
PPP – Plano de Providências Permanente
PR – Presidência
PR – Presidência do INPI
PROC – Procuradoria
PROSUL – Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia
PROSUR – Sistema de Cooperação sobre Aspectos de Informação Operacional e de Propriedade Industrial (PROSUL, sigla em português)
RAINT – Relatório de Auditoria Interna
RH – Recursos Humanos
RP – Restos a Pagar
RPI – Revista da Propriedade Industrial
SACOT – Serviço de Apoio Administrativo da Coordenação-Geral de Contratos de Tecnologia
SEADE – Serviço de Apoio dos Escritórios de Difusão Regional
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECON – Serviço de Contabilidade Geral
SEFIN – Serviço Financeiro
SEGEP – Secretaria de Gestão Pública
SEGEC – Serviço de Gerenciamento de Contratos
SELIQ – Serviço de Liquidação
SERPA – Serviço de Patrimônio
SFC – Secretaria Federal de Controle Interno
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
SIGINPI – Sistema Eletrônico de Gestão do INPI
SIOP – Sistema de Integrado de Planejamento e Orçamento
SISAC – Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISG – Sistema de Serviços Gerais
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria do Patrimônio da União

SRV – Sistema de Requisição de Veículos

TCE – Tomada de Contas Especial

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

TMRPL – Tempo Médio de Realização de Processo Licitatório

UG – Unidade Gestora

UGO - Unidade Gestora Orçamentária

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Operacional

APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão apresenta a síntese dos resultados das ações empreendidas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI no esforço de melhor cumprir sua finalidade junto à sociedade, bem como demonstra a utilização dos recursos orçamentários e financeiros colocados à sua disposição.

A elaboração do Relatório norteou-se pelas normas de organização e apresentação de relatórios e de peças complementares integrantes dos processos de contas da Administração Pública Federal, em especial, as disposições da IN TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno, conforme Portaria CGU n.º 500/2016.

Considerando que este Relatório de Gestão Individual será disponibilizado no Portal do INPI na internet — www.inpi.gov.br —, pretende-se que o documento forneça à sociedade elementos para a completa avaliação da gestão do Instituto em 2015.

Dada a sua finalidade legal, o INPI posiciona-se como o principal órgão executivo das normas que regulam a propriedade industrial no Brasil. O Instituto responde direta e predominantemente pelo objetivo governamental de “concessão de direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia”, estabelecido no programa “Desenvolvimento Produtivo” do PPA 2012-2015.

Uma avaliação pragmática desse objetivo governamental requer, necessariamente, uma análise das causas administrativas que explicam, em grande medida, a insuficiência dos resultados operacionais alcançados em 2015 e apontam os caminhos para a superação dos desafios enfrentados.

Um diagnóstico sumário, e conhecido, indica que o problema central a ser enfrentado é de natureza operacional: o atraso na concessão de direitos de propriedade industrial, particularmente relativos a marcas e patentes, decorrente do acúmulo de pedidos pendentes de exame ou decisão, conhecido como “*backlog*”.

A capacidade de produção do INPI, é claramente insuficiente para garantir a eficiência na prestação de serviços aos usuários do sistema nacional de propriedade industrial – em especial, a indústria e instituições científicas e tecnológicas. Desde 2012, para tomar como base o período de vigência do PPA 2012-2015, o tempo médio de decisão de pedidos de patente cresce ano após ano no Brasil. Já o tempo médio de exame dos pedidos de registros de marca apenas a partir de 2014 deu sinais de melhora, porém sempre distante da meta de nove meses estabelecida no nesse último planejamento plurianual do governo federal.

O custo da ineficiência do sistema de propriedade industrial para o país é alto, porém evitável. A solução do problema é conhecida, autofinanciável e respaldada em boas práticas internacionais. Uma estratégia viável e efetiva de enfrentamento do *backlog* exige a conjugação de duas linhas de ação complementares: a melhoria da produtividade e o aumento da escala de produção do INPI.

A melhoria produtividade requer, essencialmente, medidas administrativas focalizadas na automação e otimização dos processos de exame do INPI e, complementarmente, na cooperação técnica com escritórios de propriedade industrial de referência internacional. Nesse sentido, programas e ações institucionais foram definidos pela Presidência do INPI e iniciaram o seu planejamento e execução em 2015, mas os resultados começarão a aparecer mais fortemente a partir de 2016.

Todavia, ganhos de produtividade são necessários, mas insuficientes para a solução estrutural e sustentável do problema do *backlog*. O desafio também é de escala. A carga de trabalho de um examinador de patentes do INPI é excessiva se comparada com o padrão dos principais escritórios de propriedade industrial do mundo. Além disso, a demanda por patentes que chega anualmente ao INPI é considerada aquém do potencial da economia brasileira, se comparada com a realidade de outros países de economias dinâmicas. Em suma: o número de examinadores do INPI é insuficiente e incompatível com a demanda e o estoque de pedidos de patentes pendentes de decisão.

O INPI é reconhecido como uma autoridade técnica internacional. Os prazos elevados para concessão de patentes e registros de marcas, todavia, comprometem a imagem do Instituto. Quando o INPI aliar qualidade técnica a padrões de eficiência operacional de classe mundial, o Brasil conquistará posição de referência no sistema internacional de propriedade industrial.

O fortalecimento do INPI é, portanto, o caminho para o Brasil avançar no sentido de conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica.

3. Visão Geral da Unidade

3.1. Finalidade e Competências

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, autarquia federal criada pela Lei n.º 5.648, de 11 de dezembro de 1970, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, tem por finalidade principal executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a propriedade industrial, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica, bem como pronunciar-se quanto à conveniência de assinatura, ratificação e denúncia de convenções, tratados, convênios e acordos sobre propriedade industrial.

O INPI é o órgão responsável no país por conceder patentes e registros de marcas, de desenhos industriais e de indicações geográficas, assim como por averbar contratos de transferência de tecnologia e de franquia empresarial, nos termos da Lei n.º 9.279/1996. Ao INPI também competem os registros de programas de computador e de topografias de circuito integrado, conforme estabelecem o Decreto n.º 2.556/1998 e a Lei n.º 11.484/2007, respectivamente. Além disso, de acordo com suas competências regimentais, o INPI também desenvolve ações objetivando promover a disseminação da cultura da propriedade industrial.

Sob o sistema de proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, novos produtos foram inventados, novos usos para antigos produtos foram descobertos e oportunidades de emprego foram criadas para os brasileiros. A força da economia brasileira depende em grande parte de mecanismos eficazes que protejam novas ideias e investimentos em inovação e criatividade. A contínua e crescente demanda por patentes, marcas e desenhos industriais ao longo dos anos no INPI ressalta a engenhosidade dos empreendedores e inventores brasileiros e é consequência dos esforços do INPI de fortalecimento do sistema de propriedade industrial como instrumento de capacitação e competitividade, condições fundamentais para alavancar o desenvolvimento tecnológico e econômico nacional.

O Instituto é responsável, juntamente com o MDIC, por todo o Objetivo 0881 do Programa Temático 2055 – Desenvolvimento Produtivo do Plano Plurianual - PPA, cuja importância está ligada à concessão de direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.

3.2. Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

O INPI foi criado pela Lei n.º 5.648, de 11 de dezembro de 1970. O Decreto n.º 7.356, de 12 de novembro de 2010, aprovou a atual Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções Comissionadas e das Funções Gratificadas do Instituto. O regimento interno do INPI foi aprovado conforme Portaria n.º 149, de 15 de maio de 2013, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

3.3. Ambiente de Atuação

O INPI desempenha papel estratégico no contexto das políticas de desenvolvimento. Com as transformações ocorridas no cenário econômico internacional, o Instituto passa a ter um papel de suma importância. Os ativos imateriais ocupam local central na economia globalizada, cada vez mais dependente de sistemas eficientes para a sua apropriação e comercialização.

Em tal contexto, a existência de um instituto nacional de propriedade intelectual, como o INPI, se justifica pela necessidade de se ter no País um ambiente onde se possam efetuar, com segurança, transações envolvendo ativos intangíveis. Tal natureza de atividades é típica dos

processos de inovação que constroem a competitividade das empresas na chamada “Economia do Conhecimento”.

Desde a sua criação, o INPI vem enfrentando ao longo dos anos o desafio central de manter uma estrutura operacional capaz de garantir o cumprimento exemplar da sua finalidade legal, de exame e concessão de direitos de propriedade industrial e de registro de programas de computador, com padrões de desempenho comparáveis aos melhores institutos congêneres do mundo.

Deter portfólios de marcas, patentes e outras formas de propriedade intelectual se afirma, no mundo inteiro, como fundamental para conquista e manutenção da competitividade, especialmente nos mercados de maior valor agregado. É tímida, contudo, a participação dos brasileiros no sistema internacional de proteção e, no que tange às patentes, são poucas ainda até mesmo às solicitações por direitos no território brasileiro.

Ações educacionais e de promoção deverão levar informações e meios para que cidadãos e empresas de todos os portes protejam sua propriedade intelectual no Brasil e nos demais mercados relevantes.

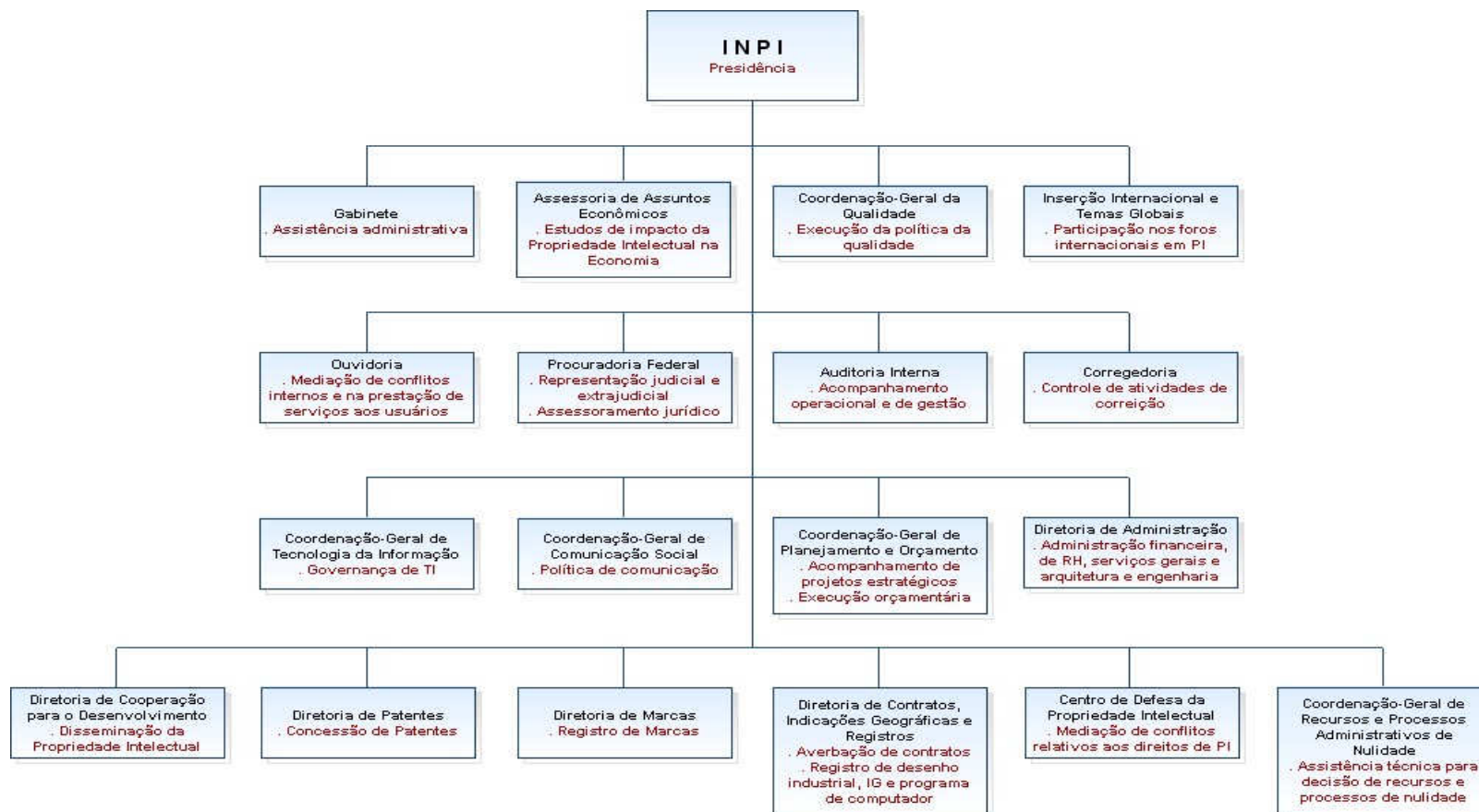
As informações contidas nos documentos de patentes refletem o estado da técnica nos diversos campos e setores de atividades. Expandir e aprimorar a disseminação desse conhecimento favorecerá o desenvolvimento tecnológico das empresas e subsidiará o governo na formulação de políticas públicas de desenvolvimento industrial.

Nesse ambiente, faz sentido uma estratégia de atuação que conjugue o esforço permanente de suprir a capacidade operacional e fazer funcionar o INPI, com o trabalho de conscientização e capacitação do público nacional para o uso estratégico da propriedade intelectual.

3.4. Organograma

O Regimento Interno do INPI, aprovado pela Portaria MDIC nº149, de 15 de maio de 2013, em conformidade com o Decreto nº 7.356, de 12 de novembro de 2010, detalha as unidades administrativas integrantes da estrutura regimental do Instituto, suas competências e as atribuições de seus dirigentes.

Figura A.3.4 – Organograma Funcional



Quadro A.3.4 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Diretoria de Patentes - DIRPA	Analisar e decidir acerca de privilégios patentários	Júlio César Castelo Branco Reis Moreira	Diretor de Patentes	2015
Coordenação-Geral do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes - CGPCT	Exercer as atividades inerentes à Autoridade Internacional no Brasil e ao Organismo designado ou eleito brasileiro segundo o Tratado PCT	Cátia Regina Pinho Gentil da Silva	Coordenador-Geral	2015
Coordenação-Geral de Patentes I - CGPAT I	Proceder ao exame técnico e demais assuntos relacionados à concessão de patente	Liane Elizabeth Caldeiras Lage	Coordenador-Geral	2015
Coordenação-Geral de Patentes II - CGPAT II	Proceder ao exame técnico e demais assuntos relacionados à concessão de patente	Claudia Santos Magioli	Coordenador-Geral	2015
Coordenação-Geral de Patentes III - CGPAT III	Proceder ao exame técnico e demais assuntos relacionados à concessão de patente	Roberto Ferreira Santos	Coordenador-Geral	Janeiro a 12/08/2015
		Vagner Luis Latsch	Coordenador-Geral Substituto	A partir de 13/08/2015
Coordenação-Geral de Patentes IV - CGPAT IV	Proceder ao exame técnico e demais assuntos relacionados à concessão de patente	Carlos Alberto Maier Hage	Coordenador-Geral	2015
Coordenação de Suporte Administrativo de Patentes - COSAP	Exercer as atividades de processamento administrativo para a concessão de patente	Sheila Kilins Gehrt	Coordenador	2015

Continuação do Quadro A.3.4 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Diretoria de Marcas – DIRMA	Analisar e decidir acerca de pedidos de registro de marca	Vinicius Bogéa Câmara	Diretor de Marcas	2015
Coordenação-Geral de Marcas I – CGMAR I	Proceder ao exame técnico e demais assuntos relacionados à concessão de registros de marca	Suzana Barros Gonçalves	Coordenador-Geral	Janeiro a 17/12/2015
		Leila Silva Campos	Coordenadora-Geral Substituta	A partir de 18/12/2015
Coordenação-Geral de Marcas II – CGMAR II	Proceder ao exame técnico e demais assuntos relacionados à concessão de registros de marca	Silvia Rodrigues de Freitas	Coordenador-Geral	Janeiro a 18/08/2015
		Schmuell Lopes Cantanhede	Coordenador-Geral Substituto	A partir de 19/08/2015
Coordenação de Apoio de Marcas I - CAMAR I	Exercer as atividades de processamento de petições de transferência de titularidade, de alteração de nome e endereço, de limitação ou ônus; de triagem e distribuição de petições; de notificação de petições; de expedição de certificados de registro, cópias oficiais e certidões de andamento	Marco Antonio de Oliveira	Coordenador	Janeiro de 2015 a 09/12/2015
		Gerardo Pessoa Pinto Silveira	Coordenador Substituto	De 10/12/2015 a 23/12/2015
			Coordenador	A partir de 24/12/2015
Coordenação de Apoio de Marcas II - CAMAR II	Proceder ao exame formal de pedidos de registro de marca; prestar atendimento e orientação aos usuários de marcas; expedir certidões de busca; executar a gestão documental dos processos de registro de marca	Marcelo Luiz Soares Pereira	Coordenador	2015

Continuação do Quadro A.3.4 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros - DICIG	Analisar e decidir acerca de licenças de transferência de tecnologia e dos registros de desenho industrial, programa de computador e indicação geográfica	Breno Bello de Almeida Neves	Diretor	2015
Coordenação-Geral de Contratos de Tecnologia - CGTEC	Exercer as atividades de análise quanto à averbação/registro de contratos de licenças; e orientar a prestação de informações aos usuários a respeito dos serviços e procedimentos para o licenciamento de direitos de propriedade industrial, e outras formas de transferência de tecnologia e franquias	Lia de Medeiros	Coordenador-Geral	Janeiro a 04/10/2015
		Laura Noemia Cezar Vasconcellos Barros	Coordenadora-Geral Substituta	De 05/10/2015 a 17/11/2015
		Mauro Catharino Vieira da Luz	Coordenador-Geral	A partir de 19/11/2015
Serviço de Apoio Administrativo da Coordenação-Geral de Contratos de Tecnologia - SACOT	Exercer as atividades de processamento administrativo de licenciamento de direitos de propriedade industrial	Rosane Ferreira Medeiros	Chefe	Janeiro a 02/11/2015
		Ana Paula Saraiva Melloni	Chefe	A partir de 03/11/2015
Coordenação-Geral de Indicações Geográficas e Registros - CGIR	Planejar, coordenar e dar suporte às atividades relativas ao registro de desenho Industrial, programa de computador, indicação geográfica e topografia de circuito integrado	Lúcia Regina Rangel de Moraes Valente Fernandes	Coordenadora-Geral	2015
Divisão de Registro de Desenho Industrial - DESIN	Analisar os pedidos de registro de desenho industrial; proceder à classificação e ao exame técnico dos pedidos de registro de desenho industrial; propor a instauração da nulidade de ofício	Edson Rufino de Souza	Chefe de Divisão Substituto	Janeiro a 26/10/2015
		Matheus Mariani de Souza	Chefe de Divisão	A partir de 27/10/2015
Divisão de Registro de Programas de Computador e Topografia de Circuitos Integrados - DIPTO	Examinar pedidos de registro de programa de computador e de topografia de circuito Integrado	Rodrigo Moerbeck de Almeida Rego	Chefe de Divisão	Janeiro a 01/03/2015
		Claudia de Cassia Torres	Chefe de Divisão	A partir de 28/04/2015
Coordenação de Fomento e Registro de Indicações Geográficas - COIND	Examinar os pedidos de registro de indicações geográficas e demais petições, assim como fomentar e apoiar a formulação de tais propostas; orientar o público com relação aos mecanismos de proteção e formalização do registro	Luiz Claudio de Oliveira Dupim	Coordenador	2015

Continuação do Quadro A.3.4 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento - DICOD	Promover uma maior participação de brasileiros nos sistemas de proteção da propriedade intelectual e disseminar a missão do INPI junto à sociedade brasileira	Denise Nogueira Gregory	Diretora	2015
Centro de Disseminação da Informação Tecnológica - CEDIN	Promover o uso estratégico da informação tecnológica contida em documentos de patentes por intermédio de estudos e radares tecnológicos, além da manutenção e tratamento da documentação de informação tecnológica	Luiz Gomes Ribeiro Filho	Coordenador-Geral	2015
Coordenação-Geral de Cooperação Internacional - CGCI	Promover a cooperação técnica com demais escritórios de propriedade intelectual e organismos internacionais, visando à competitividade e ao desenvolvimento tecnológico e econômico do País	Leopoldo Nascimento Coutinho	Coordenador-Geral	Janeiro a 19/10/2015
		Iloana Peyroton da Rocha Paes	Coordenadora-Geral Substituta	A partir de 20/10/2015
Coordenação-Geral de Ação Regional - CGAR	Coordenar as atividades desenvolvidas pelas unidades regionais do INPI, em especial a difusão e a promoção de um crescente entendimento dos mecanismos de propriedade industrial por parte dos atores locais de inovação nas áreas de influência de cada regional	Antônio Carlos Pereira Coelho	Coordenador-Geral	2015
Coordenação de Cooperação Nacional - CONAC	Estimular o processo de inovação e de políticas institucionais de propriedade intelectual de empresas, universidades e instituições de pesquisa brasileiras, por intermédio de acordos de cooperação técnica	Esther Vigotov	Coordenadora	2015
Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento - ACAD	Promover o ensino e a pesquisa da propriedade intelectual em nível de pós-graduação, evidenciando sua relação com a inovação e o desenvolvimento tecnológico, econômico, social e cultural, bem como promover a capacitação de atores do sistema brasileiro de inovação	Rita de Cássia Pinheiro Machado	Coordenadora-Geral	2015

Fonte: Tabela de Estrutura da DIARH, atualizada através das Portarias de designação e dispensa.

3.5 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos do INPI, estabelecidos sob a ótica das competências legais, constituem os conjuntos de atividades pelos quais o Instituto cumpre sua missão, gerando valor para os seus usuários, sejam estas pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, residentes ou não no território nacional, compreendendo os setores industrial, científico-tecnológico, acadêmico e governamental do País.

A atuação finalística do Instituto é estruturada em dez macroprocessos: concessão de patente; concessão de registro de marca; concessão de registro de desenho industrial; concessão de registro de programa de computador; concessão de registro de indicação geográfica; concessão de registro de topografia de circuito integrado; averbação de contratos envolvendo direitos de propriedade industrial, transferência de tecnologia e franquia empresarial; disseminação de informação tecnológica; ensino e pesquisa em propriedade intelectual; e fomento ao uso estratégico de propriedade intelectual.

No quadro A.3.5 são apresentados os macroprocessos definidos para o Instituto, com os respectivos processos, produtos e serviços, clientes e unidades administrativas responsáveis. Cumpre observar que esse modelo lógico de visão sistêmica está em contínua construção, podendo as definições dos macroprocessos e de seus respectivos processos vir a evoluir, por meio de acréscimos ou redefinições de seus escopos.

Quadro A.3.5 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocesso 1: Concessão de Registro de Marca			
Unidade Responsável: Diretoria de Marcas			
Descrição / Atividades	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Os pedidos de registro de marca apresentados ao INPI são submetidos a um exame formal preliminar. Se atendidas as condições mínimas de admissibilidade, o pedido é publicado na RPI para apresentação de oposição por terceiros. Caso seja apresentada oposição, o interessado é intimado a se manifestar. Após esses prazos, o pedido aguarda o exame de mérito, durante o qual podem ser formuladas exigências. Ao fim do exame, decide-se o pedido, deferindo ou indeferindo. Deferido o pedido, o interessado deve pagar os valores correspondentes, para que então seja concedido o registro de marca e expedido o certificado.	Certificado de registro de marca	- Indústria Nacional;	CGMAR I CGMAR II CAMAR I CAMAR II
	Parecer técnico de exame	- Centros e Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento;	
	Cópia oficial	- Universidades;	
	Certidão de busca	- Pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, residentes ou não no território nacional.	
	Certidão de andamento		

Continuação do Quadro A.3.5 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Macroprocesso 2: Concessão de Patente			
Unidade Responsável: Diretoria de Patentes			
Descrição / Atividades	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
<p>É um título de propriedade temporário outorgado pelo Estado, por força de lei, que confere ao seu titular, ou seus sucessores, o direito de impedir terceiros, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar a venda, vender ou importar produto objeto de sua patente e/ou processo ou produto obtido diretamente por processo por ele patenteado. A concessão da patente é um ato administrativo declarativo, ao se reconhecer o direito do titular, e atributivo (constitutivo), sendo necessário o requerimento da patente e o seu trâmite junto à administração pública.</p> <p>A partir do depósito do pedido de patente os documentos apresentados são submetidos a exame formal. Assim que terminado o período de sigilo, o pedido é publicado na RPI. Se requerido, o pedido de patente é submetido ao exame técnico que decidirá pelo deferimento ou indeferimento do pedido. Caso deferido, é emitida a Carta-Patente.</p>	Documento de publicação do pedido de patente	<p>- Indústria Nacional;</p> <p>- Centros e Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento;</p> <p>- Universidades;</p> <p>- Pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, residentes ou não no território nacional.</p>	<p>COSAP CGPCT CGPAT I CGPAT II CGPAT III CGPAT IV</p>
	Parecer de exame técnico		
	Carta-Patente		
	Documento de publicação da patente		

Macroprocesso 3: Averbação de Contratos envolvendo Direitos de Propriedade Industrial, Transferência de Tecnologia e Franquia Empresarial.			
Unidade Responsável: Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros / CGTEC			
Descrição / Atividades	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
<p>A partir da apresentação do requerimento de averbação, os documentos são submetidos à análise, que decidirá pela averbação, cumprimento de exigências ou indeferimento.</p> <p>Quando o requerimento for deferido é emitido o Certificado de Averbação.</p>	Documento de publicação dos requerimentos	<p>- Indústria Nacional;</p> <p>- Centros e Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento;</p> <p>- Universidades;</p> <p>- Pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, residentes ou não no território nacional.</p>	<p>COTEC/ SACOT DIREC/ DIALI</p>
	Parecer de exame técnico		
	Certificado de averbação		
	Documento de publicação dos certificados e indeferimentos		
	Analisar e aprovar os registros de operações financeiras (RDE/ROF) no SISBACEN, relativos à Transferência de Tecnologia.		

Continuação do Quadro A.3.5 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Macroprocesso 4: Concessão de Registro de Desenho Industrial			
Unidade Responsável: Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros / CGIR			
Descrição / Atividades	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
<p>O registro de desenho industrial protege a forma externa ornamental de um objeto ou o conjunto de linhas e cores aplicado a um produto, desde que apresentem um resultado novo e original e que seja passível de produção industrial. O registro de DI concedido confere ao titular propriedade temporária sobre o desenho industrial e o direito de excluir terceiros de fabricação, comercialização, uso, venda e etc. sem sua prévia autorização, em território nacional.</p> <p>A partir do depósito do pedido de Certificado de Registro de Desenho Industrial, os documentos apresentados são submetidos ao exame formal preliminar. Caso o pedido esteja apto, a publicação de depósito é feita na RPI e o pedido segue para o exame técnico. Caso esteja tecnicamente apto, o pedido é deferido, a concessão é publicada na RPI e o Certificado de Registro de Desenho Industrial é emitido.</p>	Documento de publicação do pedido de registro de desenho industrial	<ul style="list-style-type: none"> - Indústria Nacional; - Centros e Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento; - Universidades; - Pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, residentes ou não no território nacional. 	DESIN
	Parecer de exame técnico		
	Documento de publicação do desenho industrial		
	Certificado de registro de desenho industrial		

Macroprocesso 5: Concessão de Registro de Computador			
Unidade Responsável: Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros / CGIR			
Descrição / Atividades	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
<p>A critério do titular dos direitos patrimoniais relativos ao programa de computador, o registro do programa poderá ser solicitado ao INPI para segurança dos direitos autorais a ele relativos imediatamente após sua data de criação.</p> <p>A partir do depósito do pedido de Certificado de Registro de Programa de Computador, faz-se a publicação do pedido na RPI e os documentos apresentados são submetidos ao exame formal. Caso esteja apto, o pedido concedido é deferido e a concessão publicada na RPI. Após, o Certificado de Registro de Programa de Computador é emitido.</p>	Exame de registrabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Indústria Nacional; - Centros e Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento; - Universidades; - Pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, residentes ou não no território nacional. 	DIPTO
	Certificado de registro de programa de computador		

Continuação do Quadro A.3.5 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Macroprocesso 6: Concessão de Registro de Indicação Geográfica			
Unidade Responsável: Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros / CGIR			
Descrição / Atividades	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
<p>O registro de IG delimita a área de produção de certa qualidade e/ou tradição de determinado produto ou serviço, garantindo sua proteção e diferenciação no mercado, restringindo seu uso aos produtores da região onde, mantendo os padrões locais, e impedindo que outras pessoas utilizem o nome da região em produtos ou serviços indevidamente.</p> <p>O registro de indicações geográficas foi estabelecido pela Lei 9279/96 – LPI/96 e considera indicação geográfica a indicação de procedência e a denominação de origem, dando ao INPI a competência para estabelecer as condições deste registro. A indicação de procedência refere-se ao nome do local que se tornou conhecido por produzir, extrair ou fabricar determinado produto ou prestar determinado serviço. A denominação de origem refere-se ao nome do local, que passou a designar produtos ou serviços, cujas qualidades ou características podem ser atribuídas a sua origem geográfica.</p> <p>A partir do depósito do pedido de Registro de Indicação de Procedência ou de Denominação de Origem, os documentos apresentados são submetidos ao exame formal. Caso o pedido esteja apto, este é publicado na RPI para manifestação de terceiros em até 60 dias, com possibilidade de contestação do requerente. Após este prazo, é feito o exame quanto à concessão ou não do pedido. A decisão é publicada na RPI e o registro pode ser emitido.</p>	<p>Documento de publicação do pedido de registro de IP ou DO</p> <p>Parecer de exame técnico</p> <p>Documento de publicação do registro de IP ou DO</p> <p>Certificado de registro IP ou DO</p>	<p>- Indústria Nacional;</p> <p>- Centros e Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento;</p> <p>- Universidades;</p> <p>- Pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, residentes ou não no território nacional</p>	COIND
Macroprocesso 7: Concessão de Registro de Topografia de Circuito Integrado			
Unidade Responsável: Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros / CGIR			
Descrição / Atividades	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
<p>Topografia de circuito integrado significa uma série de imagens relacionadas, construídas ou codificadas sob qualquer meio ou forma, que represente a configuração tridimensional das camadas que compõem um circuito integrado, e na qual cada imagem represente, no todo ou em parte, a disposição geométrica ou arranjos da superfície do circuito integrado em qualquer estágio de sua concepção ou manufatura. O registro de topografia de circuito integrado confere ao seu titular o direito exclusivo de explorá-la. A proteção da topografia será concedida por 10 anos contados da data do depósito ou da primeira exploração, o que tiver ocorrido primeiro.</p>	<p>Exame formal de registrabilidade</p>	<p>- Indústria Nacional;</p> <p>- Centros e Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento;</p> <p>- Universidades;</p> <p>- Pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, residentes ou não no território nacional.</p>	COIND

<p>A partir do depósito do pedido de Registro de Topografia de Circuito Integrado existe a publicação do pedido na RPI e os documentos apresentados são submetidos ao exame. Caso o pedido seja apto, o pedido concedido é deferido e a concessão publicada na RPI. Após, o Certificado de Registro de Topografia de Circuito Integrado é emitido.</p>	<p>Certificado de registro de topografia de circuito integrado</p>		
--	--	--	--

Macroprocesso 8: Disseminação de Informação Tecnológica Unidade Responsável: Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento			
Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
<p>Fornecimento de informações atualizadas e as tendências do desenvolvimento tecnológico nos diversos segmentos industriais, em âmbitos nacional e internacional.</p>	<p>Estudos de monitoramento setorial e radares tecnológicos</p>	<p>- Setores industrial, científico-tecnológico, acadêmico, e governamental</p>	<p>CEDIN</p>

Macroprocesso 9: Ensino e Pesquisa em Propriedade Intelectual Unidade Responsável: Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento			
Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
<p>Promoção de cursos e seminários em propriedade intelectual para maior entendimento do tema, além de linhas de pesquisa permanente na área de PI.</p>	<p>Mestrado e Doutorado em PI</p> <p>Cursos de curta duração e à distância em PI</p>	<p>- Estudantes;</p> <p>- Pesquisadores;</p> <p>- Professores;</p> <p>- Gestores de tecnologia.</p>	<p>ACAD</p>

Macroprocesso 10: Fomento ao uso estratégico de Propriedade Intelectual Unidade Responsável: Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento			
Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
<p>Disseminação da cultura de proteção à PI, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica (ACT's) com instituições de âmbito nacional, com vistas a estabelecer um crescente entendimento sobre o Sistema de PI e aumentar a participação de nacionais.</p>	<p>Acordos de Cooperação Técnica com instituições brasileiras para realização de seminários, workshops, visitas técnicas, cursos, estudos e publicações.</p>	<p>- Universidades;</p> <p>- Instituições de Pesquisa;</p> <p>- Entidades governamentais;</p> <p>- Empresas (atendidas por intermédio de representações de classes, entidades empresarias, agências de fomento e Federações de Indústria).</p>	<p>CONAC</p>

4. Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional

4.1. Planejamento Organizacional

O sistema de planejamento do INPI é composto pelos seguintes instrumentos de referência, que se encontram em níveis diferentes de sistematização: o Plano Estratégico, fixando o direcionamento institucional de mais alto nível; o Plano Plurianual – PPA que estabelece os objetivos, metas e iniciativas quadrienais de governo relacionados à política de propriedade intelectual, em geral, e ao INPI, em particular; os planos de ação internos definindo agendas prioritárias anuais ou bienais; e também os planos setoriais específicos, como por exemplo, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

4.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

Tendo em vista sua finalidade legal e competências institucionais, a atuação do INPI em 2015 foi orientada pelo objetivo estratégico geral de “concessão de direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia”, estabelecido como objetivo governamental no programa “Desenvolvimento Produtivo” do PPA 2012-2015.

Este objetivo estratégico geral desdobra-se em objetivos estratégicos específicos vinculados aos temas finalísticos centrais do planejamento institucional: o exame e concessão de direitos de propriedade intelectual¹; e a disseminação da cultura de propriedade intelectual no País.

No que se refere ao exame e concessão de direitos de propriedade intelectual, o objetivo estratégico é a redução progressiva e estrutural do “*backlog*”, por meio do esforço permanente de suprir a capacidade operacional e fazer funcionar o INPI.

No campo da disseminação da cultura de propriedade intelectual, o objetivo estratégico do INPI é promover a maior participação de brasileiros nos sistemas de proteção da propriedade intelectual, por meio do trabalho de conscientização e capacitação do público nacional para o uso estratégico da propriedade intelectual.

4.1.2. Estágio de implementação do Planejamento Estratégico

Em 2015, o planejamento dos resultados, ações e recursos institucionais foi direcionado para o enfrentamento do principal problema estratégico do INPI: o “*backlog*” de exame e concessão de direitos de propriedade industrial.

Nesse sentido, foi dada continuidade a execução do “Plano de Redução do *Backlog* do INPI”, estruturado em três eixos de ações operacionais e administrativas prioritárias para o biênio 2014-2015: 1) Colaboração técnica; 2) Adequação de pessoal; e 3) Otimização e automação de processos.

Em paralelo, foi retomado o processo de planejamento estratégico institucional que será concluído no primeiro trimestre de 2016.

¹ Propriedade industrial e registros de programa de computador e de topografia de circuito integrado.

4.1.3. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

O INPI vem enfrentando ao longo dos anos o desafio central de manter uma estrutura operacional capaz de garantir o cumprimento da sua finalidade legal primordial, de exame e concessão de direitos de propriedade industrial e de registro de programas de computador.

Contudo, é tímida a participação dos brasileiros no sistema internacional de proteção e, no que tange às patentes, são poucas ainda até mesmo às solicitações por direitos no território brasileiro. Ações educacionais e de promoção deverão levar informações e meios para que cidadãos e empresas de todos os portes protejam sua propriedade intelectual no Brasil e nos demais mercados relevantes.

Além disso, expandir e aprimorar a disseminação das informações contidas nos documentos de patentes favorecerá o conhecimento sobre as soluções tecnológicas disponíveis para o setor industrial e subsidiará o governo na formulação de políticas públicas de desenvolvimento industrial.

Nesse contexto, faz sentido uma estratégia de atuação institucional que conjugue o foco no cumprimento da finalidade principal do INPI, de concessão de direitos de propriedade intelectual, com o trabalho de conscientização e capacitação do público nacional para o uso estratégico da propriedade intelectual.

Tradicionalmente, os processos de planejamento institucional buscam estruturar e definir as diretrizes e prioridades de atuação finalística do INPI tendo como referência esses dois grandes desafios estratégicos, condicionando, todavia, a efetiva alocação de recursos humanos e financeiros aos cenários de restrições administrativas e financeiras.

O ano de 2015 foi marcado por um severo contingenciamento orçamentário. Além disso, a não autorização de nomeação dos candidatos aprovados em concurso realizado em 2014, agravou ainda mais o quadro de carência de examinadores do INPI. Nesse cenário restritivo, o planejamento do INPI priorizou a alocação de recursos e a execução de ações de maior impacto no enfrentamento do problema estratégico central: a redução do “backlog”.

O “Plano de Redução do *Backlog* do INPI” para o biênio 2014-2015, combinado com o PPA 2012-2015, direcionaram a atuação institucional em 2015 que, de forma realista e equilibrada, manteve-se alinhada às competências legais e aos desafios estratégicos do INPI.

4.2. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

O INPI dispõe de duas instâncias corporativas de monitoramento e avaliação da execução das ações e dos resultados institucionais: as reuniões de diretoria; e a Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento – CGPO.

As reuniões de diretoria são o fórum de decisão colegiada dos dirigentes do INPI, contando com a participação fixa do presidente, do vice-presidente e dos diretores. O chefe de gabinete da Presidência é responsável pelo registro das reuniões de diretoria. Os assessores da Presidência e os gestores das demais unidades vinculadas à Presidência participam das reuniões de diretoria, quando convocados.

Os temas e questões de alcance institucional, que demandem conhecimento ou decisão colegiada dos dirigentes do INPI, são apresentados nas reuniões de diretoria. O monitoramento e avaliação das metas e projetos prioritários são um exemplo disso.

Compete à Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento – CGPO, por intermédio da Divisão de Gestão de Projetos Estratégicos - DIGEP e da Divisão de Planejamento e Desempenho Institucional - DPLAD, prestar assessoramento técnico à Presidência no gerenciamento de projetos e no planejamento e avaliação do desempenho institucional.

A DIGEP/CGPO atua como um escritório de projetos corporativo. Em 2015, a metodologia de gerenciamento de projetos do INPI foi revisada. Foi elaborada minuta do Manual de Gerenciamento de Projetos do INPI e iniciada a sua aplicação-teste no gerenciamento do projeto “Descentralização das atividades de exame de marcas e patentes no INPI”², uma das iniciativas operacionais priorizadas pela Presidência, com foco na melhoria da produtividade das atividades de exame e concessão de direitos de propriedade industrial. Para 2016, está prevista a institucionalização da nova metodologia de gerenciamento de projetos do INPI, com a publicação formal do Manual, e a expansão da sua aplicação a toda carteira de projetos a ser definida no processo de planejamento estratégico institucional.

A DPLAD/CGPO atua no apoio técnico ao monitoramento e avaliação das metas e resultados dos planos institucionais, incluindo o plano estratégico e o plano plurianual (PPA). Como parte desse trabalho, produz relatórios de acompanhamento das metas institucionais e coordena a elaboração, o monitoramento e a avaliação da Carteira de Indicadores de Gestão do INPI, composta por um conjunto de indicadores de desempenho operacional e administrativo em nível institucional.

² O objetivo do projeto é implantar a atividade de exame de marcas e patentes nas unidades regionais do INPI.

4.3. Desempenho Orçamentário

4.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade do Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Os Quadros a seguir dispõem sobre as dimensões física e financeira da execução das ações estabelecidas na Lei Orçamentária Anual 2015. Cumpre observar que informações sobre ações do Orçamento de Investimento não se aplicam a esta UJ.

Quadros A.4.3.1 – Ações de Responsabilidade do INPI – OFSS

Identificação da Ação							
Código	6481		Tipo: Atividade				
Descrição	Disseminação de Informações Tecnológicas						
Iniciativa	Ampliação do acesso e contratação de novos bancos de dados nacionais e internacionais						
Objetivo	Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia. Código: 0881						
Programa	Desenvolvimento Produtivo		Código: 2055		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	28203						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	3.396.680,00	3.396.680,00	2.646.016,33	1.727.551,30	1.727.551,30	-	918.465,03
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
-	Informação Disseminada			Unidade	202.000	-	173.759
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial e SIOP.

Continuação dos Quadros A.4.3.1 – Ações de Responsabilidade do INPI – OFSS

Identificação da Ação							
Código	7F44		Tipo: Projeto				
Descrição	Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico						
Iniciativa	Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico						
Objetivo	Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia. Código: 0881						
Programa	Desenvolvimento Produtivo		Código: 2055		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	28203						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	1.500.000,00	-	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
-	Centro implantado	Percentual de execução física	13	-	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial e SIOP.

Continuação dos Quadros A.4.3.1 – Ações de Responsabilidade do INPI – OFSS

Identificação da Ação							
Código	10U2		Tipo: Projeto				
Descrição	Cooperação Técnica em Propriedade Intelectual						
Iniciativa	Aprofundamento da cooperação com o sistema internacional de propriedade intelectual						
Objetivo	Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia. Código: 0881						
Programa	Desenvolvimento Produtivo		Código: 2055		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	28203						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	1.066.237,00	1.066.237,00	-	-	-	-	-

Execução Física da Ação						
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
-	Acordo implementado	Percentual de execução física	39	-	28	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial e SIOP.

Continuação dos Quadros A.4.3.1 – Ações de Responsabilidade do INPI – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2000		Tipo: Atividade				
Descrição	Administração da Unidade						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MDIC Código: 2121 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	28203						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	122.800.083,00	124.300.083,00	81.631.476,97	76.213.732,19	76.213.732,19	0,00	5.417.744,78
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	21.241.761,01	14.601.226,09	1.525.393,84	-	-	-	

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial e SIOP.

Continuação dos Quadros A.4.3.1 – Ações de Responsabilidade do INPI – OFSS

Identificação da Ação							
Código	4641		Tipo: Atividade				
Descrição	Publicidade de Utilidade Pública						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MDIC Código: 2121 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	28203						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	3.358.000,00	3.358.000,00	7.300,00	7.300,00	7.300,00	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial e SIOP.

Continuação dos Quadros A.4.3.1 – Ações de Responsabilidade do INPI – OFSS

Identificação da Ação							
Código	13DI		Tipo: Projeto				
Descrição	Reforma do Edifício “A Noite”						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MDIC Código: 2121 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	28203						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	1.490.000,00	1.490.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
-	Edifício reformado	Percentual de execução física	1	-	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial e SIOP.

Continuação dos Quadros A.4.3.1 – Ações de Responsabilidade do INPI – OFSS

Identificação da Ação							
Código	0181		Tipo: Operação Especial				
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União			Código: 0089			
Unidade Orçamentária	28203						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	54.614.300,00	64.429.239,00	64.134.115,90	64.134.115,90	64.134.115,90	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial e SIOP.

Continuação dos Quadros A.4.3.1 – Ações de Responsabilidade do INPI – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20TP		Tipo: Atividade				
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MDIC		Código: 2121	Tipo: Gestão e Manutenção			
Unidade Orçamentária	28203						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	138.413.707,00	139.913.707,00	138.539.678,85	138.539.678,85	138.539.678,85	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	45.037,28	44.046,45	990,83	-	-	-	

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial e SIOP.

Continuação dos Quadros A.4.3.1 – Ações de Responsabilidade do INPI – OFSS

Identificação da Ação							
Código	O9HB		Tipo: Operações Especiais				
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MDIC		Código: 2121	Tipo: Gestão e Manutenção			
Unidade Orçamentária	28203						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	27.300.000,00	27.300.000,00	26.081.788,76	26.081.788,76	26.081.788,76	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	1.500,00	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial e SIOP.

Continuação dos Quadros A.4.3.1 – Ações de Responsabilidade do INPI – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2004		Tipo: Atividade				
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MDIC Código: 2121 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	28203						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	2.716.464,00	2.716.464,00	2.429.641,64	2.413.022,86	2.413.022,86	-	16.618,78
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	178.946,3	8.033,21	170.913,09	-	-	-	

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial e SIOP.

Continuação dos Quadros A.4.3.1 – Ações de Responsabilidade do INPI – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2010		Tipo: Atividade				
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MDIC Código: 2121 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	28203						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	168.000,00	168.000,00	158.384,55	158.384,55	158.384,55	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	178.946,30	8.033,21	170.913,09	-	-	-	

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial e SIOP.

Continuação dos Quadros A.4.3.1 – Ações de Responsabilidade do INPI – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2011		Tipo: Atividade				
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MDIC Código: 2121 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	28203						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	1.080.000,00	1.080.000,00	891.267,26	891.267,26	891.267,26	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial e SIOP.

Continuação dos Quadros A.4.3.1 – Ações de Responsabilidade do INPI – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2012		Tipo: Atividade				
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MDIC Código: 2121 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	28203						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	4.800.000,00	4.800.000,00	4.269.626,62	4.269.626,62	4.269.626,62	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial e SIOP.

Continuação dos Quadros A.4.3.1 – Ações de Responsabilidade do INPI – OFSS

Identificação da Ação							
Código	00M1		Tipo: Operação Especial				
Descrição	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MDIC Código: 2121 Tipo: Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	28203						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	140.208,00	140.208,00	58.037,08	58.037,08	58.037,08	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial e SIOP.

Continuação dos Quadros A.4.3.1 – Ações de Responsabilidade do INPI – OFSS

Identificação da Ação							
Código	0005		Tipo: Operação Especial				
Descrição	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0901						
Unidade Orçamentária	28203						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	10.755.004,00	11.339.049,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial e SIOP.

Continuação dos Quadros A.4.3.1 – Ações de Responsabilidade do INPI – OFSS

Identificação da Ação							
Código	00G5		Tipo: Operação Especial				
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0901						
Unidade Orçamentária	28203						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	193.321,00	193.321,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
-	-	-	-	-	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial e SIOP.

Continuação dos Quadros A.4.3.1 – Ações de Responsabilidade do INPI – OFSS

Identificação da Ação							
Código	0Z00		Tipo: Operação Especial				
Descrição	Reserva de Contingência - Financeira						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Reserva de Contingência		Código: 0999				
Unidade Orçamentária	28203						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	15.879.996,00	15.879.996,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial e SIOP.

Os Quadros a seguir dispõem sobre a execução dos Restos a Pagar das ações orçamentárias não estabelecidas na Lei Orçamentária Anual 2015.

Quadros B.4.3.1 – Ações não Previstas LOA do Exercício - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	20TW		Tipo: Atividade		
Título	Disseminação de Informação Tecnológica				
Iniciativa	Ampliação da inserção do tema propriedade intelectual e inovação junto aos setores produtivo, acadêmico, tecnológico e governamental				
Objetivo	Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia. Código: 0881				
Programa	Desenvolvimento Produtivo		Código: 2055	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	28203				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
259.487,64	82.289,28	177.198,36	-	-	-

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial e SIOP.

Continuação dos Quadros B.4.3.1 – Ações de Responsabilidade do INPI – OFSS

Identificação da Ação					
Código	2272 Tipo: Atividade				
Título	Gestão e Administração do Programa				
Iniciativa	-				
Objetivo	-				
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MDIC Código: 2121 Tipo: Gestão e Manutenção				
Unidade Orçamentária	28203				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
310.869,61	242,96	626,65	-	-	-

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial e SIOP.

4.3.2. Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

A Lei nº 13.115, de 20/04/2015, Lei Orçamentária Anual – LOA 2015, fixou a despesa do Instituto Nacional da Propriedade em R\$ 389.672.000,00. Após os créditos do exercício, a dotação final somou R\$ R\$ 401.570.984,00.

O índice de execução total da dotação fixada na LOA foi de 81,42%. A tabela a seguir demonstra a execução da LOA por grupos específicos de despesas.

Tabela A.4.3.2 – Execução da LOA por Grupos Específicos de Despesas

Grupo	LOA	Execução	
		RS	%
Precatórios	11.532.370,00	11.457.150,00	99,35
Reserva de Contingência	15.879.996,00	0	0
Pessoal, Encargos e Benefícios Assistenciais	240.547.618,00	236.545.921,88	98,34
Custeio	118.765.000,00	78.764.778,50	66,32
Investimento	14.846.000,00	183.804,99	1,24
Total	401.570.984,00	326.951.655,37	81,42

Fonte: SIAFI Operacional.

O contingenciamento orçamentário do exercício foi da ordem de 27%. Sendo assim, a dotação das despesas discricionárias, custeio e investimento, efetivamente liberada para execução foi de R\$ 91.000.000,00 para custeio e de R\$ 6.400.000,00 para investimento. Considerando este referencial, os índices de execução seriam de 86,55% e 2,87%.

Além do contingenciamento orçamentário, o contingenciamento financeiro do exercício, que restringiu o pagamento das despesas, afetou as novas contratações e acarretou reduções no contrato de serviços de apoio administrativo, nas despesas de luz, telefonia, viagens e capacitação de servidores. Sem a perspectiva de aumento do limite financeiro, o que de fato somente ocorreu em dezembro, o limite orçamentário estabelecido não foi todo utilizado.

Dentre as ações orçamentárias que fazem parte do Programa do PPA 2012-2015 “2055 - Desenvolvimento Produtivo”, somente a ação “6481 - Disseminação de Informações Tecnológicas” teve execução financeira. Dos R\$ 3.396.680,00 autorizados na LOA, R\$ 1.727.551,30 foram efetivamente pagos (50,86%). Em relação ao atingimento da meta física, não foi possível realizar a entrega pactuada (202.000), devido ao aumento súbito e expressivo do dólar. Como as bases de dados são pagas em dólares e euros, se mantivéssemos a entrega de 202.000 produtos haveria insuficiência de recursos por conta dos contingenciamentos orçamentário e financeiro. As ações “10U2 - Cooperação Técnica em Propriedade Intelectual” e “7F44 – Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico” não tiveram execução financeira. A primeira por conta do contingenciamento orçamentário, enquanto a segunda em razão de encerramento do Termo de Cooperação Técnica junto ao Inmetro, que tinha por finalidade à construção do Centro Brasileiro de Material Biológico. Apesar da não execução financeira a ação “10U2 - Cooperação Técnica em Propriedade Intelectual” alcançou 28% de um total esperado de 39% do acordo implementado, em razão da execução financeira da dotação referente a 2014.

Das ações do Programa “2121 - Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior”, a ação “2000 - Administração da Unidade” concentra 93,03% (R\$ 124.300.000,00) da dotação total autorizada em Lei para as despesas de custeio e investimento. Deste total, foram executados 62,12% (R\$ 77.213.732,00). A ação, tipo projeto, “13DI – Reforma do Edifício A noite” não teve execuções física e financeira. A implementação da Ação sofreu

atraso apesar da revisão na metodologia de implantação que desvinculou a medida prioritária de restauração das fachadas e a recuperação da estrutura da reforma no interior do edifício, a qual tem maior dependência da decisão compartilhada sobre a destinação do edifício pelo MDIC, MPOG, SPU e INPI e EBC, sendo que estas duas últimas instituições ocupam e gerem o edifício. A elaboração do projeto de restauração das fachadas e da recuperação da estrutura para posterior execução da obra não pode ser licitada em 2015 em decorrência da mudanças na Administração do INPI e do quadro decisório acerca da destinação do edifício pelo INPI junto ao MDIC e outros órgãos de governo.

Neste exercício, os contingenciamentos orçamentário e financeiro foram os principais motivos pela não execução da dotação autorizada em Lei, acarretando um esforço de todo órgão para adequação das despesas aos limites estabelecidos.

4.3.3. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Quadro A.4.3.3 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL					
UG/GESTÃO:	183038/18801					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio						
Contrato de repasse						
Termo de Cooperação*						1.039.624,77
Acordo de Cooperação Técnica**					1.000.000,00	1.052.000,00
Totais					1.000.000,00	2.089.624,77

Fonte: DICOD/GAB e DICOD/CGCI.

Observação: As modalidades "Termo de Cooperação e Acordo de Cooperação Técnica" foram inseridas pela DICOD/GAB e DICOD/CGCI, respectivamente.

*Termo de Cooperação celebrado com a CAPES

**Acordo de Cooperação Técnica celebrado com a OMPI.

Quadro B.4.3.3 – Resumo da Prestação de Contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL					
UG/GESTÃO: 183038/18801					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Acordos de Cooperação Técnica
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		1.447.589,32	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: DICOD/CBMB – Termo de Cooperação celebrado com o Inmetro.

Observação: Os Acordos de Cooperação Técnica com a OMPI vigentes em 2015 terão suas contas finais prestadas em 2016 (Fonte: DICOD/CGCI)

Quadro C.4.3.3 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do Relatório de Gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL					
UG/GESTÃO: 183038/18801					
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos			
		Convênios	Termo de Cooperação	Acordos de Cooperação Técnica	
Contas analisadas	Quantidade aprovada				
	Quantidade reprovada		1		
	Quantidade de TCE instauradas				
	Montante repassado (R\$)		1.447.589,32		
Contas NÃO analisadas	Quantidade				
	Montante repassado (R\$)				

Fonte: DICOD/CBMB – Termo de Cooperação celebrado com o Inmetro.

Quadro D.4.3.3 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL					
UG/GESTÃO: 183038/18801					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					
Termo de Cooperação		1			
...					
...					

Fonte: DICOD/CBMB

Análise Crítica

Nos últimos três exercícios, o INPI, por intermédio da DICOD, realizou as seguintes transferências, conforme quadro abaixo:

Quadro E.4.3.3 - Transferências 2013-2015 - DICOD

Transferências 2013-2015 - DICOD					
Instituição Recebedora	Instrumento	Objetivo	2015	2014	2013
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES	Termo de Cooperação	Acesso à base de dados científicas disponível no Portal de Periódicos da CAPES por parte dos pesquisadores do INPI	-	-	R\$1.039.624,77
Instituto Nacional de Metrologia – Inmetro	Termo de Cooperação	Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico	-	-	-
Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI	Acordos de Cooperação Técnica Internacional	Disseminação da Cultura de PI e Internalização das Melhores Práticas e Aperfeiçoamento do uso do sistema de PI nos países em desenvolvimento	-	R\$1.000.000,00	R\$1.052.000,00

A transferência ocorrida em 2013 à CAPES refere-se ao Termo de Cooperação celebrado anualmente até o citado ano com àquela instituição para acesso dos pesquisadores do INPI à base de periódicos nacionais e internacionais no Portal de Periódicos da CAPES. A partir de 2014, devido ao grau nota 4 obtido pelo Mestrado Profissional do Instituto junto à CAPES, o acesso ao portal passou a ser gratuito, não havendo necessidade de se celebrar um novo Termo de Cooperação. A apresentação da prestação de contas do Termo de 2013 aconteceu tempestivamente, bem como sua análise e aprovação.

O Termo de Cooperação celebrado com o Inmetro em 2009 teve a sua vigência expirada em dezembro de 2014. Ao longo da vigência do acordo, o acompanhamento da execução financeira dos recursos repassados pelo INPI para a execução da obra foi realizado por meio de informações e

documentos encaminhados pelo Inmetro. O acompanhamento da execução física da etapa de construção do prédio foi realizado tanto por meio de visitas técnicas, realizadas pela Coordenação de Engenharia do INPI ao local da obra quanto com base na documentação relativa às medições apresentada pela Divisão de Engenharia do Inmetro.

Os quadros a seguir apresentam as informações referentes à gestão dos recursos relativos aos dois repasses realizados pelo INPI ao longo da vigência do Acordo:

Quadro F.4.3.3 - Gestão dos recursos relativos aos repasses

	Recurso Orçamentário 2010			Recurso Orçamentário 2012		
	Valor	Documento	Data	Valor	Documento	Data
Repasso	1.300.000,00	NC000038	05/11/2010	1.100.000,00	NC00025	07/12/2012
		PF000088	05/11/2010		PF000102	10/12/2012
Empenho	1.300.000,00	NE902141	09/11/2010	1.100.000,00	NE804044	27/12/2012
Cancelamento do Empenho	605.867,20	NE803723	05/12/2012	346.543,54	NE800174	27/02/2013
Devolução	605.867,20	OB809652	12/12/2012	346.544,54	PF000027	28/02/2013
Pagamentos (Notas Fiscais)	134860,28	NF1197	23/02/2011	460.728,57	NF1535	20/12/2012
	381.150,00	NF1514	28/10/2012		292.727,87	NF1536
	178.122,53	NF1515	28/10/2012			

Com base nas visitas técnicas e nos documentos recebidos, a Coordenação de Engenharia do INPI emitiu três relatórios de acompanhamento da execução da obra, nos quais foram apresentados os percentuais de execução e os valores efetivamente pagos pelo Inmetro à empresa responsável pela construção, conforme quadro a seguir:

Quadro G.4.3.3 - Relatórios de acompanhamento da execução da obra

Data do Relatório	Nº Documento INPI	Medição (Nº e Data)	Execução	Valor Pago (R\$)
22/06/2011	MEMO DIENG nº 447	1 – 22/02/2011	1,17%	134.860,28
06/12/2012	MEMO CENGE nº 1130	2 – 30/08/2012	3,30%	381.150,00
		3 – Setembro/2012	1,54%	178.122,52
29/04/2013	MEMO CENGE nº 438	4 – Novembro/2012	3,99%	460.728,64
		5 – Dezembro/2012	2,54%	292.727,88
Total			12,54%	1.447.589,32

No segundo semestre de 2014, foi constituído um Grupo de Trabalho por Portaria Conjunta entre o INPI e o Inmetro, com a finalidade de realizar a avaliação dos avanços do projeto e a possibilidade de prorrogação do Acordo. O Grupo relatou não ser possível avaliar, com a devida segurança, se o percentual executado, correspondente às fundações do prédio, poderia ser aproveitado, em parte ou em sua totalidade, para compor o edifício destinado ao projeto CBMB.

Em 16.04.2015, o Inmetro encaminhou ao INPI, a título de prestação de contas, extensa documentação, composta por 22 volumes encadernados, correspondentes à prestação de contas propriamente dita e aos três processos relativos às contratações para a execução da etapa de construção do edifício do CBMB – contratação dos projetos básico e executivo, contratação da empresa construtora e contratação da empresa de fiscalização e acompanhamento. Na documentação apresentada, são ratificadas as informações do relatório do Grupo de Trabalho sobre a não comprovação da conformidade da obra executada, sendo também informado ter sido constatada a existência de divergência entre os valores desembolsados e os serviços efetivamente

executados na obra. Com base nestas informações, não foi possível a aprovação da prestação de contas apresentada pelo Inmetro.

A parceria do INPI com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) está ancorada em dois Acordos: Cooperação Recebida e Cooperação Ofertada (Sul-Sul). As prestações de contas são feitas a partir da apresentação de relatórios financeiros trimestrais e a prestação de contas final é realizada ao final da vigência do Acordo. O Acordo de Cooperação Recebida teve seu período de vigência encerrado em 2015 e seu relatório de prestação de contas final é esperada para o primeiro trimestre de 2016. O Acordo de Cooperação Ofertada está vigente até setembro de 2016.

Para ambos os acordos, não houve repasse de recursos no exercício de 2015, uma vez que havia saldos suficientes para a realização das atividades previstas para o ano.

Ressalta-se que o ano de 2015 foi marcado por mudanças na gestão e nas prioridades do Instituto, que concentrou esforços em uma agenda interna de atividades relacionadas ao exame técnico e procedimentos administrativos, com vistas ao alcance de melhores resultados de produtividade e diminuição de prazos de exame de marcas e patentes. Neste contexto, assim como em 2014, ações no campo da cooperação internacional ocupou espaço menor na Agenda do Instituto, acarretando um volume reduzido de atividades.

A DICOD considera fundamental a oferta de treinamentos e capacitação técnica em gestão de acordos e convênios, bem como em análise de prestação de contas, visando o aprimoramento técnico de seus servidores envolvidos.

4.3.3.1. Informações sobre a Estrutura de Pessoal para Análise das Prestações de Contas

A Portaria MDIC nº 297, de 10 de setembro de 2015, regulamentou a gestão das ações orçamentárias de responsabilidade deste Ministério, constantes da Lei nº 13.115/2015, Lei Orçamentária Anual (LOA) 2015, identificando as Unidades Administrativas por elas responsáveis. A norma estabelece que o acompanhamento da execução orçamentária será realizado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, em módulo específico, semestralmente.

A Portaria estabelece que a gestão das ações orçamentárias fica a cargo dos Coordenadores de Ação, titulares das Unidades Administrativas responsáveis. Foram designados coordenadores de ação titulares de unidades administrativas do INPI para ações orçamentárias referentes ao programa 2055 – Desenvolvimento Produtivo e ao programa 2121 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. As ações orçamentárias em questão e as respectivas unidades administrativas responsáveis são listadas a seguir:

Quadro A.4.3.3.1 - Unidades administrativas responsáveis por ações orçamentárias

Programa	Ação	Título	Unidade Administrativa responsável
2055 - Desenvolvimento Produtivo			
2055	6481	Disseminação e Informações Tecnológicas	Centro de Disseminação da Informação Tecnológica - CEDIN / DICOD
2055	10U2	Cooperação Tecnológica em Propriedade Intelectual	Coordenação Geral de Cooperação Internacional CGCI / DICOD
2055	7F44	Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico	Centro Brasileiro de Material Biológico - CBMB / DICOD
2121 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior			
2121	13DI	Reforma do Edifício “A Noite”	Coordenação de Engenharia e Arquitetura - CENGE / CGAD / DIRAD

Ao Coordenador de Ação, titular da Unidade Administrativa responsável, compete viabilizar e acompanhar a execução da ação sob sua responsabilidade; responsabilizar-se pela obtenção do produto expresso e quantificado na meta física da ação e dos planos orçamentários; garantir a utilização dos recursos de forma eficiente; gerir os riscos e as restrições que possam influenciar a execução da ação; registrar e manter atualizadas as informações da ação, dos planos orçamentários e dos Restos a Pagar não processados no SIOP; e proceder à análise crítica da execução da ação, contemplando o cumprimento ou não da meta e evidenciando os eventos que contribuíram ou que tenham prejudicado a execução.

Além disso, conforme estabelece o Regimento Interno do INPI, aprovado por Portaria MDIC nº 149, de 15 de maio de 2013, aos órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente, aos órgãos seccionais e aos órgãos específicos singulares, compete acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, termos de cooperação, acordos de cooperação técnica, contratos de repasse, projetos e quaisquer instrumentos de transferência, analisar e avaliar a prestação de contas parcial e/ou total e emitir parecer técnico e financeiro, encaminhando para aprovação do ordenador de despesas.

Ao Serviço de Contabilidade Geral – SECON, unidade vinculada à Coordenação de Finanças – COFIN, que integra a Diretoria de Administração – DIRAD do INPI, compete acompanhar o recebimento das prestações de contas desses convênios, termos de cooperação, acordos de cooperação técnica, contratos de repasse, projetos e quaisquer instrumentos de transferência firmados, efetuando os respectivos lançamentos.

4.3.4. Informações sobre a Realização das Receitas

A receita anual do INPI somou R\$ 330.295.450,79, valor 2% superior à estimativa da LOA, superando em 9% a receita realizada em 2014 (R\$ 302.930.424,49).

Os serviços de marcas e patentes se comportaram de forma semelhante ao longo do ano e responderam por 83% da receita total do INPI.

A Tabela A.4.3.4 demonstra a Receita do INPI prevista na LOA e o comportamento da arrecadação anual por Natureza da Receita.

Tabela A.4.3.4 – Receita do INPI – LOA e Arrecadação

Fonte	Natureza da Receita	Especificação	LOA	Arrecadação	Δ%
RECEITAS CORRENTES			323.179.733,00	329.217.208,04	1,87%
Receita Patrimonial			37.338.109,00	46.911.687,65	25,64%
250	1.3.1.5.20.00	Taxa Ocupação Imóveis Fun. Prop. Nac. Resid.	60.600,00	27.136,00	-55,22%
280	1.3.2.5.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	37.277.509,00	46.843.557,08	25,66%
250	1.3.9.9.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	40.994,57	0,00%
Receita de Serviços			285.691.416,00	281.953.190,58	-1,31%
250	1.6.0.0.01.02	Serviços de Com. Livros, Periódicos, Mat. Esc. e Publicidade	1.949.323,00	1.157.812,67	-40,60%
250	1.6.0.0.13.00	Serviços Administrativos	0,00	341,60	0,00%
250	1.6.0.0.23.01	Serviços de Patentes	154.213.202,00	134.724.838,05	-12,64%
250	1.6.0.0.23.02	Serviços de Registro de Marcas	119.406.619,00	138.131.221,49	15,68%
250	1.6.0.0.23.03	Serviços de Transferência de Tecnologia	3.887.701,00	3.153.880,08	-18,88%
250	1.6.0.0.23.04	Serviços de Registro de Indicações Geográficas	12.925,00	10.422,00	-19,37%

250	1.6.0.0.23.05	Serviços de Registro de Programa de Computador	429.880,00	389.647,00	-9,36%
250	1.6.0.0.23.06	Serviços de Registro de Desenho Industrial	4.428.090,00	4.260.369,00	-3,79%
250	1.6.0.0.23.07	Serviços de Proteção Topografias Circuitos Integrados	1.376,00	2.679,00	94,69%
250	1.6.0.0.23.08	Serviços de Remessa de Depósitos Oficiais	871.961,00	109.075,35	-87,49%
250	1.6.0.0.25.00	Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas	16.859,00	12.904,34	-23,46%
250	1.6.0.0.99.00	Outras Receitas de Serviços	473.480,00	0,00	0,00%
Outras Receitas Correntes			150.208,00	352.329,81	134,56%
250	1.9.1.9.27.00	Multas e Juros Previstos em Contratos	85.307,00	15.382,12	-81,97%
100	1.9.2.2.07.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	27.604,50	0,00%
250	1.9.2.2.07.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	53.427,00	270.109,92	405,57%
250	1.9.2.2.99.00	Outras Restituições	0,00	3.704,07	0,00%
250	1.9.3.2.99.01	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	9.820,00	0,00	0,00%
250	1.9.9.0.05.20	Receita de Reversão de Garantias em favor da União	0,00	31.343,28	0,00%
250	1.9.9.0.99.00	Outras Receitas	1.654,00	4.185,92	153,08%
RECEITAS DE CAPITAL			264.475,00	300.143,58	13,49%
Amortizações de Empréstimos			264.475,00	300.143,58	13,49%
280	2.3.0.0.80.01	Amortizações de Bens	264.475,00	300.143,58	13,49%
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			665.167,00	778.099,17	16,98%
Receita de Serviços			665.167,00	778.099,17	16,98%
250	7.6.0.0.13.00	Serviços Administrativos	3.915,00	1.770,00	-54,79%
250	7.6.0.0.23.01	Serviços de Registro de Patentes	623.683,00	744.287,17	19,34%
250	7.6.0.0.23.02	Serviços de Registro de Marcas	26.282,00	18.836,00	-28,33%
250	7.6.0.0.23.03	Serviços de Transferência de Tecnologia	0,00	2.772,00	0,00%
250	7.6.0.0.23.05	Serviços de Registro de Programa de Computador	8.303,00	8.832,00	6,37%
250	7.6.0.0.23.06	Serviços de Registro de Desenho Industrial	2.984,00	468,00	-84,32%
250	7.6.0.0.23.08	Serviços de Remessa de Depósitos Oficiais	0,00	1.134,00	0,00%
TOTAL			324.109.375,00	330.295.450,79	1,91%

Fonte: SIAFI Operacional.

4.3.5. Informações sobre a Execução das Despesas

Quadro A.4.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação

Unidade Orçamentária: INST. NAC. DA PROP. INDUSTRIAL				Código UO: 28203		UGO:		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	136.781.510,30	134.203.896,20	136.781.510,30	134.203.896,20	-	-	136.781.510,30	134.203.896,20
Aposent. Rpps, res. Remuner. E ref. militar	54.600.994,67	47.055.402,10	54.600.994,67	47.055.402,10	-	-	54.600.994,67	47.055.402,10
Obrigacoes patronais	26.243.170,65	26.028.474,32	26.243.170,65	26.028.474,32	-	-	26.243.170,65	26.028.474,32
Demais elementos do grupo	11.129.907,89	10.431.441,62	11.129.907,89	10.349.075,28	-	82.366,34	11.129.907,89	10.349.075,28
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
Outros servicos de terceiros – pj	63.853.970,28	68.400.214,82	59.900.186,41	56.627.293,23	3.953.783,87	11.772.921,59	59.900.186,41	56.627.293,23
Locação de mão-de-obra	13.077.020,64	17.845.834,85	12.233.955,95	15.696.356,83	843.064,69	2.149.478,02	12.233.955,95	15.696.356,83
Auxilio-alimentação	4.269.626,62	4.511.025,12	4.269.626,62	4.511.025,12	-	-	4.269.626,62	4.511.025,12
Demais elementos do grupo	10.750.631,33	14.742.415,01	10.151.347,89	11.806.508,26	599.283,44	2.935.906,75	10.151.347,89	11.806.508,26
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
Equipamentos e material permanente	770.813,95	1.670.993,01	101.319,99	743.055,00	669.493,96	927.938,01	101.319,99	743.055,00
Outros servicos de terceiros – pj	287.202,63	2.059.733,84	-	269.271,52	287.202,63	1.790.462,32	-	269.271,52
Material de consumo	82.485,00	-	82.485,00	-	-	-	82.485,00	-
Demais elementos do grupo	-	278.702,98	-	278.702,98	-	-	-	278.702,98
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Fonte: Exercício 2015; Tesouro gerencial. Exercício 2014; Relatório de Gestão do Exercício de 2014.

*Os valores referentes a 2015 não contemplam precatórios / sentenças judiciais os quais o INPI não possui gestão orçamentária e financeira.

Quadro B.4.3.5 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Unidade orçamentária: INPI		Código UO: 28203		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	30.610.381,02	29.227.028,11	30.610.381,02	29.227.028,11	
a) Convite	-	-	-	-	
b) Tomada de Preços	-	1.830,25	-	1.830,25	
c) Concorrência	-	-	-	-	
d) Pregão	30.610.381,02	29.225.197,86	30.610.381,02	29.225.197,86	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	
2. Contratações Diretas (h+i)	30.982.052,79	35.920.931,41	30.982.052,79	35.920.931,41	
h) Dispensa	28.538.984,69	33.318.109,38	28.538.984,69	33.318.109,38	
i) Inexigibilidade	2.443.068,10	2.602.822,03	2.443.068,10	2.602.822,03	
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-	
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	229.033.329,08	218.405.445,91	229.033.329,08	218.405.445,91	
k) Pagamento em Folha	228.755.583,51	217.636.847,90	228.755.583,51	217.636.847,90	
l) Diárias	277.745,57	768.598,01	277.745,57	768.598,01	
5. Outros	24.868.742,48	241.657.136,11	24.868.742,48	241.657.136,11	
6. Total (1+2+3+4+5)	315.494.505,37	525.210.541,54	315.494.505,37	525.210.541,54	

Fonte: Exercício 2015; Tesouro gerencial. Exercício 2014; Relatório de Gestão do Exercício de 2014.

* Os valores referentes a 2015 não contemplam precatórios / sentenças judiciais os quais o INPI não possui gestão orçamentária e financeira.

Análise crítica da realização da despesa

Se compararmos os anos de 2014 e 2015, no tocante às despesas na modalidade de contratações diretas, percebemos que houve decréscimo dos valores totais liquidados e pagos, porém uma diferença não tanto significativa. Essa redução se deu, em grande parte, devido ao contingenciamento financeiro imposto pelo Governo Federal no ano de 2015.

Em relação aos pregões eletrônicos tivemos um pequeno acréscimo no número de contratações nessa modalidade, de 20 no ano de 2014 para 26 no ano de 2015.

Quanto às despesas com pagamento de diárias, nota-se uma redução bastante expressiva, tendo em vista que foram suprimidas as atividades de capacitação que envolviam despesas significativas com contratação de empresas e gastos com passagens e deslocamentos, priorizando parcerias com instituições de ensino. Essa redução nos valores gastos com diárias e passagens, também se deu devido à calibração da otimização das capacitações, reuniões e eventos externos, impulsionada pelo contingenciamento estabelecido pelo Governo Federal.

E quanto às despesas relacionadas ao pagamento de pessoal, nota-se a majoração em relação ao exercício de 2014, fato decorrente do ingresso de 17 novos servidores, aprovados e nomeados pela Portaria do Ministério do Planejamento nº 106, de 27/04/2015, publicada no DOU de 28/04/2015, remanescentes do concurso regido pelo Edital nº 1, de 13 de novembro de 2012, além do pagamento relativo as progressões e promoções ocorridas no exercício e a última parcela dos 15% de aumento concedidos em 2012, no percentual de 5%.

Importante mencionar que à luz do Decreto nº 8.540/2015, a administração promoveu estudo e análise das principais categorias de custos/despesas, para realizar o monitoramento dos gastos, utilizando como referencial o exercício de 2014. Considerando a heterogeneidade das informações e que o conhecimento é metódico e acumulativo, promoveu-se, com amplitude nacional, a estratificação dos dados e sua distribuição por centros de custos. O resultado desse estudo resultou na adequação dos contratos à realidade de melhoria e contenção de gastos estabelecidos pelo decreto e culminou no alcance dos índices de redução das despesas apresentadas abaixo:

Quadro C.4.3.5 – Índice de Redução da Despesa

Despesa	Percentual de Redução
Locação	7,76%
Condomínio	2,30%
Terceirização	29,02%
Infraestrutura de TI	11,09%
Serviços Gerais	13,62%
Manutenção Direta	11,84%
Locomoção	55,54%
Telefonia	37,72%
Capacitação	75,85%
Comunicação	38,29%

Fonte: DIRAD/CGAD.

Para analisarmos o desempenho operacional, em termos de realização das despesas, temos que examinar os indicadores utilizados para medir a eficiência e eficácia dos procedimentos internos realizados pela área de contratações.

O primeiro indicador a ser analisado, diz respeito ao Tempo Médio de Realização de Procedimento Licitatório - TMRPL, discriminado no item do relatório que contempla a carteira de indicadores do INPI. Cabe ressaltar, que a melhoria em todas as etapas do processo de aquisição em relação ao ano de 2014 diminuiu a média de 2014 de 154 dias para 122 dias em 2015, tempo esse abaixo do verificado em órgãos que disponibilizaram seus resultados após automação dos processos administrativos.

Com o objetivo de promover a economicidade e em cotejo com a evolução histórica do percentual de economia dos Pregões Eletrônicos dos Órgãos SISG para o exercício de 2014, informada pelo Ministério de Planejamento no percentual de 18% (em valores), verificamos que o INPI apresenta um percentual elevado de economia (35,63%).

Valor estimado	Valor estimado para os itens contratados	Valor Contratado	Diferença entre o valor estimado e o valor contratado	Percentual de "economia"
19.668.509,60	19.660.465,67	12.655.353,11	7.026.589,56	35,63%

Também buscando estar em consonância com as políticas adotadas pelo Governo federal, de incentivo as micro e pequenas empresas, foi criado o indicador que demonstra o percentual em relação ao valor total contratado via Pregão Eletrônico de adjudicação por empresas ME/EPP. Nesse caso, a evolução histórica da participação de ME/EPP no porte das compras públicas dos Órgãos SISG para o exercício de 2014, informada pelo Ministério de Planejamento foi de 27% (em valores), verificamos a aderência do INPI aos objetivos estatais. O INPI apresenta um percentual bastante favorável (48,57%) de participação deste porte empresarial, conforme apresentado abaixo:

Valor estimado	Valor estimado para os itens contratados	Valor Contratado	Valor Contratado com ME/EPP	Percentual de contratação de ME/EPP
19.668.509,60	19.660.465,67	12.655.353,11	6.508.438,44	48,57 %

Ainda nesse passo, quando observamos a participação de ME/EPP em dispensas de licitação percebemos a diminuta participação de ME/EPP no percentual total de dispensa (quadro D.4.3.5), devido ao fato de estar alocada no valor total contratado a locação do edifício São Bento. Contudo, contabilizando todas as dispensas contratadas pelo INPI verificamos três quadros (D.4.3.5, E.4.3.5 e F.4.3.5) necessários para a análise. Em vista da necessidade de retirarmos da média final a contratação do Edifício São Bento Corporate, por representar um valor muito elevado, verificamos que do total em valor das dispensas realizadas em 2015 o percentual de contratação de ME/ EPP foi de 3,25% (quadro F.4.3.5).

Quadro D.4.3.5 – Participação de ME/EPP por valor contratado em dispensas

Valor Contratado	Valor Contratado com ME/EPP	Percentual de Contratação de ME/EPP
14.079.764,44	36.997,86	0,26%

Quadro E.4.3.5 – Participação de ME/EPP por valor contratado em dispensas (art. 24, inc. II, Lei 8666/93)

Valor Contratado	Valor Contratado com ME/EPP	Percentual de Contratação de ME/EPP
107.509,46	36.997,86	34,41%

**Quadro F.4.3.5 – Participação de ME/ EPP por valor contratado em dispensas
(art. 24, inc.I, II e X, Lei 8666/93)**

Valor Contratado	Valor Contratado com ME/EPP	Percentual de Contratação de ME/EPP
1.137.764,44	36.997,86	3,25%

Cabe ressaltar que o INPI possui seu programa de capacitação de servidores, sendo que cada evento de capacitação se materializa por intermédio de contratação das organizadoras dos cursos através de dispensa de licitação. Tradicionalmente as sobreditas organizadoras de cursos não possuem o porte empresarial de ME/EPP, sendo em sua maioria Fundações ou Universidades. Desta forma, do total de dispensa realizada, somente 3,25% teve contratação de ME/ EPP. No entanto, ao cotejarmos os quantitativos contratados tendo por fundamento o artigo 24, II da Lei 8666/93 (dispensa por valor) verificamos uma boa participação de ME/EPP (34,41%). Por fim, informamos que não tivemos participação de ME/EPP em contratações por inexigibilidade de licitação.

Analisando todos os resultados dos indicadores apresentados acima, pode-se concluir que apesar das limitações orçamentárias e financeiras ocorridas no exercício, o desempenho operacional das contratações realizadas pelo INPI foi compatível às necessidades institucionais.

No que diz respeito às adequações realizadas, em atendimento as medidas de racionalização de despesas constantes do Decreto nº 8.540, de 09/10/2015, destacam-se o redimensionamento dos espaços utilizados pelos escritórios e as despesas com locação de imóveis no Rio de Janeiro, a redução dos contratos de serviços de apoio administrativo e demais serviços essenciais em âmbito nacional, redução das despesas de viagens, uso de veículos, energia e telefonia.

Tendo em vista que a locação de imóveis perfaz um montante considerável das despesas totais do INPI e em atendimento às diretrizes governamentais de redução e melhoria do gasto público promoveu-se a renegociação de alugueres dos imóveis locados e remodelagem da ocupação físico-espacial do Instituto na cidade do Rio de Janeiro, Como cerne, buscam-se taxas próximas à capacidade máxima de ocupação de imóveis-objeto de locação, sem abdicar de adequadas condições de trabalho e necessidades já aprovadas de ingresso de pessoal em horizonte de curto prazo. Redimensionamento de ambientes de escritório nos prédios SB1 e MV9, com devolução de andares desse último. Como resultado dessas medidas, temos que em 2015 foram consumidos aproximadamente R\$ 27 milhões, montante 7,76% inferior a 2014. Porém, a redução dos valores desembolsados a título de Locação terá maior visibilidade em 2016, vez que a renegociação do contrato de locação do Edifício São Bento 1 foi efetivada apenas em 23/12/2015, sendo a carência dos alugueres (3 meses) iniciada em novembro. Entretanto, a projeção do novo valor de locação e condomínio nos meses de novembro e dezembro, assegurou que o INPI promovesse os ajustes orçamentários e financeiros e atendesse totalmente o disposto no Decreto nº 8.540, de 09/10/2015.

Quadro G.4.3.5 – Redução após Decreto nº 8.540/15

	Média (jan-out/15)	NOV-15	DEZ-15	Média (nov-dez/15)
Despesa	6.651.832	5.254.300	4.889.190	5.071.745
Redução		1.397.532	1.762.642	1.580.087
		21,01%	26,50%	23,75%

Por fim, cabe mencionar que os contingenciamentos orçamentário e financeiro impostos pelo Governo Federal, no exercício de 2015, exigiram da administração do INPI esforços no tratamento com os fornecedores, no que se refere aos pagamentos relativos aos contratos firmados pelo Instituto, devido aos atrasos decorrentes da liberação dos recursos financeiros.

4.4. Desempenho Operacional

Resultados obtidos na condução dos objetivos definidos nos planos estratégico, tático e operacional

Em 2015, foram depositados 33.043 pedidos de patente no Instituto Nacional de Propriedade Industrial. A quantidade de pedidos de patentes pendentes de decisão final (*backlog*) totalizou 211.478 pedidos ao fim do ano. Dentre as ações empreendidas pelo INPI para reverter a situação de crescimento do *backlog* e atraso na concessão de patentes, destacam-se: (i) a criação do depósito eletrônico simplificado, com o qual se almeja atingir 90% da documentação entregue na forma digital; (ii) a implementação de novos programas de exame prioritários voltados para micro empresas e deficientes físicos; e (iii) a negociação para implementação de plataformas de exame colaborativo com outros países, incluindo a realização de um projeto piloto do *Patent Prosecution Highway* (PPH), com os EUA, e o Sistema de Cooperação Regional em Propriedade Intelectual (PI) na América do Sul (PROSUL).

No tocante ao pedido de registro de marca, a quantidade de pedidos pendentes de exame (*backlog*) foi reduzida em 5,4%. A utilização do sistema online eMarcas para apresentação de pedidos de registro de marca teve crescimento em 2015, com 99% de adesão. Avançou-se também no aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho e preparou-se o lançamento da segunda edição do Manual de Marcas, que consolida os procedimentos administrativos e critérios técnicos de exame dos pedidos de registro.

Em 2015, o INPI recebeu 6.027 depósitos de pedidos de registro de desenho industrial, sendo 3.224 pedidos nacionais e 2.803 estrangeiros e concedeu 3.285 registros de desenho industrial. A implantação de ferramentas eletrônicas tornou possível o exame técnico de 7.960 pedidos, entretanto o *backlog* de desenho industrial cresceu 8,11%.

No contexto da inovação e tecnologia, vale mencionar o recorde de depósitos de pedidos de registro de programas de computador em 2015, que alcançou 1.613 pedidos de registro e um crescimento de 3,3% com relação ao ano de 2014. Foram concedidos em 2015 1.128 registros de programa de computador.

No que se refere aos pedidos de indicação geográfica (IG), em 2015, foram depositados 12 pedidos, sendo concedidos quatro registros de indicação geográfica, todos nacionais. Os registros concedidos foram três da espécie Indicação de Procedência — Pantanal, para mel, do Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Farroupilha, para vinhos, do Estado do Rio Grande do Sul; Maracaju, para linguiça, do Estado do Mato Grosso do Sul — e um da espécie Denominação de Origem (DO) — Ortigueira, para mel, do Estado do Paraná.

Com relação às iniciativas voltadas para a cooperação nacional e internacional em propriedade industrial, a disseminação da propriedade industrial alcançou 14.255 pessoas por meio de várias ações e atendimentos em estandes de eventos científicos, técnicos e empresariais realizados pelo INPI em todo o País.

No tema de cooperação com o sistema internacional de PI, foram realizadas 21 atividades no âmbito de seus dois Acordos de Cooperação Técnica para melhorar o uso dos procedimentos técnicos e administrativos, e aprimorar o acesso de diversos setores da sociedade, bem como de países em desenvolvimento, à cultura de propriedade intelectual. Em 2015, encerrou-se o período de vigência de um dos Acordos de Cooperação Técnica (Cooperação Recebida). Devido aos bons resultados alcançados, ao longo dos quatro anos de vigência do mesmo, o INPI e a OMPI iniciaram as tratativas para uma possível celebração de novo Acordo.

O Sistema de Cooperação sobre Aspectos de Informação Operacional e de Propriedade Industrial – PROSUL avançou rumo à consecução dos objetivos previstos em seu escopo. Destaca-se a renovação do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) até 2017,

dando início à Fase II do PROSUL. Com isso, os projetos de cooperação em patentes, em marcas e em informação tecnológica poderão ser desenvolvidos e aprimorados.

O projeto de implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico (CBMB), que vinha sendo conduzido por meio da parceria com o Inmetro, foi descontinuado no final de 2014, com o encerramento do Termo de Cooperação Técnica, Científica e Administrativa que regia o acordo. Em 2015, não houve renovação do acordo com Inmetro, o que impossibilitou a execução do projeto. O INPI estuda alternativas de cooperação para viabilizar a retomada do projeto em 2016.

Quanto às ações da Academia da Propriedade Intelectual e Inovação, destacam-se: o aumento do número de edições do Curso Geral de Propriedade Intelectual via EaD, foram realizadas ao todo 3 edições com 2.643 participantes; a entrada de oito novos doutorandos e 18 novos mestrandos; e, foram realizados 37 cursos de curta duração na Sede do INPI com 962 participantes. Ademais, a parceria com o Sebrae Nacional gerou um curso a distância sobre Propriedade Intelectual, Marcas e Indicações Geográficas que está finalizado e pronto para ser utilizado.

Quanto ao Centro de Disseminação da Informação Tecnológica (CEDIN), foi concluída a renovação do acesso aos Bancos de Dados Epoque (por mais cinco anos) e Dialog (até junho de 2015). A contratação do Banco de Dados STN foi efetivada, assim como a da ferramenta Vantage Point. Além disso, um módulo especialmente desenvolvido em parceria com a OMPI do programa de limpeza e indexação de imagens WIPOScan foi implantado no INPI com consideráveis ganhos de produtividade na geração dos documentos brasileiros de patentes. Ainda por meio desta parceria, finalizou-se o processo de reconhecimento óptico de caracteres (OCR) da documentação brasileira publicada até dezembro de 2012. Esse processo de OCR é contínuo e esta documentação é incorporada ao PatentScope (base de dados da OMPI), ao Escritório Europeu de Patentes (EPO) e no Portal Latipat. Em parceria com o Escritório Coreano de Patentes, foi disponibilizado intercâmbio da coleção completa das patentes coreanas, com resumos em inglês. Assim, há um total de 18 escritórios/organizações de patentes com os quais o INPI realiza intercâmbio de documentação.

Com foco na expansão dos serviços que fomentam o uso estratégico da informação tecnológica, o CEDIN desenvolveu, no ano de 2015, cinco estudos setoriais de monitoramento tecnológico em parceria com atores do sistema nacional de inovação e sete Radares Tecnológicos. Está em construção a plataforma e-buscas, que tem o objetivo de reunir videoaulas e tutoriais, e prestar assistência remota ao usuário, em seus passos iniciais na busca de informação tecnológica em bases gratuitas de patente. Nesse sentido, em 2015, foram elaborados e publicados quatro tutoriais de busca de patentes e concluído o roteiro da videoaula de sensibilização sobre o uso estratégico da informação de patentes. Por solicitação do MDIC e com o apoio da Apex, foi desenvolvido e apresentado na feira internacional Expomilão 2015, o estudo setorial com base na informação de patentes, com o objetivo de identificar as “Oportunidades tecnológicas para inovar na cadeia agroindustrial brasileira”.

Quanto ao Radar Tecnológico, novo produto de informação tecnológica com o objetivo de subsidiar o processo de tomada de decisão na indústria, foram desenvolvidos e publicados sete Radares com os seguintes enfoques: Biotecnologia de brasileiros em saúde e Biotecnologia de brasileiros - não saúde, em parceria com a ABDI, com a finalidade de subsidiar o projeto de aproximação academia-indústria no setor da biotecnologia no Brasil, coordenado por essa agência; Máquinas agrícolas no trabalho do solo, na Semeadura e na Colheita, divulgados, com o apoio de Sebrae, no 6º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria; Nanotecnologia na gestão de resíduos, desenvolvido a pedido da Anpei para subsidiar a plataforma de negócios online iTec, coordenada pelo MCTI; e Equipamentos para controle de pragas, fruto do estudo da agroindústria apresentado na Expo Milão.

O INPI tem participado de atividades de capacitação que fomentam a estruturação de IGs no País, em consonância com as políticas públicas do governo federal, além das discussões relativas à IG no Grupo Interministerial da Propriedade Industrial (GIPI), na Câmara Setorial da Cachaça, no Grupo de Trabalho do Ministério da Agricultura (MAPA) sobre o queijo artesanal e no Grupo de Estudos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Com o Sebrae, foram publicados quatro novos livros sobre IGs brasileiras, com destaque para os de Café, Vinhos e Artesanato

Os esforços de aumento da eficiência do Instituto continuam sendo desenvolvidos pela área de Tecnologia da Informação. Destaca-se o sistema de depósito eletrônico de patentes — e-Depósito —, operando desde março de 2013 e que tem permitido a entrega de documentos relacionados a pedidos de patentes na forma digital, o que representa uma economia significativa de recursos que seriam destinados à digitalização e guarda do documento entregue em papel. Em 2014, 70% dos documentos foram apresentados de forma eletrônica. O percentual de documentos peticionados eletronicamente no ano de 2015 foi de 78,25%.

Em 2015, diversas ações foram tomadas pela Diretoria de Patentes em conjunto com CGTI e DICIG para reverter a situação de crescimento do *backlog* e do atraso na concessão de patentes, tais como: a criação do depósito eletrônico simplificado, com o qual se objetiva atingir 90% da documentação entregue na forma digital (atualmente em 70%); a priorização do processo de digitalização de documentos, que visa otimizar os trâmites administrativos e de exame técnico; a criação de novos programas de exame prioritários, que possibilitam que micro empresas e deficientes físicos se beneficiem de exame acelerado; a negociação e efetiva implementação de plataformas de exame colaborativo com outros países, tais como o PPH (EUA) e o PROSUL, destinado aos países do Mercosul; implementação do Programa-Piloto de Trabalho Remoto, que permite que o exame de patentes e marcas seja realizado nas Unidades Regionais.

Com o intuito de facilitar o acesso e imprimir agilidade ao atendimento dos requerimentos de averbação de contratos de transferência de tecnologia, em julho de 2015 entrou em operação o formulário eletrônico, possibilitando ao usuário demandar serviços ou praticar atos processuais por meio da internet. A participação média do formulário eletrônico desde então alcançou 77% do total de requerimentos enquanto a participação dos pedidos em papel foi de 23%. Para aumentar a transparência do mercado de ativos em propriedade industrial, foi implantado em novembro de 2015 uma nova interface de comunicação entre o usuário externo e o INPI, intitulada “pesquisa web para Contratos de Tecnologia”. A pesquisa web possibilitou acesso fácil e rápido ao andamento de cada processo registrado na base de dados do Instituto.

Em dezembro de 2015, completaram-se dois anos e meio da implantação do IPAS (*Industrial Property Automation System*), desenvolvido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Após a fase de consolidação, os ganhos operacionais e gerenciais esperados foram obtidos. Além disso, devido ao programa de transferência de conhecimento entre a OMPI e o INPI, este instituto passou a ter mais autonomia para gerenciar e modificar alguns aspectos do sistema, possibilitando otimizar fluxos de trabalho e procedimentos. Em paralelo, a utilização do sistema online e-Marcas, sistema de depósito de pedidos de registro de marca pela internet implantando em 2006, já corresponde a 99% dos depósitos.

Resultados relacionados no Plano Plurianual – PPA

Em 2015, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial continuou com as iniciativas que dão suporte ao alcance do Objetivo 0881, conforme análise das metas qualitativas feita a seguir. Os resultados das metas quantitativas estão detalhados no quadro ao fim do subitem.

Meta 1: *Aumentar de 2.500 para 5.000 o número de pessoas capacitadas em cursos de propriedade intelectual oferecidos pelo INPI*

Em 2012, foram capacitadas 3.168 pessoas. Em 2013, foram capacitadas 4.027. Em 2014, foram capacitadas 3.110. Em 2015 foram capacitadas 3.605, o que representa 72,1% da meta de 5.000 pessoas. A meta não foi totalmente atingida devido à falta de recursos das instituições parceiras para mandar seus funcionários para os cursos que estão sendo ministrados na Sede do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), o que gerou impacto na execução da meta. Ademais, cabe lembrar que quando a meta foi estipulada (final de 2011), o INPI não havia sofrido ainda a severa restrição orçamentária para diárias e passagens. Com o contingenciamento, os cursos que eram ministrados pelo país foram concentrados na Sede, o que trouxe forte impacto no atingimento da meta proposta..

Meta 2: *Aumentar de 30 para 60 o número de publicações do corpo docente do mestrado relacionadas à propriedade intelectual.*

Em 2012, foram publicados 56 trabalhos. Em 2013, foram publicados 65. Em 2014, foram 63 publicações. Em 2015, foram realizadas 24 publicações, representando 40% da meta estabelecida. O total de publicações sofreu impacto na sua execução devido a dificuldades internas enfrentadas pela unidade ao longo do ano, principalmente, no tocante a quantidade de professores da Academia.

Meta 3: *Aumentar de 5.441 para 6.250 o número de registros de desenho industrial.*

Em 2012, houve 4.334 registros de desenho industrial. Em 2013 foram concedidos 2.656 registros de desenho industrial. Em 2014, foram 4.339 concessões de registro de desenho industrial.

Em 2015, houve 3.285 concessões de registro de desenho industrial publicadas na Revista da Propriedade Industrial – RPI. Neste exercício, a Divisão de Desenho Industrial não contou com o reforço produtivo do Grupo de Trabalho de exame de primeira instância atuante em 2014. Justifica-se assim a queda de concessões de 24,29%. O desenvolvimento e implementação da tela de exame eletrônico de primeira instância de pedidos de registro desenho industrial têm previsão de conclusão em 2016.

Meta 4: *Conceder 120 registros de indicação de procedência e 30 registros de denominação de origem.*

No que se refere aos pedidos de indicação geográfica (IG) em 2015, foram depositados doze pedidos, sendo concedidos quatro registros de indicação geográfica, todos nacionais. Os registros concedidos foram três da espécie Indicação de Procedência — “Pantanal”, para mel, do Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; “Farroupilha”, para vinhos, do Estado do Rio Grande do Sul; “Maracaju”, para linguça, do Estado do Mato Grosso do Sul — e um da espécie Denominação de Origem (DO) — “Ortigueira”, para mel, do Estado do Paraná.

Considerando os resultados obtidos em 2012, de 21 registros concedidos (10 indicações de procedência e 11 denominações de origem), em 2013, de sete registros (5 IP e 2 DO), em 2014, três registros de IP, e em 2015 de quatro registros, o resultado acumulado no período 2012- 2015 é de 35 IG concedidas, sendo 21 IP e 14 DO. É importante informar que o número de depósitos de pedidos de registro de Indicações Geográficas no INPI, no período de 2012 a 2015, foi muito inferior ao resultado fixado em 2012 e do esperado para 2015.

O depósito de pedido de registro de uma indicação geográfica independe da eficiência do INPI. Depende do interesse dos produtores ou dos prestadores de serviço na proteção deste ativo e, de programas de governo, de esforço de parceiros que fomentam a estruturação deste ativo intangível como o SEBRAE, Núcleos de Inovação Tecnológica vinculados a Universidades e Centros de Pesquisas, EMBRAPA entre outros. Todo o trabalho executado por estes entes inclusive o INPI resultou num total de 103 depósitos de pedidos de registro até a data de 09/12/2015. Desta maneira, o resultado alcançado ficou prejudicado pela expectativa da meta fixada em 2012 e que a realidade demonstrou não ser factível.

Meta 5: *Disseminar a cultura de Propriedade Intelectual em 123 instituições públicas de educação superior brasileiras.*

Em 2012, foram desenvolvidas atividades de disseminação de propriedade intelectual (PI) em 39 Instituições Públicas de Ensino Superior (IES). Em 2013, foram realizadas atividades em 35 IES, 26 em 2014 e 30 em 2015.

Somando-se os números dos quatro últimos anos, tem-se 130 instituições públicas de educação superior brasileiras contempladas com a disseminação da cultura de PI, representando 105% da meta.

O resultado de 2014 foi corrigido para 26 IES, excluindo-se seis privadas, uma vez que a meta refere-se a IES públicas.

Meta 6: *Reduzir de 81 meses para 57 meses o prazo médio de decisões finais em pedidos de patentes no ano de apuração, a partir da data de entrada do pedido no INPI.*

Em 2015 registrou-se um tempo médio de 95,8 meses para a decisão final dos pedidos de patentes. Em relação a 2014 (87,9 meses), observou-se aumento no prazo médio de decisões finais. Como resultado final, a meta prevista para o final de 2015 não foi alcançada. Este resultado deve-se em grande parte à não concretização de fatores condicionantes considerados fundamentais para o alcance da meta, principalmente quanto à retomada e normalização do serviço de digitalização e ao preenchimento de vagas para a função de examinador de patentes. A efetiva digitalização de petições e pedidos de patente só se iniciou em 2015, após a assinatura do novo contrato com a empresa FLEXDOC. O atraso na contratação prejudicou a disponibilização dos processos para exame e trâmite administrativo. Além disso, mesmo com o concurso público realizado no final de 2014, a entrada de 100 novos examinadores não foi concretizada. E não existe esta previsão para o ano de 2016.

Meta 7: *Reduzir de 50 para 9 meses a estimativa de tempo médio para análise dos pedidos de registro de marca pendentes de primeiro exame.*

Houve uma redução da estimativa de tempo até o primeiro exame de 41 meses em 2014 para 31 meses em 2015. Este resultado deveu-se a aperfeiçoamentos implantados no Sistema IPAS e na melhora dos procedimentos adotados pela Diretoria no exame de marcas.

Foi verificada a necessidade de retificação do resultado de 2014 em razão de inconsistências identificadas e já saneadas na base de dados.

Também foi observada queda de 5,4% no *backlog*, que passou de 501.785 pedidos em dezembro de 2014 para 474.656 em dezembro de 2015, mesmo sem as contratações previstas para 2015, provenientes de concurso realizado em 2014 e que ainda não foram autorizadas.

A frustração da expectativa (condicionante) de contratação de novos examinadores de marcas foi o fator determinante para o não atingimento da meta fixada para 2015.

Quadro A.4.4.2 – Objetivo fixado pelo PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.					
Código	0881	Órgão	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior			
Programa	Desenvolvimento Produtivo			Código	2055	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequência	Descrição da Meta	Unidade medida	Previsto em 2015 (a)	Realizado em 2015 (b)	Realizado até 2015 (c)	% Realização ¹
1	Aumentar de 2.500 para 5.000 o número de pessoas capacitadas em cursos de propriedade intelectual oferecidos pelo INPI	Unidade	5.000	3.605	Meta não cumulativa	72%
2	Aumentar de 30 para 60 o número de publicações do corpo docente do mestrado relacionadas à propriedade intelectual	Unidade	60	24	Meta não cumulativa	40%
3	Aumentar de 5.441 para 6.250 o número de registros de desenho industrial	Unidade	6.250	3.285	Meta não cumulativa	53%
4	Conceder 120 registros de indicação de procedência e 30 registros de denominação de origem	Unidade	150	4	35	23%
5	Disseminar a cultura de Propriedade Intelectual em 123 instituições públicas de educação superior brasileiras	Unidade	123	30	130	106%
6	Reduzir de 50 para 9 meses a estimativa de tempo médio para análise dos pedidos de registro de marca pendentes de primeiro exame	Mês	9	31	Meta não cumulativa	29%
7	Reduzir de 81 meses para 57 meses o prazo médio de decisões finais em pedidos de patentes no ano de apuração, a partir da data de entrada do pedido no INPI	Mês	57	95,8	Meta não cumulativa	59%

Fonte: SIOP.

Nota: O Objetivo 0881 não possui metas quantitativas regionalizadas, nem metas qualitativas.

1. O percentual de realização dos indicadores das metas cumulativas (metas 4 e 5) foi calculado por meio da divisão do resultado *realizado até 2015 (c)* pelo *previsto em 2015 (a)*. O percentual de realização das metas 6 e 7, com indicadores decrescentes (quanto menor em relação à meta, melhor o desempenho), foi calculado por meio da divisão da Meta pelo Resultado. O percentual de realização das demais metas, não cumulativas (metas 1, 2 e 3), foi calculado por meio da divisão do resultado *realizado em 2015 (b)* pelo *previsto em 2015 (a)*.

4.5. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Aprovada por meio da Resolução PR nº 99, de 11 de julho de 2013, a Carteira de Indicadores de Gestão do INPI visa aferir resultados relativos às principais etapas dos processos de exame e concessão de patentes e registros a cargo do INPI, assim como relativos às atividades administrativas e de cooperação executadas pelo Instituto.

Conforme estabelecida pela Resolução PR nº 99 / 2013, a Carteira de Indicadores de Gestão do INPI é composta por 52 indicadores, sendo cinco de órgãos seccionais da Presidência, nove da Diretoria de Administração, 11 da Diretoria de Patentes, quatro da Diretoria de Marcas, 11 da Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros e 12 da Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento. A Resolução PR nº 99 / 2013 contém a descrição desses indicadores e as metas estabelecidas.

Atendendo às Recomendações da Controladoria Geral da União, relativamente ao Relatório de Auditoria Anual de Contas/CGU – Exercício 2011, o Instituto elaborou o Plano de Providências Permanente (PPP) que contemplava instituir e divulgar documento contendo a metodologia completa de apuração de todos os indicadores estabelecidos pelo INPI, inclusive aqueles previstos no Plano Plurianual vigente, viabilizando a sua mensurabilidade; e elaborar Carteira de Indicadores que refletisse fidedignamente as principais etapas e aspectos do processo de exame de pedidos de propriedade intelectual e que apresentasse, no que couber, uniformidade entre as diversas áreas responsáveis por esses processos, viabilizando a avaliação do desempenho da sua gestão.

Neste sentido, foram instituídas duas Fichas de Indicador: a primeira, com dados gerais de cada um, a metodologia de sua apuração e metas para o período; a segunda, com os resultados alcançados e a análise de desempenho.

A Carteira de Indicadores de Gestão instituída em 2013 fixou resultados para o período 2013-2015, mostrando-se neste triênio uma importante ferramenta de gestão, garantindo transparência na divulgação de resultados e o alinhamento dos esforços por meio de objetivos comuns. Além disso, serviu para definir critérios objetivos reconhecidos pelo Instituto.

O quadro A.4.5.1 apresenta os índices de referência dos indicadores que compõem a Carteira do INPI, contendo os resultados de sua última medição, relativa a dezembro de 2015. Apresentam-se também as metas dos indicadores fixadas para o ano de 2015 e os índices alcançados no exercício de referência do relatório de gestão. Observamos que o indicador de gestão intitulado “Índice de Execução Adequada das Iniciativas Estratégicas – IEA” foi descontinuado em 2015, não havendo nenhuma contabilização neste ano.

O quadro A.4.5.2 apresenta uma descrição dos indicadores que compuseram a Carteira de Indicadores do INPI no exercício 2013-2015, com os respectivos objetivos e descrição das fórmulas de cálculo dos indicadores. Além disso, para cada indicador da Carteira informam-se as unidades responsáveis pelo seu monitoramento.

No resultado apurado em 2015, considerando as metas estabelecidas, observamos que 37,3% das metas foram alcançadas ou superadas, com índices alcançados iguais ou superiores a 100%. Ao agruparmos as metas, observamos que 30% das metas relativas às áreas finalísticas de concessão de direitos (DIRPA, DIRMA e DICIG) e de disseminação (DICOD) foram alcançadas. Em relação às áreas-meio, observamos que 62% dos indicadores tiveram percentuais de atingimento da meta iguais ou superiores a 100%.

Como razões para o não atingimento das metas estabelecidas, foram em grande parte identificados os problemas de infraestrutura, falta de recursos humanos e tecnologia da informação, conforme as fichas de avaliação dos indicadores com a análise dos resultados apurados.

A avaliação geral da Carteira de Indicadores de Gestão do INPI é de que existe espaço para melhorias nos resultados alcançados, principalmente se os problemas relativos à falta de recursos humanos e tecnologia da informação forem resolvidos. De outro, fica evidenciada a necessidade de revisão dos indicadores atuais, de modo a aprimorar os parâmetros utilizados para fixação de metas, mensuração de resultados e comunicação do desempenho institucional. Esse processo de revisão dos indicadores de desempenho foi iniciado em 2015, e deverá ser concluído no primeiro semestre de 2016.

Quadro A.4.5.1 - Resultado da Carteira de Indicadores de Gestão do INPI

Indicador	Unidade de medida	Forma de Interpretação	Meta	Realizado (2015)	Índice alcançado*	Unidade responsável
Índice de Produtividade de Exame de Indicação Geográfica	Percentual	Quanto maior o resultado, melhor	80%	10,81%	13,5%	DICIG/CGIR / COIND
Índice de Produtividade de Desenho Industrial de Primeira Instância	Percentual	Quanto maior o resultado, melhor	100%	83,09%	83,1%	DICIG/CGIR/ DESIN
Tempo Médio de Concessão de Desenho Industrial	Mês	Quanto menor o resultado, melhor	12	24,63	48,7%	DICIG/CGIR/ DESIN
Índice de Não Conformidade de Certificado de Averbação	Percentual	Quanto menor o resultado, melhor	7	8	87,5%	DICIG/CGTEC
Número de Registros de Programa de Computador	Número	Quanto maior o resultado, melhor	968	1.128	116,5%	DICIG/CGIR/ DIPTO
Índice de Fomento de Indicação Geográfica	Percentual	Quanto maior o resultado, melhor	90%	100%	111,1%	DICIG/CGIR/ COIND
Índice de Averbação e Registro de Contrato e Fatura de Tecnologia	Percentual	Quanto maior o resultado, melhor	100%	96%	96,0%	DICIG/CGTEC
Tempo Médio de Decisão de Requerimento de Averbação e Registro de Contrato e Fatura de Tecnologia	Dia	Quanto menor o resultado, melhor	23	39	59,0%	DICIG/CGTEC
Número de Exames de Desenho Industrial	Número	Quanto maior o resultado, melhor	6.200	7.960	128,4%	DICIG/CGIR/ DESIN
Tempo Médio de Concessão de Registro de Programa de Computador	Mês	Quanto menor o resultado, melhor	3	8,4	35,7%	DICIG/CGIR/ DIPTO
Tempo Médio de Concessão de Indicação Geográfica	Mês	Quanto menor o resultado, melhor	15	18,95	79,2%	DICIG/CGIR/ COIND
Participantes das Atividades de Cooperação Dirigidas aos Sistemas Regionais de Inovação	Número	Quanto maior o resultado, melhor	900	1503	167,0%	DICOD/CGAR
Pessoas Presentes em Ciclos de Estudo e Seminários	Número	Quanto maior o resultado, melhor	500	454	90,8%	DICOD/ACAD/ COPGP
Pessoas Formadas no Mestrado Profissional do INPI	Número	Quanto maior o resultado, melhor	18	20	111,1%	DICOD/ACAD/ COPGP
Inserções do INPI em Eventos de Terceiros	Número	Quanto maior o resultado, melhor	200	175	87,5%	DICOD/CGAR
Atividades de Cooperação Dirigidas ao Sistema Nacional de Inovação	Número	Quanto maior o resultado, melhor	35	31	88,6%	DICOD/CGAR/ CONAC
Índice de Produtividade nas Buscas em Documentos de Patente	Percentual	Quanto maior o resultado, melhor	97%	93,6%	96,5%	DICOD/CEDIN/ SEBUS

Indicador	Unidade de medida	Forma de Interpretação	Meta	Realizado (2015)	Índice alcançado*	Unidade responsável
Publicações em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	Número	Quanto maior o resultado, melhor	60	45	75,0%	DICOD/ACAD/COPGP
Índice de Produtividade nas Buscas em Documentação não Patentária	Percentual	Quanto maior o resultado, melhor	95%	96%	101,1%	DICOD/CEDIN/DILIT
Pessoas Capacitadas em Cursos de Curta Duração Presenciais	Número	Quanto maior o resultado, melhor	650	962	148,0%	DICOD/ACAD/CFEPI
Pessoas Capacitadas nos Cursos à Distância	Número	Quanto maior o resultado, melhor	2.000	2.643	132,2%	DICOD/ACAD/DITED
Atividades de Cooperação Dirigidas a Sistemas Regionais de Inovação	Número	Quanto maior o resultado, melhor	10	36	360,0%	DICOD/CGAR
Participantes das Atividades de Cooperação Dirigidas ao Sistema Nacional de Inovação	Número	Quanto maior o resultado, melhor	3.000	3.079	102,6%	DICOD/CGAR/CONAC
Absenteísmo	Percentual	Quanto menor o resultado, melhor	2,7%	0,003%	90000,0%	DIRAD/CGRH/DPLAG
Índice de Rotatividade no Trabalho	Percentual	Quanto menor o resultado, melhor	3,5%	3,3%	106,1%	DIRAD/CGRH/DIARH
Horas de Treinamento dos Gestores	Hora	Quanto maior o resultado, melhor	40	12,37	30,9%	DIRAD/CGRH/CETEC
Tempo Médio de Afastamento do Servidor por Motivo de Saúde	Dia	Quanto menor o resultado, melhor	14	16,26	86,1%	DIRAD/CGRH/DISAO
Horas de Treinamento de Servidores de Nível Superior	Hora	Quanto maior o resultado, melhor	20	26,56	132,8%	DIRAD/CGRH/CETEC
Índice de Execução da Despesa	Percentual	Quanto maior o resultado, melhor	100	85	85,0%	DIRAD/COFIN
Índice de Arrecadação da Receita	Percentual	Quanto maior o resultado, melhor	100	102	102,0%	DIRAD/COFIN
Tempo Médio de Realização de Procedimento Licitatório - TMRPL	Dia	Quanto menor o resultado, melhor	45	122	36,9%	DIRAD/CGAD/DICOL
Horas de Treinamento de Servidores de Nível Médio	Hora	Quanto maior o resultado, melhor	20	20	100,0%	DIRAD/CGRH/CETEC
Número de Primeiros Exames de Pedidos de Registro de Marca	Número	Quanto maior o resultado, melhor	383.600	183.533	47,8%	DIRMA/SEPES
Tempo Médio de Primeiro Exame de Pedido de Registro de Marca	Mês	Quanto menor o resultado, melhor	28	36	77,8%	DIRMA/SEPES
Tempo Estimado para Análise de Pedidos de Registro de Marca Pendentes de Primeiro Exame	Mês	Quanto menor o resultado, melhor	9	31	29,0%	DIRMA/SEPES
Número de Pedidos de Registro de Marca Pendentes de Primeiro Exame (<i>backlog</i>)	Número	Quanto menor o resultado, melhor	164238	474656	34,6%	DIRMA/SEPES

Indicador	Unidade de medida	Forma de Interpretação	Meta	Realizado (2015)	Índice alcançado*	Unidade responsável
Produtividade Individual em Decisão de Exame Técnico de Patente de Primeira Instância	Número	Quanto maior o resultado, melhor	54,3	32,7	60,2%	DIRPA
Número de Primeiros Exames Técnicos de Pedido de Patente	Número	Quanto maior o resultado, melhor	45000	6190	13,8%	DIRPA
Número de Pedidos de Patente Pendentes de Decisão Final (<i>Backlog</i>)	Número	Quanto menor o resultado, melhor	192500	211478	91,0%	DIRPA
Tempo Médio de Primeiro Exame Técnico de Pedido de Patente	Ano	Quanto menor o resultado, melhor	1	10	10,0%	DIRPA
Tempo Médio de Decisão Técnica de Pedidos de Patente	Ano	Quanto menor o resultado, melhor	2,5	10,9	22,9%	DIRPA
Tempo Médio de Publicação de Pedido de Patente	Mês	Quanto menor o resultado, melhor	18	29,6	60,8%	DIRPA
Tempo Médio de Expedição de Carta-Patente	Dia	Quanto menor o resultado, melhor	15	3,9	384,6%	DIRPA
Tempo Médio de Exame Formal de Pedido de Patente	Mês	Quanto menor o resultado, melhor	1	11,2	8,9%	DIRPA
Tempo Médio de Exame de Admissibilidade do PCT	Mês	Quanto menor o resultado, melhor	3	57,7	5,2%	DIRPA
Tempo Estimado para Decisão Final de Pedido de Patente (Tempo do <i>Backlog</i>)	Ano	Quanto menor o resultado, melhor	3,9	8,1	48,1%	DIRPA
Índice de Reversão de Decisão Administrativa de Patente	Percentual	Quanto menor o resultado, melhor	1%	2,8%	35,7%	DIRPA
Índice de Avaliação do INPI na Mídia	Número	Quanto menor o resultado, melhor	12	0,42	2857,1%	PR/CGCOM
Índice de Satisfação com o Atendimento de Assuntos Internos	Percentual	Quanto maior o resultado, melhor	92%	89%	96,7%	PR/OUVID
Índice de Satisfação com o Atendimento de Assuntos Externos	Percentual	Quanto maior o resultado, melhor	73%	81,16%	111,2%	PR/OUVID
Índice de Execução Adequada das Iniciativas Estratégicas - IEA	Percentual	Quanto maior o resultado, melhor	80%	Descontinuado	—	PR/CGPO/ DIGEP
Índice de Disponibilidade de Sistemas Corporativos Críticos	Percentual	Quanto maior o resultado, melhor	95%	100%	105,3%	PR/CGTI

Fonte: CGPO

* O alcance da Meta dos indicadores decrescentes (quanto menor em relação à meta, melhor o desempenho) está sendo calculado por meio da divisão da Meta pelo Resultado.

Quadro A.4.5.2 – Descrição dos Indicadores de Gestão (Resolução PR INPI nº 99 / 2013)

Indicador	Objetivo	Tipo de Indicador	Fórmula de cálculo	Unidade responsável
Índice de Produtividade de Exame de Indicação Geográfica	Mensurar o resultado alcançado de registros de Indicação Geográfica em relação aos depósitos efetuados no ano	Eficiência	$(\text{Total de decisões de IG} / \text{Total de pedidos de exame de IG pendentes}) \times 100$	DICIG/CGIR / COIND
Índice de Produtividade de Desenho Industrial de Primeira Instância	Mensurar a relação percentual do total anual de decisões de pedidos de registro de desenho industrial concedidos, indeferidos e arquivados e o total dos depósitos	Eficiência	$(\text{Total de decisões de pedidos de registro de desenho industrial concedidos} + \text{indeferidos} + \text{arquivados} / \text{Total de depósitos}) \times 100$	DICIG/CGIR/ DESIN
Tempo Médio de Concessão de Desenho Industrial	Mensurar o tempo médio entre depósito e concessão de registro de desenho industrial	Eficiência	$\Sigma (\text{data da concessão} - \text{data do depósito}) / \text{N}^\circ \text{ total de pedidos concedidos}$	DICIG/CGIR/ DESIN
Índice de Não Conformidade de Certificado de Averbação	Examinar a qualidade da CGTEC no sentido de evitar as inconformidades, por erro ou falta de padronização na análise, na emissão dos certificados de averbação e registro dos contratos e faturas de tecnologia	Eficácia	$(\text{Total de pedidos de retificação do certificado de averbação, recursos e pedidos de reconsideração acatados} / \text{Total de decisões finais}) \times 100$	DICIG/CGTEC
Número de Registros de Programa de Computador	Mensurar o quantitativo de registros de programa de computador	Eficácia	Total de registros de programa de computador	DICIG/CGIR/ DIPTO
Índice de Fomento de Indicação Geográfica	Mensurar a relação percentual entre o total de solicitações de IG estratégicas atendidas e o total de solicitações de atividades de fomento estratégicas	Eficiência	$(\text{Total de solicitações de fomento de IG estratégicas atendidas} / \text{Total de solicitações de atividades de fomento estratégicas}) \times 100$	DICIG/CGIR/ COIND
Índice de Averbação e Registro de Contrato e Fatura de Tecnologia	Examinar o resultado alcançado pelo setor em decidir sem atraso todos os requerimentos de averbação e registro dos contratos e faturas de tecnologia	Eficiência	$(\text{Total de decisões} / \text{Total de requerimentos de averbação e registro}) \times 100$	DICIG/CGTEC
Tempo Médio de Decisão de Requerimento de Averbação e Registro de Contrato e Fatura de Tecnologia	Medir a agilidade da CGTEC em decidir os requerimentos de averbação e registro dos contratos e faturas de tecnologia	Eficiência	$\Sigma (\text{data da decisão} - \text{data de entrada}) / \text{Total de registros}$	DICIG/CGTEC
Número de Exames de Desenho Industrial	Mensurar o quantitativo de exames de desenho industrial realizados	Eficácia	Total de exames de pedidos de registro concedidos + indeferidos + arquivados + objeto de exigências e de ciência de parecer + subsídios para a 2ª instância	DICIG/CGIR/ DESIN

Indicador	Objetivo	Tipo de Indicador	Fórmula de cálculo	Unidade responsável
Tempo Médio de Concessão de Registro de Programa de Computador	Mensurar o tempo médio de concessão do registro de programa de computador	Eficiência	$\Sigma \{(\text{data da concessão publicada na RPI} - \text{data de publicação do pedido de registro de programa de computador}) / \text{Total de concessões de programa de computador}\}$	DICIG/CGIR/ DIPTO
Tempo Médio de Concessão de Indicação Geográfica	Mensurar o tempo médio de concessão do registro de indicação geográfica	Eficiência	$\Sigma (\text{data da concessão do pedido} - \text{data do depósito do pedido}) / \text{Total de registros}$	DICIG/CGIR/ COIND
Participantes das Atividades de Cooperação Dirigidas aos Sistemas Regionais de Inovação	Mensurar o total de participantes em eventos dirigidos ao sistema regional de inovação e promovidos pelo INPI	Eficácia	Σ de participantes em eventos dirigidos aos sistemas regionais de inovação	DICOD/CGAR
Pessoas Presentes em Ciclos de Estudo e Seminários	Mensurar o número de pessoas presentes nos eventos promovidos pela Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI	Eficácia	Σ de pessoas presentes em ciclos de estudo e seminários	DICOD/ACAD/COPGP
Pessoas Formadas no Mestrado Profissional do INPI	Mensurar o número de pessoas capacitadas no Mestrado da Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	Eficácia	Σ de alunos com dissertações defendidas	DICOD/ACAD/COPGP
Inserções do INPI em Eventos de Terceiros	Mensurar o total de participações do INPI em eventos organizadores pelos atores do Sistema Nacional de Inovação	Eficácia	Σ de participações do INPI em eventos organizados por parceiros	DICOD/CGAR
Atividades de Cooperação Dirigidas ao Sistema Nacional de Inovação	Mensurar a quantidade de atividades realizadas em parceria com os diversos atores do Sistema Nacional de Inovação	Eficácia	Total de atividades de cooperação organizadas pela CONAC	DICOD/CGAR/ CONAC
Índice de Produtividade nas Buscas em Documentos de Patente	Mensurar a eficiência nas buscas em documentos de patentes solicitadas	Eficiência	$(\text{N}^\circ \text{ total de buscas realizadas} / \text{N}^\circ \text{ total de buscas solicitadas}) \times 100$	DICOD/CEDIN/SEBUS
Publicações em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	Mensurar as publicações realizadas em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento pelos professores do Mestrado Profissional da Academia da Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	Eficácia	Σ de Artigos em Revistas Acadêmicas; Livros e capítulos de livro; Relatórios de Pesquisas (Estudos, Relatório de Grupo de Trabalhos, Projetos de Pesquisas, Dissertações e Teses); Artigos de Posição (jornais, revistas e assemelhados); Resumos e Artigos completos apresentados em Anais de Seminários; Artigos apresentados em Mesas Redondas e Similares	DICOD/ACAD/COPGP

Indicador	Objetivo	Tipo de Indicador	Fórmula de cálculo	Unidade responsável
Índice de Produtividade nas Buscas em Documentação não Patentária	Mensurar a eficiência nas buscas em documentação não patentária solicitadas pelos usuários	Eficiência	$(N^{\circ} \text{ total de buscas realizadas} / N^{\circ} \text{ total de buscas solicitadas}) \times 100$	DICOD/CEDIN /DILIT
Pessoas Capacitadas em Cursos de Curta Duração Presenciais	Mensurar número de pessoas capacitadas em propriedade intelectual em cursos de curta duração presenciais da Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	Eficácia	Σ de pessoas capacitadas nos cursos de extensão, oficinas e treinamentos	DICOD/ACAD/CFEPI
Pessoas Capacitadas nos Cursos à Distância	Mensurar o número de pessoas capacitadas em cursos de propriedade intelectual à distância oferecidos pela Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	Eficácia	Σ de pessoas capacitadas nos cursos à distância	DICOD/ACAD/DITED
Atividades de Cooperação Dirigidas a Sistemas Regionais de Inovação	Mensurar o total de atividades desenvolvidas pelo INPI no âmbito dos Acordos de Cooperação com os Estados da Federação	Eficácia	Σ das atividades desenvolvidas pelo INPI nos Estados	DICOD/CGAR
Participantes das Atividades de Cooperação Dirigidas ao Sistema Nacional de Inovação	Mensurar o alcance das atividades de disseminação promovidas pela CONAC	Eficácia	Total de pessoas participantes em atividades de cooperação	DICOD/CGAR/CONAC
Absenteísmo	Monitorar o nível de absenteísmo dos servidores	Eficiência	$[\text{Total de faltas não justificadas} / (\text{número de servidores} \times \text{n}^{\circ} \text{ de dias trabalhados})] \times 100$	DIRAD/CGRH / DPLAG
Índice de Rotatividade no Trabalho	Monitorar o índice de desligamentos por iniciativa dos servidores	Eficiência	$(\text{Total de servidores que se desligaram voluntariamente ou em licença sem vencimento} / \text{Total de servidores ativos}) \times 100$	DIRAD/CGRH/DIARH
Horas de Treinamento dos Gestores	Mensurar o total de horas de treinamento dos gestores	Eficácia	Total de horas de treinamento de gestores / Total de gestores	DIRAD/CGRH/CETEC
Tempo Médio de Afastamento do Servidor por Motivo de Saúde	Monitorar o tempo de afastamento dos servidores causado por motivo de saúde	Eficiência	Total de dias de afastamento de todos os servidores / Total de servidores	DIRAD/CGRH/DISAO
Horas de Treinamento de Servidores de Nível Superior	Mensurar o total de horas de treinamento dos servidores de nível superior	Eficácia	Total de horas de treinamento dos servidores de nível superior / Total de servidores de nível superior	DIRAD/CGRH/CETEC

Indicador	Objetivo	Tipo de Indicador	Fórmula de cálculo	Unidade responsável
Índice de Execução da Despesa	Mensurar a execução da despesa prevista do INPI	Execução	$(\text{Despesa realizada} / \text{Despesa fixada}) \times 100$	DIRAD/COFIN
Índice de Arrecadação da Receita	Mensurar a arrecadação da receita prevista do INPI	Eficiência	$(\text{Receita arrecadada} / \text{Receita prevista}) \times 100$	DIRAD/COFIN
Tempo Médio de Realização de Procedimento Licitatório - TMRPL	Mensurar o tempo médio de realização de um procedimento licitatório desde a abertura do processo administrativo até a homologação do certame	Eficiência	$\text{TMRPL} = (\text{TP1} + \text{TP2} + \text{TPn} / \text{n}^\circ \text{L})$ (unidade); TP = DHL - DAP (unidade); TMRPL - Tempo Médio de Realização de Procedimento Licitatório; N°L - Número de Licitações abertas e homologadas; TP - Tempo do Processo; DAP - Data de abertura do Processo; DHL - Data de homologação do processo	DIRAD/CGAD/DICOL
Horas de Treinamento de Servidores de Nível Médio	Mensurar o total de horas de treinamento dos servidores de nível médio	Eficácia	Total de horas de treinamento servidor de nível médio / Total de servidores de nível médio	DIRAD/CGRH/CETEC
Número de Primeiros Exames de Pedidos de Registro de Marca	Mensurar o volume de primeiro exame de pedidos de registro de marca	Eficácia	Σ de pedidos de registro de marca com despacho de primeiro exame	DIRMA/SEPES
Tempo Médio de Primeiro Exame de Pedido de Registro de Marca	Medir o tempo médio decorrido entre a data de depósito do pedido de registro de marca e a data em que o despacho de primeiro exame do pedido tiver sido publicado na Revista da Propriedade Industrial (RPI)	Eficiência	Σ (data de depósito do pedido de registro de marca - a data de publicação do despacho de primeiro exame) / Σ de pedidos de registro com despacho de primeiro exame publicado no período	DIRMA/SEPES
Tempo Estimado para Análise de Pedidos de Registro de Marca Pendentes de Primeiro Exame	Mensurar o prazo médio para análise dos pedidos de registro de marca pendentes de primeiro exame	Eficiência	Σ de pedidos pendentes de primeiro exame / Σ da média mensal dos despachos de primeiro exame publicados nos doze meses anteriores ao mês da apuração	DIRMA/SEPES
Número de Pedidos de Registro de Marca Pendentes de Primeiro Exame (<i>backlog</i>)	Mensurar o estoque de pedidos de registro de marcas pendentes de primeiro exame	Eficácia	Σ de pedidos de registro de marca pendentes de primeiro exame	DIRMA/SEPES
Produtividade Individual em Decisão de Exame Técnico de Patente de Primeira Instância	Monitorar a capacidade individual de decisão técnica dos examinadores	Eficiência	N° total de decisões de exames publicados na RPI / N° total de examinadores de Primeira Instância	DIRPA

Indicador	Objetivo	Tipo de Indicador	Fórmula de cálculo	Unidade responsável
Número de Primeiros Exames Técnicos de Pedido de Patente	Monitorar o volume de pedidos de patentes que receberam um primeiro exame técnico, permitindo verificar o comportamento do número de pedidos pendentes de exame técnico.	Eficácia	Nº total de primeiros exames publicados na RPI	DIRPA
Número de Pedidos de Patente Pendentes de Decisão Final (<i>Backlog</i>)	Monitorar o volume de pedidos de patentes pendentes de decisão final	Eficácia	Nº total de pedidos de patentes pendentes de decisão final no ano anterior + Nº total de depósitos ocorridos no ano corrente - Nº total de decisões finais no ano corrente	DIRPA
Tempo Médio de Primeiro Exame Técnico de Pedido de Patente	Monitorar o prazo médio do primeiro exame técnico dos pedidos de patente contado a partir do pedido de exame	Eficiência	Σ (data de publicação dos despachos dos primeiros exames técnicos - data dos pedidos dos exames) / Nº total de pedidos de exame	DIRPA
Tempo Médio de Decisão Técnica de Pedidos de Patente	Monitorar o tempo médio de decisão técnica dos pedidos de patente contado a partir do pedido de exame	Eficiência	Σ (data das publicações dos despachos dos exames técnico - data dos pedidos de exames) / Nº total de pedidos de exame	DIRPA
Tempo Médio de Publicação de Pedido de Patente	Monitorar o prazo médio de publicação dos pedidos de patentes	Eficiência	Σ (data da publicação dos pedidos - data de depósito dos pedidos) / Nº total de pedidos publicados	DIRPA
Tempo Médio de Expedição de Carta-Patente	Monitorar o prazo médio de expedição de carta-patente	Eficiência	Σ (data da publicação da expedição da carta-patente - data do pagamento da retribuição específica) / Nº total de carta-patente expedida	DIRPA
Tempo Médio de Exame Formal de Pedido de Patente	Monitorar o prazo médio do resultado do exame formal dos pedidos de patentes	Eficiência	Σ (data da publicação de aceitação do exame formal - data do protocolo do pedido) / Nº total de pedidos com exame formal	DIRPA
Tempo Médio de Exame de Admissibilidade do PCT	Monitorar o prazo médio do exame de admissibilidade do PCT	Eficiência	Σ (data da publicação do despacho de aceitação do exame de admissibilidade - data do protocolo do pedido) / Nº total de pedidos com exame de admissibilidade	DIRPA
Tempo Estimado para Decisão Final de Pedido de Patente (Tempo do <i>Backlog</i>)	Monitorar o tempo estimado para reduzir o <i>backlog</i> a um volume ideal, conforme o número de decisões finais ocorridas no ano	Eficiência	Nº total de pedidos pendentes de decisão final (<i>backlog</i>) / Nº total de decisões finais	DIRPA

Indicador	Objetivo	Tipo de Indicador	Fórmula de cálculo	Unidade responsável
Índice de Reversão de Decisão Administrativa de Patente	Monitorar a qualidade dos exames realizados em primeira instância	Eficácia	Nº total de recursos providos e nulidades administrativas parciais ou totais publicados na RPI / Nº total de decisões em primeira instância	DIRPA
Índice de Avaliação do INPI na Mídia	Verificar a imagem do INPI na mídia	Eficácia	Nº de matérias negativas / Nº de matérias positivas	PR/CGCOM
Índice de Satisfação com o Atendimento de Assuntos Internos	Mensurar o grau de satisfação do usuário com o atendimento prestado aos assuntos internos, por meio do Sistema Eletrônico de Ouvidoria	Eficácia	Σ dos percentuais das avaliações classificadas como “excelente” e “boa”	PR/OUVID
Índice de Satisfação com o Atendimento de Assuntos Externos	Mensurar o grau de satisfação do usuário com o atendimento prestado aos assuntos externos, por meio do sistema eletrônico de Ouvidoria	Eficácia	Σ dos percentuais das avaliações classificadas como “excelente” e “boa”	PR/OUVID
Índice de Execução Adequada das Iniciativas Estratégicas - IEA	Mensurar a capacidade de execução física das Iniciativas Estratégicas do INPI	Execução	$(\text{N}^\circ \text{ total de projetos vigentes com status "concluído", "adequado" e "em atenção"} / \text{N}^\circ \text{ total de projetos vigentes}) \times 100$	PR/CGPO/ DIGEP
Índice de Disponibilidade de Sistemas Corporativos Críticos	Mensurar o tempo de disponibilidade dos serviços de internet, correio eletrônico e portal de serviços	Eficácia	$(\text{percentual de "Disponibilidade Internet"} + \text{percentual "Disponibilidade Correio Eletrônico"} + \text{percentual "Disponibilidade Portal do INPI"}) / 3$	PR/CGTI

Fonte: CGPO.

5. Governança

A estrutura de governança consiste em um conjunto de práticas e órgãos seccionais que tem por finalidade otimizar o desempenho organizacional, observando a segregação de funções e controles internos, com o fim de apoiar a melhoria contínua de processos de trabalho, projetos e a alocação eficaz dos recursos disponíveis, contribuindo para o cumprimento dos objetivos institucionais e gerando benefícios para a sociedade.

5.1. Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança do INPI é composta pelos seguintes órgãos seccionais, que são instâncias de controle: Ouvidoria, Procuradoria Federal, Auditoria Interna e Corregedoria, que estão instituídos pelo Decreto n.º 7.356/2010, de 12/11/2010, ligados diretamente ao Dirigente Máximo da Instituição. Além dessas Unidades, tem-se também como instância de controle: o Comitê de Tecnologia da Informação, a Comissão de Ética do Servidor e a Comissão de Conduta do Agente de Propriedade Industrial.

A seguir serão descritas as atribuições, a forma de atuação de cada instância e a base normativa.

Ouvidoria

Atribuições e Forma de Atuação

A Ouvidoria é um órgão de assessoramento que atua na intermediação entre a Instituição e as demandas do cidadão (usuário interno ou externo). Tem como atribuição de receber manifestações, interpretá-las e buscar soluções para cada caso com o objetivo de aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, além de informar adequadamente a direção do Instituto sobre os indicativos de satisfação dos usuários.

Competências Regimentais

- I - receber, analisar e dar tratamento adequado às denúncias, elogios e sugestões direcionadas à Ouvidoria e, quando necessário, encaminhar os pleitos às áreas competentes para atendimento;
- II - receber, analisar e dar tratamento adequado às reclamações de última instância e, quando necessário, encaminhar os pleitos às áreas competentes para atendimento;
- III - acompanhar as providências adotadas, cobrar soluções e manter o usuário informado, em relação ao definido nos incisos I e II deste artigo, quando couber;
- IV - medir o nível de satisfação do usuário em relação ao atendimento prestado pela Ouvidoria por meio de sistema informatizado, realizando análises sobre seus resultados nos relatórios gerenciais que couberem;
- V - gerar e divulgar relatórios com dados gerenciais, que possibilitem visualizar, por meio das demandas encaminhadas à Ouvidoria, a atuação do Instituto, identificando pontos críticos, contribuindo assim para a melhoria contínua da Instituição;
- VI - organizar e interpretar o conjunto das manifestações recebidas pela Ouvidoria e, sempre que possível, sugerir a implementação de ações às áreas, visando à melhoria dos serviços oferecidos pelo INPI no cumprimento de suas finalidades;
- VII - mediar, uma vez esgotados os demais canais de resolução internos do INPI, eventuais conflitos gerados nas relações de trabalho e na prestação de serviços do Instituto, quando demandada; e

VIII - acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, termos de cooperação, acordos de cooperação técnica, contratos de repasse, projetos e quaisquer instrumentos de transferência, analisar e avaliar a prestação de contas parcial e/ou total e emitir parecer técnico e financeiro, encaminhando para aprovação do ordenador de despesas.

Base Normativa

- Constituição da República Federativa do Brasil
- Emenda Constitucional nº 19, 1998. § 3º do artigo 37
- Regime Jurídico Único - Lei nº 8.112, de 11/12/90
- Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- Resolução Nº 08/2013 - Disciplina os procedimentos necessários ao adequado funcionamento da Ouvidoria do INPI.

Procuradoria Federal

Atribuições e Forma de Atuação

Compete à Procuradoria Federal executar e operacionalizar as atividades relacionadas com os serviços jurídicos, no âmbito da autarquia.

Competências Regimentais

I - exercer a representação judicial e extrajudicial do INPI, na forma disciplinada pela Advocacia-Geral da União;

II - exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Presidente e às unidades da estrutura regimental do INPI, aplicando-se, no que couber, o disposto no art.11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

III - fornecer, na forma de subsídios, os elementos de fato e de direito, inclusive cálculos e perícias, quando couber, necessários à atuação dos órgãos regionais da Procuradoria-Geral Federal, na defesa judicial dos direitos e interesses do INPI, na forma disciplinada pela Advocacia-Geral da União;

IV - orientar e apoiar as unidades do INPI na elaboração de minutas de editais de licitação, de instrumentos de contratos, de convênios, acordos e de outros atos criadores de direitos e obrigações;

V - analisar e emitir pareceres sobre questões suscitadas pela aplicação das leis e dos regulamentos relativos às atividades desenvolvidas pelo INPI, em especial as normas que regem a propriedade intelectual;

VI - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade das propostas de normas internas do INPI;

VII - apurar a liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, resultantes das atividades implementadas pelo INPI, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial;

VIII - promover e coordenar, em conjunto com Centro de Defesa da Propriedade Intelectual, ações visando à disseminação de conhecimentos específicos do Sistema Legal de Proteção da Propriedade Intelectual e de Combate a Atos de Concorrência Desleal e a Infrações de Direitos de Propriedade Intelectual; e

IX - exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pela Advocacia-Geral da União.

Base Normativa

- Constituição da República Federativa do Brasil
- Lei Complementar Nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Auditoria Interna

Atribuições e Forma de Atuação

Pelas atribuições estabelecidas no Regimento Interno, a Auditoria Interna atua na verificação de conformidade às normas vigentes dos procedimentos de natureza orçamentária, patrimonial, financeira, contábil e recursos humanos, e especificamente:

Competências Regimentais

I - elaborar, submeter à aprovação do Presidente do INPI e executar adequadamente os Planos Anuais de Atividades de Auditoria Interna, na forma das normas em vigor, bem como os pertinentes Relatórios Anuais de Atividades de Auditoria Interna;

II - zelar pela qualidade, eficiência e efetividade dos controles internos visando à garantia da regularidade dos atos administrativos, assim como pelo adequado atendimento às recomendações emanadas do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União;

III - orientar ou proceder, quando determinado pelo Presidente do INPI, ao exame prévio dos atos administrativos de sua competência, sem prejuízo daquele eventualmente realizado pelo órgão jurídico, de modo a garantir a conformidade dos mesmos em relação à legislação específica e normas correlatas;

IV - orientar os gestores de bens e ordenadores de despesas, quando determinado pelo Presidente do INPI;

V - orientar a elaboração das Prestações de Contas Anuais; e

VI - emitir pareceres sobre as Prestações de Contas Anuais e eventuais Tomadas de Contas Especial realizadas no âmbito do INPI.

Base Normativa

- Constituição da República Federativa do Brasil
- Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/01/2001;
- Instrução Normativa CGU n.º 24, de 17 de novembro de 2015;
- Instrução Normativa SFC n.º 01, de 3 de janeiro de 2007;
- Normas Brasileiras para o Exercício da Auditoria Interna – Instituto dos Auditores Internos do Brasil (AUDIBRA);
- Decreto n.º 1.171, de 22 de Junho de 1994, o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal; e
- Código de Ética da Auditoria Interna

Corregedoria

Atribuições e Forma de Atuação

As atribuições da Corregedoria-Seccional podem ser analiticamente divididas em funções de coordenação, supervisão e execução. A corregedoria-seccional será competente para coordenar as atividades correcionais sob sua responsabilidade com as atividades dos demais integrantes do Sistema de Correição: organizando e fornecendo informações sobre os processos em curso, participando de atividades conjugadas com os demais integrantes e sugerindo medidas de aprimoramento para o melhor funcionamento do sistema correcional.

Exercerá ainda um papel de supervisão do funcionamento e execução dos processos e procedimentos correcionais em curso no INPI. Isso quer dizer que compete à Corregedoria-Seccional supervisionar as atividades das Comissões Disciplinares instauradas e atuando dentro do INPI (comissões de processo administrativo disciplinar, sindicância investigativa, comissões de sindicância patrimonial e comissões de investigação preliminar).

Competências Regimentais

I - planejar, dirigir, orientar, supervisionar, avaliar, aprimorar e controlar as atividades de correição no âmbito do INPI, na forma da legislação em vigor e em consonância com as orientações normativas da Controladoria-Geral da União;

II - realizar levantamento dos servidores públicos aptos a compor comissões de processo administrativo disciplinar e comissões de sindicância, propondo à Controladoria-Geral da União sua capacitação;

III - supervisionar, coordenar, e executar atividades que conduzam à prevenção dos desvios de ordem disciplinar no âmbito da autarquia;

IV - promover o desenvolvimento de ações, no âmbito do INPI, com o objetivo de disseminar, esclarecer, capacitar e treinar os agentes públicos, em exercício de cargo ou função no INPI, sobre as normas de caráter disciplinar;

V - encaminhar à Controladoria-Geral da União dados consolidados e sistematizados, relativos aos processos e expedientes em curso, os resultados das sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como informações sobre a aplicação das penalidades respectivas;

VI - participar de atividades conjugadas das unidades integrantes do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, com vista ao aprimoramento do exercício das atividades que lhes são comuns;

VII - apreciar consultas e manifestar-se sobre matérias relacionadas a sua área de competência;

VIII - solicitar e realizar diligências, requisitar informações, processos e documentos necessários ao exame de matéria na sua área de competência;

IX - orientar, supervisionar e controlar as atividades das comissões de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, no que couber;

X - instruir os processos disciplinares e demais expedientes que devam ser submetidos à apreciação e decisão das autoridades competentes; e

XI - encaminhar à área administrativa competente matéria relativa à Tomada de Contas Especial.

Base Normativa

- Lei nº 8.112/1990
- Lei nº 8.429/1992
- Lei nº 9.784/1999
- Decreto nº 5.483/2005
- Decreto nº 5.480/2005
- Portaria CGU nº 335/2006
- Instrução Normativa INPI/PR nº 20/2013.

Comitê de Tecnologia da Informação

O Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) atualmente em vigor foi instituído pela Resolução INPI n.º 6/2013.

Atribuições e Forma de Atuação

As atribuições básicas do Comitê são de acompanhar e promover o alinhamento dos investimentos de Tecnologia da Informação - TI com os objetivos estratégicos do órgão e de apoiar a priorização de projetos de TI a serem atendidos no âmbito do INPI, bem, como promover a coordenação de ações necessárias para viabilizar a Política de Informação no âmbito deste Instituto.

Competências

I – analisar e aprovar o novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, elaborado pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação, com o apoio das demais unidades do INPI, fundamentado no Plano Plurianual e no Planejamento Estratégico do INPI e nas normativas implementadas pelos órgãos responsáveis pelos sistemas de administração dos recursos de informação do governo federal;

II – consolidar, à luz do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e alinhado às estratégias do órgão, os planejamentos anuais de contratações de serviços de tecnologia da informação a serem realizados pelas diversas áreas do Instituto e promover sua contemplação na proposta orçamentária anual;

III – apoiar a priorização de projetos de tecnologia da informação a serem atendidos no âmbito do INPI, por meio da indicação no Planejamento Estratégico do Instituto, para a definição das prioridades, e

IV – acompanhar a CGTI no desempenho de suas competências referentes ao processo de contratação de serviços de TI, por meio da definição de diretrizes para a aquisição de bens e contratação de serviços de TI.

Coordenado pelo Presidente do Instituto e em seus impedimentos legais e regulamentares substituído pelo vice-presidente, o Comitê de Tecnologia da Informação deve analisar e aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI - elaborado pela CGTI, consolidar os planejamentos anuais de contratações e serviços de TI a serem realizados pelas diversas áreas do INPI, apoiar e definir as prioridades dos projetos de TI de acordo com o Planejamento Estratégico do Instituto, sempre acompanhando as ações da CGTI.

Base Normativa

- Resolução INPI n.º 6/2013
- Instrução Normativa SLTI n.º 04/2014

Comissão de Ética do Servidor

Atribuições e Forma de Atuação

Comissão criada para analisar as denúncias relativas à conduta do servidor, a composição da Comissão é renovada periodicamente e a que está em vigor, foi instituída por meio da Portaria INPI n.º 291, de 30/05/2012. Essa comissão está diretamente ligada à Comissão de Ética Pública.

Base Normativa

- Decreto n.º 1.171, de 22 de Junho de 1994, o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;
- Decreto n.º 6.029/2007;
- Código de Conduta da Alta Administração Federal.

Comissão de Conduta do Agente de Propriedade Industrial

Atribuições e Forma de Atuação

Em razão da sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0020172-59.2009.403.6100, que tramita na 10ª Vara Cível da Justiça Federal – Seção Judiciária de São Paulo - SP, todas as atividades referentes ao registro e fiscalização da conduta de agentes da Propriedade

Industrial pelo INPI foram suspensas. A sentença determinou que qualquer cidadão pode agir como procurador de terceiros perante o INPI. O cumprimento da decisão judicial foi efetivado pela Resolução INPI nº 141/2014.

Base Normativa

- Resolução INPI nº 141/2014 – Suspende os efeitos dos atos relativos à função de Agente da Propriedade Industrial, em função de sentença judicial.

5.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

O Regimento Interno do INPI, aprovado pela Portaria MDIC nº149, de 15 de maio de 2013, detalha as unidades administrativas integrantes da estrutura regimental do Instituto, suas competências e as atribuições de seus dirigentes. A Estrutura Regimental do INPI foi aprovada pelo Decreto nº 7.356, de 12 de novembro de 2010. O Regimento Interno se encontra disponível para consulta no endereço: <http://www.inpi.gov.br/acesso-a-informacao/institucional>.

O organograma funcional do INPI, que apresenta a composição de dirigentes, por Diretorias, Coordenações e demais unidades foi apresentado na presente prestação de contas, no Item 3 – Visão Geral da Unidade, subitem 3.6 Organograma.

Quanto às informações de composição dos colegiados, temos a informar que não há no âmbito do Instituto estrutura de Colegiados.

No que tange ao processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil dos mesmos, cabe ressaltar que a nomeação ou designação, para ocupação dos cargos das diretorias que compõem a estrutura organizacional do INPI ficam a cargo da Presidência do Instituto e observam o que estabelece o Decreto Nº 5.497, de 21 de julho de 2005 que dispõe sobre o provimento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1 a 4, por servidores de carreira, no âmbito da administração pública federal. Em seu artigo 1º o decreto estabelece:

Art. 1º Serão ocupados exclusivamente por servidores de carreira os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS da administração pública federal direta, autárquica e fundacional:

I - setenta e cinco por cento dos cargos em comissão DAS, níveis 1, 2 e 3; e

II - cinquenta por cento dos cargos em comissão DAS, nível 4.

§ 1º A partir da vigência deste decreto não serão providos cargos em comissão em desacordo com o disposto no caput.

5.3 Atuação da unidade de Auditoria Interna

a) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas.

Os trabalhos de Auditoria Interna seguem uma programação anual estabelecida no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), devidamente aprovado pela Presidência do Instituto e pela Controladoria Geral da União (CGU), onde são definidos os trabalhos que serão realizados e seu escopo.

Os trabalhos são executados conforme determinado nas Ordens de Serviço, na qual é determinado o item a ser atendido do PAINT, objeto de exame, objetivo e escopo do trabalho. Os trabalhos na sua maioria são realizados na sede do INPI, mas podem ocorrer nas unidades descentralizadas (Escritórios de Difusão Regionais).

Devido a fatores que influenciam no andamento dos trabalhos, as ações previstas para o exercício podem não ser executadas em sua totalidade. Em contrapartida, são executadas outras ações não previstas, mas que se mostraram necessárias ao longo do período.

Com base nos exames realizados, considerando os escopos que orientaram as ações, as equipes designadas para a execução dos trabalhos emitem sua opinião com base nas evidências encontradas e, que em alguns casos, geram recomendações aos gestores objetivando fortalecer e aprimorar os sistemas de controle.

A autoridade máxima é comunicada a cerca do resultado dos trabalhos realizados, com o encaminhamento dos relatórios, notas de auditoria e/ou notas técnicas, nos quais constam as informações, constatações e recomendações (quando cabível), e os riscos decorrentes do não atendimento das recomendações.

O monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria ocorre segundo o seguinte fluxo:

- 1.º Encaminhamento dos Relatórios e/ou Notas da Auditoria Interna à Presidência para conhecimento e apreciação, que os encaminham para os gestores responsáveis;
- 2.º Os gestores se pronunciam quanto ao atendimento da recomendação e as providências adotadas;
- 3.º Semestralmente são encaminhados memorandos aos gestores com recomendações pendentes para verificação da situação de atendimento;
- 4.º Os gestores respondem aos memorandos posicionando a Auditoria Interna sobre os atendimentos realizados; e
- 5.º Se ocorrer atendimento posterior ao encaminhamento dos memorandos, os gestores têm por prática acordada informar o atendimento às recomendações.

O acompanhamento do atendimento das recomendações é feito semestralmente, por meio da análise de documentos ou inspeção *in loco*, onde são avaliadas se as ações gerenciais adotadas sanaram as deficiências detectadas e aprimoraram efetivamente a gestão.

b) Informações quantitativas e qualitativas das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão.

Além das atividades administrativas próprias da gestão da unidade de Auditoria Interna, de acompanhamento do cumprimento das recomendações e determinações dos Órgãos de Controle e de assessoramento aos gestores em assuntos relacionados à área de auditoria, a Auditoria Interna do INPI realizou as seguintes ações de auditoria no exercício de 2015:

Quadro A.5.3 – Resultados das ações de auditoria realizadas no exercício

Relatório Nota Parecer	Objeto	Área	Constatações	Recomendações Geradas	Recomendações Atendidas
RE 03/2015	Em cumprimento a OS/AUDIT/No 003/2015, de 08/05/2015, procedemos ao exame do processo no 52401.000007/2014 referente ao contrato nº 13/2014, o qual diz respeito à prestação de serviços de apoio administrativos (empresa Pontual assessoria Empresarial Ltda.-ME) nas dependências da DIREG/DF, conforme previsto no item 8.2 do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2015.	DIREG/ DF	6	7	6
RE 04/2015	Em cumprimento a OS/AUDIT/No004/2015, de 08/05/2015, procedemos ao exame do processo no 52420.000074/2011, o qual diz respeito à prestação de serviços de apoio administrativo (empresa Top Service Terceirização Ltda. - ME) nas dependências da DIREG/CE e de suas Representações, conforme previsto no item 8.2 do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2015	DIREG/ CE	6	4	3
RE 06/2015	Avaliar os resultados e a qualidade dos indicadores de gestão da Diretoria de Marcas, constantes da Resolução INPI nº 99 de 11/07/2013.	DIRMA	1	1	-
RE 07/2015	Em cumprimento a OS/AUDIT/No 007/2015, de 10/07/2015, procedemos ao exame do processo no 52405.000002/2013 (volumes I ao VIII), o qual diz respeito à prestação de serviços de apoio administrativos nas dependências da DIREG/PR e à SEDIR/SC, conforme previsto no item 8.2 do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2015, observando os princípios da eficiência, eficácia e economicidade.	DIREG/ PR	3	3	-
RE 09/2015	Este trabalho seguiu as determinações e orientações contidas na Ordem de Serviço/AUDIT/Nº 009/2015, por meio da qual foram definidas as normas de execução do trabalho, o escopo e o objetivo do exame de conformidade a ser realizado nos atos de pessoal cadastrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC).	DIRAD CGRH	2	2	-
RE 11/2015	Avaliar a gestão de Tecnologia da Informação do INPI, especificamente no que se refere à segurança da informação e o alcance de resultados do PDTI.	CGTI	2	3	-
RE 12/2015	Análise da regularidade dos procedimentos licitatórios, nas modalidades de Inexigibilidade e Dispensa de Licitação, realizados entre janeiro e outubro de 2015, consoante estabelecido na Ordem de Serviço nº 012/2015.	DIRAD CGAD	1	1	-
RE 13/2015	Trata da análise da regularidade dos procedimentos licitatórios, na modalidade Dispensa de Licitação, realizados entre janeiro e setembro de 2015, consoante estabelecido na Ordem de Serviço nº 013/2015	DIRAD CGAD	-	-	-
NT 01/2015	Trata-se de solicitação da Presidência, à fl. 503 do processo n.º 52400.139027/204-96, para manifestação dessa Auditoria Interna acerca das justificativas apresentadas pelas unidades da DIRAD em relação às considerações contidas na Nota Técnica/AUDIT/Nº 26/2014.	DIRAD CGAD	-	-	-

NT 02/2015	Trata-se de exame sobre possível existência de conflito de interesses na indicação de servidor da Diretoria de Contratos, Indicação Geográfica e Registros (DICIG) para ministrar palestras, dialogar, prestar esclarecimentos e informações no evento que será promovido pela ABRACAM	Conflito de Interesses	-	-	-
NT 03/2015	Trata-se de exame sobre possível existência de conflito de interesses no pedido de autorização do servidor para o exercício de atividade privada na empresa Ecologus Engenharia Consultiva.	Conflito de Interesses	-	-	-
NT 04/2015	Trata-se da verificação da análise da prestação de contas do Termo de Cooperação do projeto de implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico.	DICOD CBMB	-	-	-
NT 06/2015	Pedido de indenização de despesas eventuais de pequeno vulto realizadas com recursos próprios de servidor na Regional de Belo Horizonte.	DIREG/ MG	-	-	-
NT 07/2015	Trata-se de informação sobre o desligamento do servidor do grupo de trabalho para elaboração de trabalhos acadêmicos	Conflito de Interesses	-	-	-
NT 08/2015	Trata-se de manifestação sobre a instrução processual do processo n. 52400.002108/2015-12 - levantamento dos valores pagos a HOPE Recursos Humanos	DIRAD CGAD	-	-	-

Fonte: Trabalhos de auditoria executados no exercício 2015.

c) Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada.

Quadro A.5.3 – Atividades de Auditoria realizadas no exercício

Atividades Programadas - PAINT 2015		Executado no exercício		
Item	Ações	H/h	H/h	Relatório, Parecer, Nota de Auditoria ou Técnica
1	Elaboração do RAIN T	456	492	RAIN T 2014
2	Acompanhamento do cumprimento das determinações /recomendações do TCU/CGU e AUDIT	504	648	Sem emissão de Relatório
3	Acompanhamento do trâmite das denúncias recebidas pela Ouvidoria, encaminhadas à Auditoria	120	166	Sem emissão de relatório. A Ouvidoria encaminhou planilhas, mensalmente, informando as denúncias recebidas. No trabalho de análise realizado não se constatou denúncia procedente para realização de trabalho de auditoria.
4	Assessorar o Gestor na elaboração da Prestação de Contas e do Relatório de Gestão do Ex. 2014	280	560	Sem emissão de Relatório
5	Auditoria Operacional - Disseminação da Informação Tecnológica de Patentes	360	-	Não Realizada
6	Assistência à equipe de Auditoria da CGU na Auditoria de Contas do INPI referente ao Exercício de 2014.	320	-	Não houve contas prestadas nesse exercício
7	Avaliação dos Indicadores de Desempenho - utilizados pela Diretoria de Marcas	480	528	Relatório 006/2015

8	Avaliação dos Controles Internos			
8.1	Verificação da aderência às normas legais da execução contratual - UG 183038	360	432	OS n.º 002/2015. Foi iniciado o trabalho de auditoria na execução contratual do condomínio SB1. No entanto, foi suspenso devido a auditoria da CGU de escopo semelhante. OS n.º 201504113 - Contratação e execução do Condomínio. Todos os achados de auditoria foram repassados para CGU.
			178	OS n.º 014/2015. Auditoria na execução do contrato n.º 33/2012, referente à contratação da LINK DATA cujo objeto é o SIGINPI - Sistema de integração e automação de processos administrativos. Devido a complexidade dos trabalhos e a solicitação de prorrogação de prazo de atendimento das SAUDI os trabalhos de auditoria não foram concluídos no prazo, sendo prorrogado para 2016.
8.2	Verificação da aderência às normas legais da execução contratual - Demais UG	320	104	Relatório 003/2015
			156	Relatório 004/2015
			112	Relatório 007/2015
8.3	Avaliar o grau de maturidade dos controles internos e da gestão de riscos da DIRAD	480	88	OS n.º 008/2015. Os trabalhos foram iniciados na Divisão de Contratos e Licitações. No entanto, devido às necessidades emergenciais no INPI, com vias reduzir custos, o diretor da DIRAD solicitou a suspensão dos trabalhos de auditoria, considerando que a Unidade estava diretamente envolvida no processo de solução. Suspenso.
9	Avaliar a Gestão Patrimonial dos imóveis próprios e/ou cedidos	320	-	Não Realizada
10	Avaliar a Gestão de TI	360	387	Relatório 011/2015
11	Análise dos procedimentos licitatórios, inclusive contratação direta.	510	134	Relatório 012/2015
			153	Relatório 013/2015
			412	OS n.º 010/2015. Iniciado trabalho de auditoria da contratação do sistema SIGINPI. Ainda não concluído.
12	Assistência à equipe de Auditoria da CGU - APG e demais demandas	420	311	OS CGU 201500378 Monitoramento das Recomendações CGU
				OS CGU 201504113 Contratação e execução do Condomínio.
				OS CGU 201504824 Avaliação da Auditoria Interna.
				OS CGU 201505656 Backlog de Patentes

13	Análise da execução dos convênios e outros ajustes - Convênios da Sede - UG 183038	520	234	OS n.º 001/2015. Devido à demora da remessa dos documentos necessários pela OMPI na Suíça não foi possível sua conclusão. Será finalizado em 2016.
			320	Nota Técnica n.º 004
14	Auditoria de Pessoal			
14.1	Conformidade dos Atos de Pessoal	160	238	Relatório 009/2015
14.2	Lançamentos na Folha de Pagamento	160	-	Não Realizada
15	Elaboração do PAINT	304	342	PAINT 2016
16	Acompanhar o cumprimento das metas previstas no PPA	380	432	Relatório 006/2015
17	Assistência à equipe de Auditoria do TCU	320	-	Não houve demanda.
18	Examinar e emitir Parecer sobre Tomadas de Contas Especiais	410	-	Não houve demanda.
19	Avaliação de conflito de interesses	420	636	Pareceres n.º1, 2, 3, 4, 5 e 6 Notas Técnicas n.º 2, 3 e 7
20	Exames a Pedido da Presidência	640	240	Notas Técnicas n.º 1 e 8
21	Ações Não Programadas	640	744	Nota Técnica n.º 08/2015 Conclusão Relatórios: n.º 04/2014, em 13/02/15, n.º 09/2014, em 26/01/15, n.º 11/2014, em 30/01/15, e n.º 13/2014, em 15/01/15.
Total		9.244	8.047	
CAPACITAÇÃO		980	123	
ADMINISTRAÇÃO		6.288	6.876	
TOTAL DO H/h - AUDITORIA INTERNA		16.512	15.046	

Fonte: Relatórios de execução e planilhas de monitoramento dos trabalhos

Dentre os trabalhos de auditoria realizados durante o exercício, destacam-se a seguir os mais relevantes, com as constatações pertinentes:

Unidade analisada: DIRMA

Relatório de Auditoria Interna N° 06/2015

Auditoria operacional, cujo escopo foi a avaliação dos resultados e da qualidade dos indicadores de gestão da Diretoria de Marcas (DIRMA), constantes da Resolução INPI n° 99 de 11/07/2013.

Com relação à ausência de indicadores de gestão que abranjam todas as etapas do processo de marcas, verificou-se que DIRMA está providenciando a revisão e reformulação dos indicadores de gestão da diretoria, que incluirá, no caso do registro de marca, as etapas de análise em primeira e segunda instância.

A Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento consolidará outros indicadores utilizados pelo INPI, como aqueles no âmbito do Plano Plurianual (PPA), na avaliação de desempenho institucional para fins de cálculo da GDAPI e no Planejamento Estratégico do Instituto

e harmonizará os indicadores relacionados aos diferentes macroprocessos finalísticos, que envolvem o registro de marcas, a concessão de privilégios de patente, o registro de desenhos industriais etc.

Segundo o diretor da DIRMA, no decorrer da elaboração do planejamento estratégico do INPI foi desenvolvido um indicador denominado “Tempo médio de concessão de registro de marca”, que mede o tempo entre o depósito do pedido de registro e a data de concessão do registro, incluindo nessa mensuração o tempo relativo a eventuais recursos administrativos. Como o Plano Estratégico INPI 2023 está em fase de validação, o citado indicador e outros ainda estão em processo de construção.

A medição incompleta das etapas do processo de concessão de marcas fragiliza os controles internos da Diretoria, uma vez que a ausência de conhecimento do desempenho de determinadas etapas processuais prejudica a tomada de decisão dos gestores da área.

Na avaliação dos resultados da DIRMA constatou o não atingimento das metas dos indicadores de marcas estipuladas na Resolução INPI nº 99/2013. Mas, apesar da DIRMA não atingir as metas estipuladas dos indicadores de gestão da área, observamos que três desses indicadores apresentaram uma melhora nos resultados do último exercício.

A DIRMA apontou os aspectos negativos que impactaram nos resultados dos indicadores de gestão. Como todos os indicadores de gestão tratam da medição de uma mesma etapa processual (depósito até o primeiro exame), esses fatores que impactam nos resultados se repetem, conforme abaixo, a saber.

- O *backlog* final de 2013 ficou acima do inicialmente projetado;
- A contratação de novos examinadores de marcas aconteceu depois do que estava previsto (parte dos examinadores contratados em 2014 iniciou as atividades no segundo semestre);
- O período de aperfeiçoamento da automatização dos processos de registro de marcas; e
- O IPAS (Sistema de Automação em Propriedade Industrial) permitiu a retomada do exame de pedidos que já haviam recebido um primeiro exame, em particular daqueles que estavam com o exame sobrestado, assim parte da capacidade de exame de 2014 não se direcionou para a realização de primeiros exames.

Como conclusão dos trabalhos, verificou que os indicadores de gestão disponibilizados para a DIRMA, constantes da Resolução INPI nº 99/2013, já objeto de constatação pela CGU/RJ, não permitem mensurar o desempenho de todas as etapas do processo de marcas. O desconhecimento do desempenho das etapas posteriores ao primeiro exame revela uma fragilidade dos controles internos e prejudica a tomada de decisões dos gestores da área.

De outro lado, verifica-se que o não atingimento das metas estipuladas na Carteira de Indicadores de Gestão da DIRMA relaciona-se diretamente com a carência de examinadores de marcas e ao período de adaptação e aperfeiçoamento da automatização do exame dos pedidos de registro de marcas.

Unidade analisada: DICIG

Relatório de Auditoria Interna n.º 04/2014, em 13/02/2015

Auditoria operacional que tem como objetivo avaliar os controles internos e identificar os fatores no processo de digitalização que possam impactar negativamente os exames dos pedidos inerentes a Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros - DICIG.

O escopo foi a análise dos controles internos dos processos de registro de programas de computador e a avaliação por amostragem não probabilística por julgamento, do processamento de exames de pedidos de desenho industrial, totalizando 30 pedidos que utilizem o ambiente digital e,

em especial, documentos digitalizados, a fim de identificar possíveis deficiências que prejudiquem a execução do exame ou sua celeridade.

Na análise realizada foram observadas as seguintes constatações:

- Deficiências na prestação do serviço de digitalização dos pedidos de desenho industrial;
- Pedidos de desenho industrial sob a guarda da antiga empresa de digitalização - impossibilidade de exame - contribuição para o aumento do *backlog*;
- Ausência de um sistema de informática que atenda todo o fluxo processual de desenho industrial;
- Os pedidos de desenho industrial não são arquivados adequadamente, nem numerados e rubricados;
- Retrabalho do exame formal preliminar do pedido de desenho industrial.

Unidade analisada: DICOD / CBMB

Nota Técnica/AUDIT/Nº 04/2015

Auditoria realizada na prestação de contas do Termo de Cooperação entre o INPI e o INMETRO e sua prestação de contas, ou seja, a Análise do Relatório de Prestação de Contas Relativa ao Termo de Cooperação Técnica, Científica e Administrativa nº 001/2009 – Projeto de Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico (CBMB) - Processo 52600.011234/2015.

O posicionamento da Coordenadora do projeto foi de “*constatar a existência de irregularidades na aplicação, pelo Inmetro, dos recursos repassados pelo INPI para a execução das obras do CBMB*”.

A análise da prestação de contas amparou-se na análise do relatório final apresentado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Conjunta nº 001/2014 e no relatório de análise da prestação de contas emitido pela Coordenação de Engenharia e Arquitetura – CENGE.

A Auditoria Interna orientou para que fossem adotadas as medidas administrativas cabíveis com o objetivo de recuperar os recursos financeiros aplicados no âmbito do Termo de Cooperação Técnica, Científica e Administrativa nº 001/2009.

Da análise realizada verificou-se que os controles internos operacionais do INPI foram eficientes, o que impediu a aprovação das contas prestadas pelo INMETRO.

Unidade analisada: CGTI

Relatório de Auditoria Interna Nº 11/2015

Exame de auditoria com objetivo de avaliar a gestão de Tecnologia da Informação do INPI, especificamente no que se refere à segurança da informação e o alcance de resultados do PDTI. O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI (2012 – 2015) é composto de 17 metas e 165 ações.

Diante do grande número de ações definidas no PDTI (165 ações), essa Auditoria Interna avaliou quantitativamente o atendimento daquelas classificadas com pontuação igual ou superior a 100 na matriz GUT. Dessa forma, foram avaliadas 89 ações do PDTI, equivalente a análise do cumprimento de 54% de todas as ações constantes do planejamento de TI para o período de 2012 a 2015.

Na análise do atendimento das 89 ações do PDTI verificou-se que 34 não foram atendidas, 51 atendidas, três canceladas e uma atendida parcialmente.

Na análise realizada foram observadas as seguintes constatações:

- Inexistência de equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais e sua norma de criação;
- Contratos de TI firmados em desacordo com determinações legais da PoSIC.

Como conclusão verificou-se das 89 ações do PDTI avaliadas por esse trabalho de auditoria constatou-se que 57% foram atendidas, 38% não foram atendidas, 4% foram canceladas e 1% foi atendida parcialmente.

Benefícios, funcionalidades e fragilidades de cada uma das ações foram apontados pelas unidades organizacionais relacionadas à implantação das metas do PDTI, identificou o prevailecimento de benefícios na implantação das ações previstas no PDTI, apesar de ocorrência de fragilidades técnicas relatadas em algumas ações.

No que concerne à avaliação da segurança da informação no INPI, de plano verifica-se a existência de Instrução Normativa que dispõe da Política de Segurança da Informação e Comunicações no âmbito INPI. No entanto, não foram cumpridas as determinações contidas do inciso IV do art. 20 e do art. 11 da Instrução Normativa INPI/PR nº 24/2013. Nesse sentido, as recomendações 1, 2 e 3 têm como objetivo o saneamento dos fatos apontados.

Além das recomendações realizadas, a Auditoria Interna orientou a CGTI a enfrentar os problemas técnicos conjuntamente com as unidades organizacionais relacionadas.

Unidade analisada: Divisões Regionais

Foram realizadas auditorias em processos de alguns Escritórios de Difusão Regional - DIREGs – Unidades descentralizadas do INPI. De forma sintética foram constatadas, principalmente, as seguintes falhas:

- Desconhecimento por parte dos servidores de suas competências, atribuições, responsabilidades e dos normativos aplicáveis;
- Realização de tarefas por servidor que não possui as devidas capacitações para executá-las;
- Carência de orientação da Administração para com a Unidade;
- Dificuldade de comunicação entre as Unidades subordinadas e subordinadoras.

Por meio do exame dos processos licitatórios, não se constatou descumprimento a requisitos de sustentabilidade ambiental, em especial quanto à Instrução Normativa SLTI Nº 01/2010 e a Portaria SLTI Nº 02/2010.

As falhas detectadas remeteram a um baixo nível de maturidade dos controles internos nos Escritórios de Difusão Regional, especialmente em relação à fiscalização da execução contratual.

Unidade analisada: DIREG/DF

Relatório de Auditoria Interna Nº 03/2015

Exame do processo nº 52401.000007/2014, cujo escopo foi a verificação da conformidade da execução do contrato nº 13/2014, firmado com a empresa Pontual Assessoria Empresarial Ltda.-ME, referente à prestação de serviço de apoio administrativo nas dependências da DIREG/DF.

O processo examinado foi selecionado por amostragem, utilizando-se o critério da materialidade, sendo que no primeiro semestre do exercício de 2015, o referido contrato teve uma representatividade de 54,7% (R\$177.627,57) das despesas realizadas na DIREG-DF.

Na análise realizada foram observadas as seguintes constatações:

- Ausência de identificação e de assinatura do responsável pela conferência da folha individual de frequência dos funcionários da empresa Pontual;

- Ausência da comprovação dos documentos que demonstre a qualificação de cada agente disponibilizado;
- Ausência de livro próprio para registros das ocorrências no âmbito do INPI;
- Ausência de Declaração de Sigilo dos prestadores de serviço da empresa Pontual;
- Ausência da declaração firmada por cada um dos empregados disponibilizado pela contratada, de que está ciente do teor da súmula vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal;
- Preenchimento inadequado da Folha de Individual de Presença de funcionários.

Além das recomendações consignadas no relatório, foi alertado para a necessidade do servidor responsável pela fiscalização possuir o necessário conhecimento das normas pertinentes, a fim de possibilitar o desenvolvimento de suas atividades como fiscal. Dessa forma, foi solicitada à Administração verificar a existência de qualificação e, na sua ausência, providenciar a capacitação e/ou orientação necessárias ao servidor designado para o encargo de fiscal de contrato.

As falhas detectadas remeteram a fragilidade dos controles internos do Escritório de Difusão Regional Centro Oeste, em relação à fiscalização da execução contratual.

Unidade analisada: DIREG/CE

Relatório de Auditoria Interna Nº 04/2015

Exame do processo nº 52420.000074/2011, cujo escopo foi verificar a regularidade da execução do contrato nº 15/2013, firmado com a empresa Top Service Terceirização Ltda. - ME, referente à prestação de serviço de apoio administrativo nas dependências da DIREG/CE e de suas Representações.

O processo examinado foi selecionado por amostragem, utilizando-se o critério da materialidade, sendo que no exercício de 2015, até a conclusão deste Relatório, o referido contrato teve uma representatividade de 41,7% (R\$192.023,53) das despesas realizadas na DIREG/CE.

Na análise realizada foram observadas as seguintes constatações:

- Ausência de comprovação da qualificação mínima dos funcionários da contratada;
- Ausência de livro próprio para registro das ocorrências no âmbito das dependências do INPI;
- Ausência de Declarações de Sigilo de Informação dos funcionários disponibilizados pela empresa Top Service Terceirização Ltda;
- Ausência de declaração firmada por cada um dos agentes disponibilizados pela empresa contratada constando ciência do teor da súmula vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal;
- Ausência de identificação e de assinatura do responsável pela conferência da folha individual de frequência dos funcionários da empresa Top Service;
- Repactuação indevida com base na variação de custos salariais de mão-de-obra para o ano de 2013.

Além das recomendações consignadas no relatório, foi alertado para a necessidade do servidor responsável pela fiscalização deter o necessário conhecimento das normas pertinentes, a fim de possibilitar o desenvolvimento de suas atividades como fiscal. Dessa forma, foi solicitado à Administração para verificar a existência de qualificação e na sua ausência, providenciar a capacitação e/ou orientação necessárias ao servidor designado para o encargo de fiscal de contrato.

As falhas detectadas remeteram a fragilidade dos controles internos do Escritório de Difusão Regional Nordeste, em relação à fiscalização da execução contratual.

Unidade analisada: DIREG/PR

Relatório de Auditoria Interna Nº 07/2015

Trata-se de exame do processo no 52405.000002/2013, cujo como escopo foi a avaliação da conformidade da execução do contrato nº 02/2015, firmado com a empresa N&G – Gestão de Mão de Obra e Serviços Ltda.-ME, para a prestação dos serviços de apoio administrativo nas dependências da DIREG-PR e à SEDIR-SC.

O processo examinado neste Relatório foi selecionado por amostragem, utilizando-se o critério de materialidade, sendo que no primeiro semestre do exercício de 2015, o referido contrato teve uma representatividade de 39,1% (R\$113.734,72) das despesas realizadas nas DIREG-PR e SEDIR-SC. Releva informar que a representatividade só não é maior porque o contrato foi assinado no dia 13 de fevereiro de 2015.

Na análise realizada foram observadas as seguintes constatações:

- Ausência de assinatura do responsável legal da contratada na folha individual de frequência;
- Ausência do livro próprio para registro de ocorrências;
- Preenchimento inadequado da folha de frequência de funcionários.

Além das recomendações consignadas no relatório foi solicitado à Administração que orientassem os fiscais ou potenciais fiscais das regionais DIREG-PR e SEDIR-SC para que os fatos não ocorram novamente.

As falhas detectadas remeteram a fragilidade dos controles internos do Escritório de Difusão Regional Sul em relação à fiscalização da execução contratual.

Unidade analisada: DIREG/MG

Nota Técnica n.º 06/2015

Trata-se de solicitação da Presidência para manifestação da Auditoria Interna no processo nº 52425.000004/2015, cujo objeto se refere ao pedido de indenização de despesas de pequeno vulto realizadas com recursos próprios de servidor, em especial, o responsável pela Regional - DIREG/MG, à revelia do processo de Suprimento de Fundos.

Não se constou nos autos do processo motivação formal que justificasse, de maneira tecnicamente fundamentada e convincente, as razões que levaram ao não atendimento dos procedimentos impostos por norma específica que rege a matéria na espécie (Resolução PR INPI No 71/2013, de 18/03/2013) e, conseqüentemente, não se utilizar de procedimento adequado para atender despesas eventuais e de pequeno vulto - Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF).

No exame dos autos constatou-se uma possível morosidade na tramitação dos processos administrativos, decorrente da criação de um novo ciclo, por conta da mudança da natureza das Regionais para Unidades de Disseminação, passando as mesmas a ser supervisionadas pela DICOD, por meio de sua unidade subordinada - CGAR, conforme disposto no inciso V, do art. 98 c/c inciso II, art. 100, da Portaria GM/MDIC n.º 149, de 15/05/2013 - RGI-INPI.

A conclusão da análise da Auditoria Interna foi pelo não acolhimento do pleito de indenização.

Unidade analisada: DIREG/SPRelatório de Auditoria Interna n.º 11/2014, em 30/01/2015

Avaliação da regularidade da licitação e execução do contrato n.º 22/2013, firmado com a empresa Atento São Paulo Serviços de Segurança Patrimonial Ltda., processo n.º 52400.086434/2012-21, cujo objeto é a prestação de serviços de vigilância no Escritório de Difusão Regional de São Paulo - DIREG/SP.

Na análise realizada foram observadas as seguintes constatações:

- Falhas detectadas nas folhas de frequência;
- Ausência de guarda e manutenção de cópia da documentação exigida no contrato.

As falhas detectadas remeteram a fragilidade dos controles internos do Escritório de Difusão Regional Sudeste I, em relação à fiscalização da execução contratual.

Unidade analisada: DIREG/CERelatório de Auditoria Interna n.º 13/2014, em 15/01/2015

Avaliação da regularidade da licitação e execução do contrato n.º 14/2013, firmado com a empresa Atitude Terceirização de Mão de Obra Ltda., processo n.º 52420.000029/2012, cujo objeto é a prestação dos serviços de limpeza na DIREG/CE.

Na análise realizada foram observadas as seguintes constatações:

- Contrato firmado sem data de assinatura;
- Objeto recebido sem o “Termo de Recebimento Circunstanciado”;
- Nota fiscal não inserida nos autos do processo;
- Recibo de serviços prestados contendo objeto diferente do contratado;
- Ausência de registro do número da nota fiscal e do contrato na ordem bancária;
- Erro de seqüência numérica na inicialização de novo volume processual.

As falhas detectadas remeteram a fragilidade dos controles internos do Escritório de Difusão Regional Nordeste, em relação à fiscalização da execução contratual.

Unidade analisada: DIRAD/CGAD

Foram realizadas auditorias em processos da Coordenação Geral de Administração, Unidade subordinada à Diretoria de Administração. De forma sintética foram constatadas, principalmente, as seguintes falhas:

- Morosidade nas contratações;
- Instrução processual em desacordo com as normas e as boas práticas.

As falhas detectadas remeteram a um baixo nível de maturidade dos controles internos da Coordenação Geral de Administração, especialmente, em relação à eficiência da contratação e a qualidade da instrução processual.

Unidade analisada: DIRAD/CGAD/CENGENota Técnica n.º 01/2015

Solicitação da Presidência, para manifestação da Auditoria Interna acerca das justificativas apresentadas pelas unidades da DIRAD em relação às considerações contidas na Nota Técnica/AUDIT/Nº 26/2014 (Processo n.º 52400.139027/204-96).

A Nota Técnica/AUDIT/Nº 26/2014 constatou morosidade da Diretoria de Administração para adoção das medidas administrativas urgentes e necessárias visando afastar os riscos a segurança patrimonial e, principalmente, a vida das pessoas que trabalham ou transitam nas imediações do edifício “A Noite”, na contratação, por meio de pregão eletrônico, de pessoa jurídica especializada em prestações de serviços concernentes a:

- Remoção de treliças metálicas instaladas nas fachadas do Edifício “A Noite”;
- Remoção de plataforma de proteção (apara-lixo) e instalação de uma nova (misto em madeira e aço);
- Instalação de tela fachadeira suportada por nova estrutura a ser localizada na cobertura;
- Reforço/substituição da contenção dos gradis das projeções do 19º andar;
- Contenção/remoção de revestimentos e elementos da fachada que se encontram com risco de queda;
- Manutenção das proteções das fachadas; e
- Retirada de proteções.

Com base nas justificativas apresentadas pela DIRAD, como conclusão verificou-se que não foram trazidas aos autos novas informações que pudessem afastar as considerações e recomendações constantes da Nota Técnica/AUDIT/Nº 26/2014.

Unidade analisada: DIRAD / CGADRelatório de Auditoria Interna Nº 12 e 13/2015

Análise da regularidade dos procedimentos licitatórios, na modalidade de Dispensa de Licitação, realizados entre janeiro e setembro de 2015, com o objetivo de verificar a regularidade dos procedimentos de inexigibilidade e dispensa de licitação.

Os processos examinados nesses Relatórios foram selecionados por amostragem, utilizando-se o critério de materialidade e risco, sendo examinados 88,4% dos valores contratados por inexigibilidade, e 92,76% com relação à dispensa de licitação, pela UG 183038, no período de janeiro a outubro de 2015.

Na análise realizada, no Relatório n.º 12/2015, foi observada a seguinte constatação:

- Pagamento por indenização de aluguel e condomínio do imóvel da DIREG/RS.(Processo nº 52410.000003/2014)

No que concerne ao processo administrativo nº 52410.000003/2014, constatou-se algumas falhas de instrução processual. A demora no processo de locação do novo imóvel resultou no pagamento indenizatório de despesas do contrato de aluguel anterior.

O que se verificou em todos os processos analisados foi a falta de obediência a uma sequência lógica, muitas vezes apresentando os fatos em desacordo com a ordem cronológica, o que dificultou o entendimento das informações contidas no processo e foge ao atendimento legal e das boas práticas.

Considerando o que foi observado no exame referente aos dois relatórios, foi solicitado ao gestor, além da recomendação exarada, que orientasse aos servidores a promover a instrução processual obedecendo à ordem cronológica.

Em relação aos demais processos administrativos de dispensa e inexigibilidade, examinados, não foram encontrados fatos que comprometessem a regularidade dos processos licitatórios, de modo a causar prejuízo ao erário público.

Unidade analisada: DIRAD / CGAD

Relatório de Auditoria Interna n.º 09/2014, em 26/01/2015

Auditoria para verificação da regularidade dos procedimentos licitatórios, na modalidade de Dispensa de Licitação, cujo escopo foi a análise de nove processos selecionados por amostragem, utilizando-se o critério de materialidade e risco, perfazendo 63% dos valores contratados por dispensa de licitação, pela UG 183038, no período de janeiro a agosto de 2014, excetuando-se a contratação emergencial de serviço de apoio administrativo.

Da análise realizada, verificou-se que 67% dos processos não cumpriram corretamente a orientação de instrução processual.

Todos os processos de capacitação não detinham o correto preenchimento do pedido de capacitação, seja por falta no preenchimento da parte destinada exclusivamente ao CETEC, ou, seja por ausência de aprovação de chefia imediata.

Apesar dessas falhas, não foram encontrados fatos que comprometessem a regularidade das contratações analisadas, de modo a causar prejuízo ao erário público.

Recomendações Emitidas:

As ações de auditoria interna realizadas no exercício de 2015 resultaram em 21 recomendações. Não foram consideradas as recomendações dos relatórios de auditoria interna n.ºs 01/2015, 08/2015, 10/2015 e 14/2015, cujas revisões de trabalho e encaminhamento à autoridade superior, para ciência e providências, se deram no início de 2016.

Das recomendações exaradas nos relatórios, tem-se que 43% foram cumpridas durante o próprio exercício.

Avaliação de Conflito de Interesses

Cabe a Unidade de Auditoria Interna, com a competência dada pela Portaria INPI n.º 519/2013, o trabalho realizar a análise preliminar sobre as consultas e pedidos de autorização, no que se refere a possíveis existências de conflitos de interesses.

A Auditoria Interna além de identificar as possíveis situações de conflito de interesses atua, também, no intuito de sanar as dúvidas dos servidores do instituto.

Com base consultas e pedidos protocolados no Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesse - SeCI, somente em uma consulta se vislumbrou a possível existência de conflito de interesses.

Trata-se do Parecer de Auditoria n.º 01/2015, que foi encaminhado a Controladoria Geral da União (CGU), conforme determina a Portaria Interministerial n.º 333 de 19/09/2013 e em obediência a Lei n.º 12.813/2013.

Nas demais consultas e pedidos de autorização de exercício de atividade privada não foram detectadas situações com possível existência de conflito de interesses.

Os seguintes documentos foram gerados em decorrência das análises realizadas:

- Nota Técnica N.º 002/2015
- Nota Técnica N.º 003/2015
- Nota Técnica N.º 007/2015

- Parecer de Auditoria Nº 01/2015
- Parecer de Auditoria Nº 02/2015
- Parecer de Auditoria Nº 03/2015
- Parecer de Auditoria Nº 04/2015
- Parecer de Auditoria Nº 05/2015
- Parecer de Auditoria Nº 06/2015

d) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

A Auditoria Interna, dentro da estrutura organizacional do INPI, é um órgão seccional, subordinada diretamente à presidência do Instituto. É composta por duas divisões, conforme figura abaixo.



Não foram realizadas modificações recentes na estrutura organizacional da unidade de auditoria interna e nem reposicionamento no organograma institucional.

5.4. Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

Preliminarmente, é de se verificar que a Corregedoria Seccional do INPI - COGER foi criada, conforme o Decreto nº 7.356, de 12 de novembro de 2010, visando a obtenção de resultados mais efetivos e consistentes na apuração de responsabilidade administrativa, para a maior qualificação, em matéria correcional, dos servidores incumbidos dessa tarefa, com a implementação de uma estrutura adequada ao volume de feitos disciplinares instaurados e a instaurar, conforme as informações contidas no Relatório de Inspeção Correcional, cujo escopo é a análise da estrutura correcional, da regularidade, eficiência e eficácia das atividades correcionais desenvolvidas pelo INPI, encaminhado através do Ofício nº 32742/CGU-PR, de 01 de novembro de 2011.

De acordo com o Relatório de Atividade Correcional/2014, encaminhado à Presidência do INPI e a Corregedoria Setorial MDIC/MTUR, a missão da Corregedoria do INPI para exercício de 2015 seria a manutenção da qualidade dos trabalhos em matéria correcional, focalizada na integridade e isenção necessárias à apuração da responsabilidade administrativa, celeridade na instauração de processos disciplinares e no atendimento aos princípios e garantias previstos na Constituição Federal, em especial, ao devido processo legal, dignidade da pessoa humana,

contraditório e ampla defesa, com a utilização de todos os meios de prova e recursos admitidos em Direito, mediante a conclusão dos feitos em andamento e as seguintes ações:

- a) Capacitação Interna – Continuidade do investimento na capacitação dos servidores da Corregedoria em matéria correcional e demais temas relacionados à Administração Pública (convênios, contratos administrativos, licitações, Tecnologia da Informação, orçamento público, etc.) e Propriedade Intelectual, através da elaboração de seu Plano Anual de Capacitação, com o objetivo de elevar a qualidade dos trabalhos realizados;
- b) Capacitação Externa – Início da oferta do Módulo 2 do Curso de Noções de Direito Disciplinar aos servidores do INPI, cujo conteúdo programático terá foco no juízo de admissibilidade, na instauração e fases do Processo Administrativo Disciplinar (Ritos Ordinário e Sumário), instrução probatória, prescrição e causas de nulidade; e
- c) Gestão de TI – Atualização constante do Sistema CGU-PAD e da página da COGER na *intranet* do INPI, esta última visando à divulgação de estatísticas, manuais, projetos, legislação e temas relacionados à matéria correcional aos servidores do INPI.

Organização e Estrutura Física e Tecnológica

A COGER conta com infraestrutura adequada em suas instalações físicas e de gestão da segurança da informação, com a existência de diretório em rede que propicia não só *backup* de seus documentos, mas também a guarda, organização, controle e segurança desses arquivos e dos processos digitalizados.

A página da COGER na *intranet*, cujo o objetivo é divulgar estatísticas, manuais, legislação e projetos em matéria correcional, além de sua organização interna e contato, foi alimentada e atualizada diretamente neste exercício por servidor do quadro permanente da Corregedoria.

Houve a continuidade do cadastramento de todos os repressivos disciplinares instaurados no Sistema CGU-PAD e sua digitalização na íntegra, com disponibilidade imediata para consulta na pasta de rede da COGER de acordo com o privilégio do usuário da rede, os parâmetros de sigilo e a Lei de Acesso à Informação (LAI), cumprindo o compromisso firmado com a CGU na última Inspeção Correcional e as exigências da Portaria CGU nº 1.043/2007. Adicionalmente, com o recebimento do Ofício-Circular nº 5627/CRG/CGU-PR em março/2015, a COGER ultimou as providências necessárias ao uso do novo módulo “Processos a Instaurar” do Sistema CGU-PAD, para gerenciamento dos procedimentos disciplinares que estejam em juízo de admissibilidade, de investigações preliminares, não instaurados ou aguardando instauração de procedimento disciplinar. Por sugestão da CGU, a COGER solicitou a instalação do *software* gratuito PDFSAM em todos os seus *desktops*, o que possibilitou a inserção mais eficiente de peças processuais digitalizadas de tamanho superior a 5,0 (cinco) MBTES no Sistema CGU-PAD.

Quadro de Pessoal

A COGER conta com nove servidores em seu quadro total de pessoal, além de sua Corregedora (DAS 101.4), conforme abaixo discriminado:

- oito servidores ocupantes de cargo efetivo de nível superior, estáveis, em seu quadro permanente de pessoal; e
- uma servidora ocupante do cargo efetivo de nível superior, estável, em regime de dedicação parcial aos trabalhos da Corregedoria.

Atividade Correccional

A intensificação da atividade correccional e da qualidade dos trabalhos efetuados pelas Comissões de Processo Administrativo Disciplinar foram os focos das atividades desenvolvidas em 2015. Não existem procedimentos pendentes de instauração após juízo de admissibilidade positivo.

Neste exercício, houve a instauração de 07 (sete) Processos Administrativos Disciplinares e 02 (duas) Sindicâncias Investigativas, com o julgamento de 05 (cinco) Relatórios Finais, conforme Tabela abaixo:

Tabela A.5.4 – Atividade Disciplinar/2015

Quantidades relativas aos órgãos e entidades supervisionadas	INPI
PADs instaurados em 2015	07
Sindicâncias Punitivas instauradas em 2015	00
Sindicâncias Investigativas instauradas em 2015	02
PADs julgados em 2015	05
Sindicâncias Investigativas julgadas em 2015	02
Juízos de Admissibilidade Negativos	07
Quantidade de suspensões aplicadas a estatutários em 2015*	03
Quantidade de advertências aplicadas a estatutários em 2015*	12

Fonte: Sistema CGU-PAD

* Inclusive registro no assentamento funcional

Em relação aos principais eventos apurados e as providências adotadas neste exercício, notadamente no que concerne a irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos do INPI, destacamos a relação dos procedimentos disciplinares (procedimentos administrativos, sindicâncias investigativas, sindicâncias acusatórias e sindicâncias patrimoniais) julgados, conforme Tabela abaixo:

Tabela B.5.4 – Procedimentos Julgados/2015

Tipo	Nº Processo	Objeto da Apuração	Penalidades aplicadas por servidor	Enquadramento Legal	Providências Adicionais
PAD	52400.080209/2013-62	Apurar possível descumprimento dos arts. 116 e 117 da Lei nº 8.112/90 por parte de servidor.	Registro da penalidade de advertência nos assentamentos funcionais.	Arts. 116, inciso IV e 117, inciso IV, da Lei nº 8.112/90.	XXX
PAD	52400.051720/2013-57	Apurar denúncia da TV Bandeirantes sobre possível irregularidade na prestação dos serviços da ACAD/INPI.	Suspensão, por 07 (sete) dias.	Art. 116, incisos I, II, III e IX da Lei nº 8.112/90.	Encaminhamento do Relatório Final a DIRAD/CGRH para análise dos procedimentos de concessão de retribuição por titulação fundamentada exclusivamente na apresentação de declarações e/ou documentos similares.
			Registro da penalidade de advertência nos assentamentos funcionais.	Art. 116, inciso III, da Lei nº 8.112/90.	

PAD	52400.082027/2012-45	Apurar supostas irregularidades cometidas por servidores no âmbito do contrato firmado entre o INPI e a empresa LOCANTY, conforme Relatório da CGU.	Registro da penalidade de suspensão, por 20 (vinte) dias, nos assentamentos funcionais.	Art. 116, incisos I e IX da Lei nº 8.112/90.	Encaminhamento de cópia dos autos a DIRAD, para ciência e promoção das medidas concernentes ao ressarcimento dos valores desembolsados indevidamente pelo INPI. Cópia integral também encaminhada à Auditoria-Interna e Autoridade Policial, para acompanhamento.
			Registro da penalidade de advertência nos assentamentos funcionais de 03 (três) servidores, pelo mesmo enquadramento legal.	Art. 116, inciso I da Lei nº 8.112/90.	
SIND INV	52400.137958/2014-50	Apurar denúncia proveniente do escritório da empresa IDEAL MARCAS, que recebeu <i>e-mail</i> de pessoa que se identificou como servidor do INPI, oferecendo-lhe serviços de marcas e patentes, mais especificamente, cópia de despachos e de petições ainda não publicadas.	Procedimento investigativo arquivado, pela impossibilidade de obtenção de indícios de autoria. Cópia integral encaminhada à Autoridade Policial, diante da existência de indícios do cometimento de infração de natureza penal. Cópia integral dos autos também encaminhada a DIRMA, CGTI, PRESIDÊNCIA e Auditoria-Interna, para ciência e providências, com base nas recomendações da Comissão Sindicante.		
PAD	52400.125368/2014-84	Apurar o uso da estação de trabalho de servidora por servidor estranho à DIRPA, sem a devida autorização.	Suspensão, por 30 (trinta) dias.	Art. 116, incisos III e X c/c art. 117, inciso I da Lei nº 8.112/90.	Encaminhamento do relatório Final à DIRAD/CGRH com recomendações sobre a realização do devido desconto pecuniário relativo às horas acumuladas em débito e não compensadas no prazo regulamentar pelo servidor apenado e a necessidade de que casos análogos sejam devidamente encaminhados a esta Corregedoria, com fulcro no art. 116, XII da Lei 8.112/90.
PAD	52400.123882/2014-85	Apurar as impropriedades contidas no Relatório de Auditoria Interna nº 05/2011, relativos à contratação das empresas STAR SEGUR e IBROWSE.	Registro da penalidade de advertência nos assentamentos funcionais de 07 (sete) servidores, pelo mesmo enquadramento legal.	Art. 116, inciso I c/c art. 170 da Lei nº 8.112/90.	Encaminhamento de cópia dos autos à Auditoria-Interna, para ciência.

SIND INV	52400.005463/2015-43	Apurar a responsabilidade por uma série de pagamentos denominados “por indenização”, ocorridos em diversas contratações no âmbito do INPI.	Acolhimento do Relatório Final apresentado para determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar relativo aos seus subitens 2.4 e 2.10, e o arquivamento dos autos, quanto aos seus subitens 2.1, 2.2, 2.3, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9 e 2.11, com fulcro no art. 145, III c/c 154 da Lei nº 8.112/90.
PAD	52400.082026/2012-09	Apurar o suposto cometimento de diversas infrações administrativas por parte do servidor do INPI na DIREG/MG.	Processo encaminhado ao MDIC para julgamento

Fonte: Sistema CGU-PAD.

Neste exercício houve a continuidade e consolidação de práticas preventivas por esta COGER, consubstanciadas na disseminação de informações correcionais, aproximação entre o INPI e a CGU, capacitação interna em direito administrativo disciplinar e transparência ativa em matéria correcional, iniciativas premiadas na II edição do Concurso de Boas Práticas da CGU em 2014. Adicionalmente, a COGER foi finalista na III edição do Concurso de Boas Práticas da CGU/2015, com a iniciativa “Dedicação Integral e Plano Anual de Capacitação para Servidores atuantes na Área Correcional”.

Atividades de Capacitação em Direito Administrativo Disciplinar

A COGER é a responsável pela centralização das ações de capacitação em matéria disciplinar, não só com o objetivo de elevar a qualidade dos trabalhos realizados, mas também de disseminar conhecimentos em matéria correcional, visando a sensibilização e a capacitação dos servidores públicos e a criação de um canal de atendimento sempre à disposição dos servidores, destinado a esclarecer questionamentos sobre matéria correcional, sanando eventuais dúvidas.

Em conjunto com a CGRH, visando evitar prejuízo à execução das atividades diárias desempenhadas pelos servidores, foram elaborados **módulos** de capacitação em matéria correcional, fracionando o conteúdo programático e a carga horária provenientes do curso ministrado pela CGU para servidores integrantes de comissões de processo administrativo disciplinar.

Registre-se que esta capacitação foi oferecida à integralidade do corpo funcional do INPI e suas chefias, incluindo novos servidores provenientes de concurso público, sem a exigência de qualquer pré-requisito de participação, consoante conteúdo programático, metodologia e objetivos específicos já explicitados a CGU através do Ofício nº 002/2014/INPI/PR/COGER, de 16 de janeiro de 2014, cujo objeto é o encaminhamento das informações correcionais relativas ao exercício 2013.

Em 2015, houve a realização de 02 (dois) encontros, contando com a presença total de 72 (setenta e dois) participantes, dentre estes, servidores de outros órgãos da Administração Pública (ANCINE, ANS, FIOCRUZ, CVM e outros) que mantém parceria com o Centro de Treinamento da CGRH.

Participação em Eventos e/ou Ações Institucionais

Cumprir assinalar que, além de sua participação em ações institucionais internas, a convite da Corregedoria-Geral da União (CRG/CGU), a COGER ministrou palestra sobre as experiências premiadas no II Concurso de Boas Práticas da CGU (transparência ativa em matéria correcional e capacitação interna em direito administrativo disciplinar) na 23ª Reunião de Corregedorias-Sectionais realizada em 27 de março de 2015, na cidade de Brasília.

É de se verificar, ainda, que a COGER ministrou os módulos I e II de capacitação em direito administrativo disciplinar, no total de 16 (dezesesseis) horas, a 22 (vinte e dois) servidores do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais – INPE, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Por fim, registre-se o atendimento aos 02 (dois) pedidos de cópias de processos disciplinares recebidos através do *e-SIC*, no forma e prazo fixados na legislação em vigor.

5.5. Gestão de riscos e controles internos

A fim de avaliar o grau de maturidade dos controles internos e da gestão de risco do INPI, a Presidência reuniu-se com a Diretoria de Administração e a Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento.

Optou-se por utilizar como referencial os itens elencados no Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ, da Portaria TCU n.º 90/2014, para fazer uma análise preliminar, possibilitando assim, uma comparação evolutiva em relação aos exercícios 2013 e 2014.

Com relação ao ambiente de controle, observou-se uma melhoria na comunicação dentro do INPI, considerando uma remodelagem das competências envolvendo a Coordenação Geral de Comunicação e a Ouvidoria. As delegações de competência estão mais claras em relação aos papéis e responsabilidades. Entretanto, ainda são observados problemas de segregação de funções, especialmente nos Escritórios de Difusão Regional (DIREG's) devido à carência de recursos humanos.

Com relação à avaliação de riscos, o INPI não difere do contexto geral dos demais órgãos e entidades públicos, permanecendo ainda uma cultura de realizar essa avaliação de forma um pouco empírica. A presidência do INPI está motivada a estimular a capacitação dos servidores para prover as diretorias do Instituto de maior qualificação dessa atividade, bem como, sua aplicação de forma mais adequada. Em relação às eventuais ocorrências de fraudes e desvios, desde que a Corregedoria do INPI começou a atuar, as instaurações de sindicância e processos administrativos são procedidas de forma oportuna e conduzidas adequadamente. As normas relativas às atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores são observadas e, na ocorrência de inconsistências, os procedimentos de conformidade são realizados.

Quanto aos procedimentos de controle, permanece o entendimento de que as atividades de controle são consideradas apropriadas, no entanto, não guardam relação com um plano de longo prazo, que seria o Planejamento Estratégico do Instituto encerrado em 2012 (2007-2012). Assim desde 2012 não foi possível construir um novo Planejamento Estratégico, que foi seguido da Agenda Estratégica 2013-2014 e, posteriormente, pela Agenda Prioritária 2014. Com a mudança da autoridade máxima da Instituição, no segundo semestre de 2015, foi retomado o processo de planejamento institucional, para a elaboração do Plano Estratégico do INPI para 2016-2019 e considerando também as novas premissas do PPA.

A atividade de informação e comunicação no Instituto vem se aprimorando constantemente, porém ainda não alcança a sua completude quando se trata dos Escritórios de Difusão Regional, pelo mesmo motivo do ambiente de controle, ou seja, a falta de recursos humanos. Está sendo estudado um novo modelo para essas Unidades a fim de sanar essa carência.

O monitoramento dos controles internos vem sendo desempenhado, mais incisivamente, pela Auditoria Interna, porém as demais unidades vêm se preparando para essa atividade, que também é afetada pela carência de pessoal.

Quadro A.5.5 – Avaliação do Sistema de Controle Interno

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	x				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	

25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ ou que se trata de um critério intermediário.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Presidência

6. Relacionamento com a Sociedade

6.1. Canais de Acesso do cidadão

Duas Unidades do INPI são responsáveis pela comunicação do cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões: a Coordenação-Geral de Comunicação Social e a Ouvidoria.

A Coordenação-Geral de Comunicação do INPI gerencia três canais de comunicação para o acesso de informações aos cidadãos, além de disponibilizar e-mail corporativo (cgcom@inpi.gov.br) e atendimentos telefônicos da Coordenação. São eles:

- Sistema Fale Conosco

Criado em abril de 2012, o sistema fornece informações sobre 27 áreas de serviços prestados pelo INPI. No ano 2013, o número de mensagens totalizou 87.792, atingindo um crescimento de 53%. Em 2014, foram recebidas 88.373, obtendo um crescimento de 7,75% em relação ao ano anterior. Já no ano de 2015, foram registradas 86.404 mensagens, conforme demonstrado no Quadro A.6.1.

Quadro A.6.1 - Fale Conosco – 2013 – 2014 – 2015

Solicitações de Informações	2013	2014	2015
Acordos e Tratados Internacionais de PI	5	41	22
Assuntos Administrativos e Infraestrutura	90	67	118
Cadastramento de Agentes da P.I.	930	799	570
Comunicação	225	348	406
Conduta Profissional dos Agentes da P.I.	569	548	491
Contrato de Tecnologia	380	437	1.420
Cooperação Internacional	19	14	14
Cooperação Nacional	7	6	3
Cursos de Extensão em P.I. e Ensino à Distância	269	185	100
Denúncia / Elogio / Reclamação / Sugestão	-	-	1
Desenho Industrial (Área Técnica)	254	332	425
Divisões Regionais e Representações	122	80	127
Financeiro (Restituição de Taxa)	846	928	1392
Indicação Geográfica	50	51	57
Informação Tecnológica	241	332	241
Informática	147	359	305
Marcas - Como Registrar	13.118	12.688	14.505
Marcas - Processos (Acompanhamento)	37.584	36.104	37.626
Mestrado	52	58	116
Patentes	8.031	8.635	11.104
Portal	90	152	107
Programa de Computador	985	1.278	1.777

Recursos e Processos Administrativos de Nulidades	1.886	2.427	3.063
Recursos Humanos	337	231	271
Topografia de Circuitos Integrados	-	-	20
Webmaster	20.928	21.570	11.107
Total Geral	87.792	88.373	86.404

Fonte: Sistema Fale Conosco

- Sistema de Informação ao Cidadão (SIC)

A partir de maio de 2012, o INPI disponibilizou o sistema, com base na Lei de Acesso à Informação. Além do link do sistema no Portal, os interessados podem receber atendimento presencial na recepção do INPI.

Ao todo, foram prestados 139 atendimentos em 2012. Dentre as modalidades mais solicitadas estavam pedidos de informação sobre procedimentos (37%), acompanhamento de processos (23%) e operações internas do órgão (17%).

Em 2013, houve um aumento de 30% na utilização do sistema para pedidos de informação, totalizando 198 atendimentos através do e-SIC, tendo o foco das solicitações mudado para informações referentes a operações internas do órgão (37%). Do total de pedidos, 88% atenderam de imediato às expectativas dos usuários contra 12% de pedidos resolvidos em recursos de 1ª a 3ª instâncias.

No ano de 2014, foram realizados 249 atendimentos, gerando um total de 334 perguntas. 99,2% foram atendidas no prazo. Apenas 4 solicitações sofreram prorrogação. Já no ano de 2015, o atendimento caiu para 121 pedidos de acesso à informação, que geraram um total de 255 perguntas. Do total dos pedidos, 94,21% foram atendidos no prazo e 5,79% (7 pedidos) foram prorrogados. O tempo médio de respostas foi de 16,64 dias. Em outubro de 2015, o sistema passou a ser gerenciado pela Ouvidoria.

- Redes Sociais (*Facebook e Twitter*)

Desde novembro de 2011, a comunicação do INPI gerencia uma página do Instituto no Facebook (<https://www.facebook.com/inpibrasil>). A rede social funciona como uma ferramenta para os seguintes fins:

- Prestação de serviços – Postagens informando sobre cursos, eventos, seminários, encontros, publicação de resoluções, devolução de prazos e eventuais paralisações dos sistemas de depósito online;

- Esclarecimentos – A página do INPI constantemente informa e esclarece aos usuários sobre os serviços prestados pelo Instituto (registro de DI, Marcas, Patentes etc.), explica os conceitos da Autarquia e fornece informações sobre a importância da proteção dos ativos intangíveis;

- Termômetro – Com a página do INPI no Facebook, é possível detectar as principais dúvidas dos usuários, destacar as demandas da sociedade e possibilita uma interação mais dinâmica e instantânea com público;

- Atendimento ao usuário – Através do sistema de mensagem inbox, a página do INPI também possibilita responder e esclarecer dúvidas de usuários. Alguns exemplos podem ser citados: de que maneira acompanhar os processos de pedidos no INPI, como fazer buscas no site do INPI e como se cadastrar no sistema PUSH.

A página do INPI no *Facebook* fechou o ano de 2015 com o total de 10.849 curtidas. Foram registradas aproximadamente 2.861 novas curtidas, ao passo que houve cerca de 627 descurtidas, resultando em um saldo positivo (uma descurtida para cada 4,5 novas curtidas).

A página do INPI no *Facebook* tem, atualmente, mais de 10 mil fãs. São feitos, em média, cinco atendimentos inbox por dia, além de eventuais atendimentos feitos via comentários de postagens. Até janeiro de 2015, foram contabilizadas mais de mil respostas a usuários. Se somados a atendimentos via comentário de postagens, este número sobe para, em média, 1.300.

A conta do INPI no twitter (@inpibrasil) foi criada em junho de 2010 e tem, atualmente, 6.672 seguidores, contra os 6.018 registrados até 2014. Funciona, principalmente, como fonte de informação para o Instituto.

Em paralelo, a Ouvidoria é responsável pelo atendimento das denúncias, das sugestões, dos elogios e das reclamações em última instância. As demandas recebidas pelo setor são tratadas de forma individualizada, sendo necessário, muitas vezes, promover a interlocução entre as diversas áreas para a solução de casos. Desde 2012, conta um sistema próprio de atendimento – o Sistema Ouvidoria.

O sistema eletrônico utilizado possibilita a comunicação do usuário com a Ouvidoria, que, por sua vez, pode consultar qualquer uma das Diretorias e a Presidência do INPI. Esta ferramenta permite a vinculação da mensagem a um protocolo do Fale Conosco, de modo a relacionar todo o histórico da questão apresentada pelo cidadão. Permite também o gerenciamento de documentos vinculados ao atendimento.

A quantidade de mensagens recebidas pelo sistema no ano de 2013 foi de 583. Já em 2014, foram recebidas 642 mensagens, representando um aumento de 10,12% em relação ao ano anterior.

No ano de 2015, a Ouvidoria recebeu 1509 mensagens, o que representou um aumento de 135% em relação ao ano de 2014.

Seguindo a orientação da IN nº 1, de 5 de novembro de 2014, elaborada pela Controladoria Geral da União, a Ouvidoria passou a registrar os pedidos de solicitação de providência. Os números totais e a distribuição por natureza estão representados na Quadro B.6.1.

Quadro B.6.1 – Demandas do Sistema Ouvidoria (2013 – 2014 – 2015)

Natureza da Comunicação	2013	2014	2015
Reclamação	489	560	1148
Sugestão	17	14	10
Elogio	26	27	34
Denúncia	51	41	42
Solicitação **	–	–	275
TOTAL	583	642	1509
Outros*	184	192	311

Fonte: Sistema Ouvidoria.

Observação: O Total de mensagens da tabela é referente às demandas externas.

* As mensagens classificadas como “outros” englobam o rol de mensagens recebidas, mas não se encaixam nas competências da Ouvidoria, por isso, não são contabilizadas para fins estatísticos.

** As solicitações passaram a ser registradas após a publicação da IN nº1 de 05 de novembro de 2014.

6.2. Carta de Serviços ao Cidadão

O INPI está no aguardo pela definição de novas regras e objetivos da Carta de Serviços pelo Ministério do Planejamento, tendo em vista que o Programa GESPÚBLICA da Secretaria de Gestão/SEGEP daquele Ministério, que regia tal elaboração, até 2012, foi descontinuado. A partir dessa data, foi determinado pelo Ministério do Planejamento o aguardo de instruções metodológicas para a redação dos novos propósitos da Carta.

6.3. Aferição do Grau de Satisfação dos cidadãos-usuários

O sistema Fale Conosco permite registrar a avaliação do atendimento prestado. Em 2013, 66,06% avaliaram como excelente; 22,92%, bom; 3,89%, regular; 2,89%, ruim; e 4,24%, péssimo. Durante o ano de 2014, o relatório registrou que 64,52% dos usuários consideram que o atendimento foi excelente, 22,82%, bom, 4,16%, regular, 3,47%, ruim e 5,02%, péssimo. No ano de 2015, a avaliação do atendimento prestado registrou que 61,14% dos usuários consideram excelente; 23,22%, bom; 4,74%, regular; 4,09%, ruim; e 6,18%, péssimo (Quadro A.6.3).

O tempo para o atendimento foi considerado satisfatório pela grande maioria dos interessados. Este percentual cresceu para 90% no ano de 2013. Em 2014, 87,2% dos interessados responderam que o tempo de resposta atendeu às expectativas. Já no ano de 2015 foi considerado satisfatório para 82% dos usuários. O tempo médio de respostas envolvendo todas as áreas de serviços em 2015 foi de sete dias.

Quadro A.6.3 – Pesquisa de Satisfação Sistema Fale Conosco – 2013 – 2014 – 2015

1 - Avalie o atendimento prestado pelo Fale Conosco:

Ano	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Total
2013	4.249	1.474	250	186	273	6.432
	66,06%	22,92%	3,89%	2,89%	4,24%	
2014	3.585	1.268	231	193	279	5.556
	64,52%	22,82%	4,16%	3,47%	5,02%	
2015	3.107	1.180	241	208	346	5.082
	61,14%	23,22%	4,74%	4,09%	6,18%	

2 - Avalie os serviços prestados pela área responsável por este assunto:

Ano	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Total
2013	4.043	1.503	314	242	330	6.432
	62,86%	23,37%	4,88%	3,76%	5,13%	
2014	3.434	1.289	269	237	327	5.556
	61,81%	23,2%	4,84%	4,27%	5,89%	
2015	2.990	1.191	274	247	380	5.082
	58,84%	23,44%	5,39%	4,86%	7,48%	

3 - O tempo de resposta atendeu as suas expectativas?

	Sim	Não
2013	5.837 90,75%	595 9,25%
2014	4.846 87,22%	710 12,78%
2015	4.202 82,68%	880 17,32%

4 - Caso queira fazer algum comentário, utilize o espaço abaixo:

2013	2.682 Comentários
2014	2.359 Comentários
2015	2.244 Comentários

Fonte: Sistema Fale Conosco

Já a satisfação do usuário com relação aos serviços do Sistema Ouvidoria é medida por meio de uma Pesquisa de Satisfação, enviada juntamente com a resposta final de cada mensagem.

No ano de 2014, a Ouvidoria recebeu 642 mensagens, das quais 95 foram avaliadas, o que representava 15% dos acionamentos. No ano de 2015, foram recebidas 1509 mensagens, sendo que 329 foram avaliadas, o que corresponde a 21,8% dos acionamentos.

A pesquisa de satisfação da Ouvidoria avalia cinco itens. No ano de 2015, houve melhoria nos índices de satisfação relacionados a todos os itens avaliados. Os resultados da pesquisa realizada por meio do Sistema de Ouvidoria constam no Quadro B.6.3.

Pode-se observar que aproximadamente 81,16% dos usuários consideraram o atendimento da Ouvidoria satisfatório, classificando-o como “excelente” ou “bom”, 9,12% avaliaram como “regular” e apenas 9,72% o consideraram insatisfatório, classificando-o como “ruim” ou “péssimo”. Houve uma melhora em relação à satisfação do ano anterior, que foi de 72%.

Na opinião dos usuários, também houve melhora em relação aos serviços prestados pelo INPI. O índice de satisfação com os serviços prestados pelo Instituto passou de 49,47% (2014) para 56,84% (2015).

Em relação ao nível de satisfação do usuário quanto aos serviços prestados pela diretoria/área responsável pelo assunto, 64,44% dos usuários consideraram o atendimento satisfatório (“excelente” ou “bom”), 15,2% avaliaram como “regular” e 20,37% o consideraram insatisfatório (“ruim” ou “péssimo”). Em relação ao ano de 2014, houve um aumento no índice de satisfação com o atendimento das diretorias, que era de 53,69%.

A satisfação com o tempo de resposta das mensagens aumentou de 66,32% (2014) para 76,6% (2015). Quando perguntados se voltariam a procurar os serviços da Ouvidoria, 93,31% dos usuários responderam “sim”. Também uma melhora em relação ao ano anterior, que registrou 86,82%.

Quadro B.6.3 – Pesquisa de Satisfação do Usuário (2013 – 2014- 2015)

Pesquisa de Satisfação do Usuário					
AVALIE O ATENDIMENTO PRESTADO PELA OUVIDORIA:					
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
2013	56,72%	11,94%	5,97%	10,45%	14,93%
2014	47,37%	24,21%	11,58%	4,21%	12,63%
2015	50,46%	30,7%	9,12%	4,86%	4,86%
AVALIE OS SERVIÇOS PRESTADOS PELO INPI:(*)					
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
2013	-	-	-	-	-
2014	17,89%	31,58%	16,84%	14,74%	18,95%
2015	27,36%	29,48%	20,97%	14,29%	7,9%
AVALIE A DIRETORIA RESPONSÁVEL PELO SEU PROCESSO/ASSUNTO: (**)					
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
2013	44,78%	13,43%	5,97%	8,96%	26,87%
2014	22,11%	31,58%	10,53%	16,84%	18,95%
2015	31,61%	32,83%	15,2%	10,64%	9,73%
O TEMPO DE RESPOSTA ATENDEU AS SUAS EXPECTATIVAS?					
	Sim	Não			
2013	73,13%	26,87%			
2014	66,32%	33,68%			
2015	76,6%	23,4%			
VOCÊ VOLTARIA A PROCURAR A OUVIDORIA DO INPI?(*)					
	Sim	Não			
2013	-	-			
2014	86,82%	13,68%			
2015	93,31%	6,69%			
CASO QUEIRA FAZER ALGUM COMENTÁRIO, UTILIZE O ESPAÇO ABAIXO:					
	Quantidade				
2013	36				
2014	54				
2015	159				

Fonte: Sistema Ouvidoria

Observação: Os percentuais acima podem sofrer variação quando as mensagens que ainda se encontram pendentes do ano de 2015 forem respondidas.

* Em 2014, foi incluído este item na pesquisa de satisfação.

** Em 2014 houve alteração da frase "Avalie os serviços prestados pela área responsável por este assunto" para "Avalie a diretoria responsável pelo seu processo/assunto".

6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

No portal do INPI na internet, acessível pelo endereço eletrônico www.inpi.gov.br, são disponibilizadas diversas informações úteis à sociedade sobre a atuação do Instituto, contribuindo para a transparência de sua gestão, inclusive quanto à prestação de contas.

Entre os itens disponibilizados no portal do INPI na internet, o usuário pode acessar informações sobre:

- Relatórios de Gestão e Relatório de Auditoria Anual de Contas
<http://www.inpi.gov.br/publicacoes>
- Auditorias
<http://www.inpi.gov.br/aceso-a-informacao/auditoria>
- Ações e Programas
<http://www.inpi.gov.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas>
- Convênios
<http://www.inpi.gov.br/aceso-a-informacao/convenios-1>
- Despesas
<http://www.inpi.gov.br/aceso-a-informacao/despesas-1>
- Licitações
<http://www.inpi.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos-1>
- Plano Diretor da Tecnologia da Informação
<http://www.inpi.gov.br/aceso-a-informacao/plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao>
- Estatísticas relativas aos serviços prestados pelo INPI
<http://www.inpi.gov.br/estatisticas>

Além disso, o INPI disponibiliza em seu Portal, a partir do primeiro item do menu, guias contendo informações básicas para os usuários sobre os serviços prestados pelo Instituto, com um passo-a-passo sobre as principais etapas dos pedidos de patente, de registro de marca ou pedidos relativos a outros registros no Instituto. Foram elaborados oito Guias Básicos, abaixo listados:

- Guia Básico de Marca
<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/marcas/guia-basico-de-marca>
- Guia Básico de Patente
<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/guia-basico-de-patente>
- Guia Básico de Desenho Industrial
<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/desenho/guia-basico-de-desenho-industrial>
- Guia Básico de Indicação geográfica
<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/guia-basico-de-indicacao-geografica>
- Guia Básico de Programa de Computador
<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/programa-de-computador/guia-basico-de-programa-de-computador>
- Guia Básico de Transferência de Tecnologia
<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/transferencia/guia-basico-de-transferencia-de-tecnologia>
- Guia Básico de Informação Tecnológica
<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/informacao/guia-basico-informacao-tecnologica>
- Guia Básico de Topografia de Circuitos Integrados
<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/topografia/guia-basico-de-topografia>

7. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis

7.1. Desempenho financeiro no exercício

Nesta Unidade Jurisdicionada foi estimado, inicialmente, na Lei Orçamentaria Anual (LOA) de 2015 a Receita de R\$ 324.109.375,00 sendo que o montante arrecadado superou a previsão inicial em R\$ 6.186.075,79, provocando um excesso de arrecadação. Contribuiu para este aumento da arrecadação o desempenho na aplicação dos recursos da conta única acarretando um aumento nos rendimentos destes depósitos, superando em torno de 25% do montante previsto para 2015, e em torno de 37% se comparado com o valor realizado no exercício anterior.

Destaca-se, também, que houve um aumento no número de pedidos no tocante ao serviço de registro de marcas que superou em R\$ 18.724.602,00 quando comparado ao previsto na LOA e, em relação ao exercício anterior a arrecadação deste serviço representou um aumento de 13%.

O INPI apresentou uma evolução positiva nos grupos caixa e equivalente de caixa que iniciou o exercício de 2015 em R\$ 339.950.931,77 e terminou o ano com um saldo de R\$ 404.815.296,47, gerando resultado financeiro positivo de R\$ 64.864.364,70, crescendo em torno de 20% do saldo inicial.

No tocante a realização das despesas, foi empenhada no montante de R\$ 321.847.333,96, representando 80% da dotação atualizada. Houve uma economia orçamentaria num montante de R\$ 79.723.650,04 em virtude, principalmente, do contingenciamento orçamentário atribuído pelo Poder Executivo Federal.

Do total das despesas empenhadas 70% referem-se a Pessoal e Encargos Sociais, sendo que os vencimentos e vantagens correspondem a 60% do total deste grupo de natureza de despesas. Verificou-se que o grupo “outras despesas correntes” representou 28% do total das despesas empenhadas, destes 42% referem-se ao contrato de locação de imóvel e 20% em serviço de apoio técnico administrativo. As despesas de custeio foram executadas em 87% do seu limite autorizado (LOA).

Do total das despesas executadas no exercício, foram inscritos em “restos a pagar não processados a liquidar” o montante de R\$ 6.352.828,59, representando uma redução em torno de 70% do valor inscrito em restos a pagar no exercício anterior. Ocorreu no exercício de 2015 redução de 77% do saldo de restos a pagar do exercício anterior em função dos pagamentos efetuados.

7.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

O INPI apresentou suas demonstrações contábeis de acordo com as Normas em vigor: NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

Os lançamentos de depreciação foram baseados nos relatórios extraídos do programa da empresa Link Data Informática e Serviços S.A., contratada para o desenvolvimento de programas de controle e avaliação de almoxarifado e patrimônio.

Seus relatórios são desenvolvidos baseados nas seguintes normas:

- Norma de Avaliação de bens – IBAPE;
- NBR 14653-1 Avaliação de bens;
- NBC T 19.6 – Reavaliação de Ativos;
- NPC 24 (IBRACON) – Reavaliação de Ativos;
- Deliberações da CVM;
- Macrofunção SIAFI 02.30.30.

No decorrer do ano de 2015, assim como no ano anterior, foram realizados lançamentos das quotas mensais de depreciação, baseados nos relatórios confeccionados pelo Serviço de Patrimônio do INPI (SERPA), utilizando o programa da empresa Link Data Informática e Serviços S.A.. Entretanto, no segundo semestre, devido aos pagamentos destinados para aquisições de bens de informática e não informados nos relatórios de bens moveis da Unidade Gestora 183038, o Serviço de Contabilidade Geral do Instituto (SECON) suspendeu os lançamentos das depreciações para o saneamento da não conformidade pela área do patrimônio a fim de representar de forma fidedigna os registros contábeis dos desgastes dos bens da autarquia. Nas demais Unidades, os registros estão adequados com a depreciação sendo executada normalmente.

A metodologia de cálculo da depreciação adotada pelo programa da empresa foi a de quotas constantes e o tempo de vida útil foi baseado na tabela do item 27 da Macrofunção 02.03.30.

O INPI não utiliza cálculos de exaustão em virtude de não possuir bens que sofram este tipo de perda.

De acordo com informação da área de almoxarifado, os materiais adquiridos pelo Instituto são avaliados pelo Custo Médio Ponderado, conforme normatização em vigor.

Com isso, seguindo os critérios mencionados, o saldo de “Depreciações e Amortizações de Bens Imóveis – Acumuladas” totalizou R\$ 65.117,65 e o saldo de “Depreciações, Amortizações e Exaustões de Bens Móveis – Acumulada”, corrigido os saldos dos exercícios anteriores, totalizou R\$ 10.618.629,67.

7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A unidade Jurisdicionada não possui sistema de apuração de custo, havendo necessidade de alteração no seu regimento interno para a estruturação desta atividade com recursos materiais e humanos, assim como definição no seu organograma de qual unidade teria esta competência. Também há de se definir quanto à possibilidade de utilização do Sistema de custo do Governo Federal ou o desenvolvimento de um sistema próprio.

7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela lei nº 4.320/1964 e notas explicativas

O Órgão executa sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. As Demonstrações Contábeis foram geradas no Novo SIAFI.

As demonstrações foram elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320/1964 e com as normas editadas pelo órgão central de contabilidade do Governo Federal.

No tocante a Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável foram realizadas reavaliações nos equipamentos de processamento de dados para posterior desfazimento num montante de R\$ 1.477.598,60.

No balanço patrimonial - grupo demais créditos e valores a curto prazo – estão registrados a atualização de valores inscritos em créditos a receber de responsáveis por debito apurado ação de ressarcimento de acordo com a macro função 021138.

Todas as UGs executoras do INPI utilizam o SIAFI na modalidade de uso total, porém a UG 183040 teve suas atividades de execução orçamentária, financeira e patrimonial transferidas para a sede (183038) a partir do exercício de 2011, deixando de utilizar o SIAFI no uso total e online.

No balanço patrimonial - grupo do ativo realizável a longo prazo - está registrada a inscrição de valores em dívida ativa não tributaria, assim como a sua atualização. Incluem-se

também neste grupo a variação do financiamento concedido, via Caixa Econômica Federal, pagamento de financiamento de imóveis funcionais pelos servidores.

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial possui em seus registros contábeis valores em créditos a receber e inscritos em dívida ativa não tributária. Os procedimentos para o registro de créditos a receber seguem os descritos na macro função SIAFI 021138 – DIVERSOS RESPONSÁVEIS, destacando-se que a atualização de tais valores é feita pela metodologia do sistema de atualização de débitos utilizado pelo Tribunal de Contas da União, disponível em www.tcu.gov.br, no mínimo anualmente, conforme orientado naquela macro função.

Outra natureza de crédito a receber registrada por esta autarquia refere-se a valores de amortização de financiamentos para aquisição de imóveis funcionais, de propriedade do INPI e administrados pela Caixa Econômica Federal, que repassa mensalmente os valores a serem amortizados.

Os Créditos a Receber, exceto os inscritos em dívida ativa estão registrados nas seguintes contas:

113410102 - CRED A REC POR DANO AO PATRIMÔNIO

113410205 - CRED A REC DE RESPONSÁVEIS POR DANO/PERDA TCE

Os valores inscritos em dívida ativa não tributária seguem os procedimentos de registro descritos na macro função SIAFI 021112 – DIVIDA ATIVA DA UNIÃO, sendo que para os encargos respectivos aplicam-se os parâmetros previstos no artigo 30 da Lei 10522/02.

Para o cálculo dos ENCARGOS, utiliza-se, também, a metodologia do sistema de atualização de débitos do Tribunal de Contas da União.

Os Créditos a Receber inscritos em dívida ativa não tributária estão registrados na seguinte conta contábil:

121110500 – DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA.

No grupo “outras obrigações a curto prazo” estão incluídos os processos de inscrição do diferido e/ou recursos a receber/liberar, baseado na disponibilidade por fonte de recursos.

No item “fornecedor e contas a pagar nacionais a curto prazo” refere-se aos pagamentos efetuados no elemento de despesa 92 (despesas de exercício anteriores) bem como o seu cancelamento.

O saldo que consta em “pessoal a pagar” refere-se ao valor da provisão mensal de 13º salário e férias de acordo com a macro função de encerramento.

No grupo de “superávits ou déficits acumulados” - refere-se à atualização da depreciação acumulada de dezembro de 2015 dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet e estorno de registro em duplicidade de incorporação de bens.

A metodologia de cálculo da depreciação é o de quotas constantes e o tempo de vida útil foi baseado na tabela do item 27 da Macro função 02.03.30.

A Unidade Jurisdicionada não utiliza cálculos de exaustão em virtude de não possuir bens que sofram este tipo de perda.

Os estoques de materiais do almoxarifado adquiridos pelo Instituto são avaliados pelo Custo Médio Ponderado, conforme normatização em vigor.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 30004 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUA
ORÇÃO 2000 - MINISTÉRIO DO DESENV.IND. E COMÉRCIO EXTERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 15/02/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	330.295.450,79		Despesas Orçamentárias	321.847.333,96	
Ordinárias	27.604,51		Ordinárias	-	
Vinculadas	333.469.173,38		Vinculadas	321.847.333,96	
Educação			Educação		
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)	54.579.566,13	
Operação de Crédito			Operação de Crédito	10.483.860,86	
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		
Transferências Constitucionais e Leais			Transferências Constitucionais e Leais		
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		
Doações			Doações		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	333.469.173,38		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	256.783.906,97	
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos		
Deduzidos			Deduzidos		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-3.201.327,09				
Transferências Financeiras Recebidas	355.024.386,76		Transferências Financeiras Concedidas	239.989.319,27	
Resultantes da Execução Orçamentária	67.187.943,49		Resultantes da Execução Orçamentária	2.123.916,50	
Cota Recebida			Cota Concedida		
Repasso Recebido	65.063.426,99		Repasso Concedido		
Sub-repasso Recebido	2.123.916,50		Sub-repasso Concedido	2.123.916,50	
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferidos - Baixa		
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		
Correspondência de Débitos			Correspondência de Débitos		
Cota Devolvida			Cota Devolvida		
Repasso Devolvido			Repasso Devolvido		
Sub-repasso Devolvido			Sub-repasso Devolvido		
Independentes da Execução Orçamentária	287.837.443,27		Independentes da Execução Orçamentária	287.865.402,77	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP			Transferências Concedidas para Pagamento de RP		
Deduzidos Transferências Recebidas			Deduzidos Transferências Concedidas		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	287.837.443,27		Movimento de Saldos Patrimoniais	287.865.402,77	
Movimentações para Incominação de Saldos			Movimentações para Incominação de Saldos		
Anote ao RPPS	-		Anote ao RPPS	-	
Anote ao RGPS	-		Anote ao RGPS	-	
Recebimentos Extraorçamentários	6.772.879,13		Despesas Extraorçamentárias	15.392.698,75	
Inscrição das Restos a Pagar Processadas	-		Pagamento das Restos a Pagar Processadas	-	
Inscrição das Restos a Pagar Não Processados	6.352.828,59		Pagamento das Restos a Pagar Não Processados	(4.945.388,21)	
Depósitos Restituintes e Valores Vinculados	250.381,61		Depósitos Restituintes e Valores Vinculados	446.710,54	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	169.668,93		Outros Pagamentos Extraorçamentários		
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Cancelamento de Dívidas do Exercício Anterior		
Aprovação de Outra Unidade			Transferências de Aprovação para Outra Unidade		
Verbas Contábil			Verbas Contábil		
Valores para Conciliação			Valores Conciliados		
Valores em Trânsito			Valores em Trânsito		
DA RP - SISCOFOMEX			Ajuste Acumulado de Conciliação		
Ajuste Acumulado de Conciliação			Deduzidos		
Deduzidos	169.668,93				
Saldo de Exercício Anterior	339.958.931,77		Saldo para o Exercício Seguinte	404.815.296,47	
Cotas e Emendantes de Cotas	339.958.931,77		Cotas e Emendantes de Cotas	404.815.296,47	
TOTAL	1.833.044.048,45		TOTAL	1.032.044.848,45	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL
TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
ORGÃO 28000 - MINISTERIO DO DESENVIND. E COMERCIO EXTERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
DATA 15/02/2016
VALOR EM UNIDADE DE RECURSO

ATIVO		2015	2014	PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO CIRCULANTE		429.848.112,41		PASSIVO CIRCULANTE	1.816.464,92
Caixa e Equivalentes de Caixa		416.815.245,67		Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pago a Curto	
Credores a Curto Prazo				Emprestimos e Financiamentos a Curto Prazo	
Credores Tributários e Recúper.				Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	106,66
Clientes				Obrigações Financeiras a Curto Prazo	
Obrigações de Transferências a Receber				Obrigações de Depósitos a Curto Prazo	
Emprestimos e Financiamentos Concedidos				Provisões de Curto Prazo	
Dívida Ativa Tributária				Reserva Obrigações a Curto Prazo	155.297,97
Dívida Ativa Não Tributária					
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo					
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		24.567.266,38			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo					
Reservas		188.552,96			
VP de Pagos Antecipadamente					
ATIVO NÃO CIRCULANTE		264.191.493,43		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.671.998,63		Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pag. de Longo	
Clientes a Longo Prazo		1.671.998,63		Emprestimos e Financiamentos a Longo Prazo	
Credores Tributários e Recúper.				Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	
Clientes				Obrigações Financeiras a Longo Prazo	
Emprestimos e Financiamentos Concedidos		1.612.844,78		Provisões de Longo Prazo	
Dívida Ativa Tributária				Demais Obrigações a Longo Prazo	
Dívida Ativa Não Tributária		59.153,84		Resultado Exercício	
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo					
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo				TOTAL DO PASSIVO EXERCÍCIO	1.816.464,92
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo					
Reservas					
VP de Pagos Antecipadamente					
Investimentos		6,79			
Participações Permanentes		6,78			
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência		6,78			
Participações Avaliadas pelo Método de Custo					
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações					
Participações					
Propriedades para Investimento					
Propriedades para Investimento					
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Propriedades para Investimentos					
Investimentos do RPPS de Longo Prazo					
Investimentos do RPPS de Longo Prazo					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS					
Demais Investimentos Permanentes					
Demais Investimentos Permanentes					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest.					
Beira		254.581.856,65			
Intangíveis					
Beira Intelectual		16.814.591,89			
Beira Material		27.439.221,36			
(-) Depreciação/Amortização Beira Intelectual		-16.613.629,67			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Beira Intelectual					
Beira Intelectual		237.767.263,16			
Beira Intelectual		237.832.382,51			
(-) Depreciação/Amortização Beira Intelectual		-63.117,66			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Beira Intelectual					
Intangível		7.937.439,59			
Softwares		7.937.439,59			
Softwares		7.937.439,59			
(-) Amortização Acumulada de Softwares					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind.					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.					
Outros de Uso de Intelectual					
Outros de Uso de Intelectual					
(-) Amortização Acumulada de Outros de Uso de Intelectual					
(-) Redução ao Valor Recuperável Outros de Uso de Intelectual					
Diferido					
Diferido					
(-) Amortização Acumulada					
TOTAL DO ATIVO		694.039.605,84		TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	694.039.605,84

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	404.815.296,47	-	PASSIVO FINANCEIRO	11.954.767,64	-
ATIVO PERMANENTE	288.944.309,78	-	PASSIVO PERMANENTE	1.641.166,95	-
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	680.163.671,66	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
SALDO DOS ATOS	8.480.573,91		SALDO DOS ATOS	84.211.376,84	-
Execução dos Atos Potenciais	8.480.573,91	-	Execução dos Atos Potenciais	84.211.376,84	-
Garantias e Contragarantias	8.478.865,91	-	Garantias e Contragarantias	-	-
Direitos Conveniados e	-	-	Obrigações Conveniadas e	4.312.009,00	-
Direitos Contratuais a	1.708,00	-	Obrigações Contratuais a	79.899.367,84	-
Outros Atos Potenciais	-	-	Outros Atos Potenciais	-	-
TOTAL	8.480.573,91		TOTAL	84.211.376,84	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.825,31
Recursos Vinculados	392.862.354,14
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	392.862.354,14
TOTAL	392.860.528,83



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
 ORÇÃO 29906 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FINANÇAS E COMÉRCIO EXTERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 15/02/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		778.221.365,72	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Impostos			
Taxas			
Contribuições de Melhoria			
Contribuições			
Contribuições Sociais			
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico			
Contribuição de Financiamento Público			
Contribuições de Interesses das Casas de Representação			
Emendas e Venda de Bens, Serviços e Direitos		282.802.891,32	
Venda de Mercadorias		1.137.812,67	
Vendas de Produtos			
Emprestimo de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		281.665.078,65	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		48.095.363,23	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Juros e Encargos de Moeda		40.364,29	
Variações Monetárias e Cambiais		4.209.941,66	
Descontos Financeiros Obtidos			
Retorno sobre Derivados Financeiros e Outros Derivados Financeiros		48.005.557,00	
Anúrios do Banco Central			
Outros Resultados das Operações Financeiras			
Transferências e Delegações Concedidas		376.744.172,74	
Transferências Inter-governamentais		355.024.788,70	
Transferências Inter-governamentais			
Transferências das Instituições Privadas			
Transferências das Instituições Multigovernamentais			
Transferências de Contribuições Públicas			
Transferências do Exterior			
Resolução Orçamentária Delegada de Entes			
Transferências de Pessoas Físicas			
Outras Transferências e Delegações Concedidas			
Valorização e Ganhos <i>in</i> Ativos e Desincorporação de Passivos		21.719.295,98	
Resgate de Ativos		45.219.484,30	
Ganhos com Alienação		53.210.256,69	
Ganhos com Incorporação de Ativos		11.885.123,16	
Ganhos com Desincorporação de Passivos		124.424,71	
Reversão da Redução no Valor Recuperável			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		34.474,87	
Variação Patrimonial Acumulada Classificada			
Resultados Positivos de Participações			
Operações da Atividade Monetária			
UPA de Câmbio Ativo			
Reversão de Provisões e Ajustes sem Pagos			
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		34.474,87	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		674.106.616,94	
Pessoal e Encargos		178.708.405,19	
Remuneração a Pessoal		141.031.411,67	
Encargos Fiscais		26.966.144,30	
Benefícios a Pessoal		7.933.153,58	
Outros Vencimentos Econômicos - Pessoal e Encargos		175.598,72	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		59.813.248,65	
Aposentadorias e Reformas		59.760.037,99	
Pensões		8.775.729,44	
Benefícios de Prestação Continuada			
Benefícios Eventuais			
Pensões Múltiplas de Transferência de Renda			
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		57.480,62	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		89.224.464,39	
Uso de Material de Consumo		248.662,72	
Serviços		27.194.296,89	
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.701.260,07	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		14.145,33	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos			
Juros e Encargos de Moeda		11.674,30	
Variações Monetárias e Cambiais			
Descontos Financeiros Concedidos		3.471,00	
Anúrios do Banco Central			
Outros Resultados das Operações Financeiras			
Transferências e Delegações Concedidas		311.740.648,46	
Transferências Inter-governamentais		289.980.319,27	
Transferências Inter-governamentais			
Transferências e Instituições Privadas			
Transferências e Instituições Multigovernamentais			
Transferências de Contribuições Públicas			
Transferências do Exterior			
Resolução Orçamentária Delegada de Entes			
Outras Transferências e Delegações Concedidas		21.760.329,19	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		23.418.485,84	
Reversão, Redução e Valor Recuperável e Ajustes <i>in</i> Passivos		21.160.395,09	
Perdas com Alienação			
Perdas Investimentas		8.169,43	
Incorporação de Passivos		392.485,22	
Desincorporação de Ativos		11.330.202,39	
Tributárias		3.292.063,51	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		747,28	
Contribuições		3.291.316,23	
Custos - Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados			
Custo das Mercadorias Vendidas			
Custo dos Produtos Vendidos			
Custo dos Serviços Prestados			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		92.651,17	
Perdas			
Resultado Negativo de Participações			
Operações da Atividade Monetária			
Incentivos			
Subvenções Beneficiárias			
Participações e Contribuições			
Constituição de Provisões			
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		92.651,17	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		104.114.658,78	


**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTARIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
 ORGAO 28008 - MINISTERIO DO DESENV.IND. E COMERCIO EXTERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 15/02/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	323.844.900,00	323.844.900,00	329.997.020,80	6.152.120,80
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio				
Contribuição de Iluminação Pública				
Receita Patrimonial	37.338.100,00	37.338.100,00	46.911.687,65	8.573.578,65
Receitas Imobiliárias	60.600,00	60.600,00	27.136,00	-33.464,00
Receitas de Valores Mobiliários	37.277.500,00	37.277.500,00	46.843.557,65	9.566.048,65
Receita de Concessões e Permissões				
Compensações Financeiras				
Receita Decoreta do Direito de Exploração				
Receita da Cessão de Direitos				
Outras Receitas Patrimoniais			40.594,57	40.594,57
Receitas Agropecuárias				
Receita da Produção Vegetal				
Receita da Produção Animal e Derivados				
Outras Receitas Agropecuárias				
Receitas Industriais				
Receita da Indústria Extrativa Mineral				
Receita da Indústria de Transformação				
Receita da Indústria de Construção				
Outras Receitas Industriais				
Receitas de Serviços	286.356.583,00	286.356.583,00	262.731.269,75	-3.625.293,25
Transferências Correntes				
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				
Transferências do Exterior				
Transferências de Pessoas				
Transferências de Convênios				
Transferências para o Combate à Fome				
Outras Receitas Correntes	150.208,00	150.208,00	354.643,40	203.835,40
Multas e Juros de Mora	65.307,00	65.307,00	7.095,71	-58.211,29
Indenizações e Restituições	53.427,00	53.427,00	301.418,49	247.991,49
Receita da Dívida Ativa	8.820,00	8.820,00		-8.820,00
Receitas Das Apostas Periódicas				
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para				
Receitas Correntes Diversas	1.654,00	1.654,00	35.529,20	33.875,20
RECEITAS DE CAPITAL	264.475,00	264.475,00	298.429,99	33.954,99
Operações de Crédito				
Operações de Crédito Internas				
Operações de Crédito Externas				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Amortização de Empréstimos	264.475,00	264.475,00	298.429,99	33.954,99
Transferências de Capital				
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				
Transferências do Exterior				
Transferência de Pessoas				
Transferências de Outras Instituições Públicas				
Transferências de Convênios				
Transferências para o Combate à Fome				
Outras Receitas de Capital				
Integralização do Capital Social				
Resultado do Banco Central do Brasil				
Remuneração das Disponibilidades do				
Dívida Ativa Priv. da Amortização				
Receita Dívida Ativa Alienação Estoque de				
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro				
Receitas de Capital Diversas				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS				
SUBTOTAL DE RECEITAS	324.109.375,00	324.109.375,00	330.295.450,79	6.186.075,79
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	324.109.375,00	324.109.375,00	330.295.450,79	6.186.075,79
TOTAL	324.109.375,00	324.109.375,00	330.295.450,79	6.186.075,79
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO				
Créditos Adicionais Abertos com Supêravit				
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de				
Créditos Cancelados Liquidados				
Créditos Adicionais Respostas				

DESPEZA						
DESPESAS ORÇAMENTARIAS	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS	DESPESAS	DESPESAS	SALDO DA
DESPESAS CORRENTES	364.946.004,00	370.844.988,00	320.706.832,38	315.310.700,38	315.310.700,38	50.138.155,62
Pessoal e Encargos Sociais	223.031.994,00	234.349.703,00	228.755.583,51	228.755.583,51	228.755.583,51	5.594.119,49
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	141.914.010,00	136.495.285,00	91.951.248,87	86.555.116,87	86.555.116,87	44.544.036,13
DESPESAS DE CAPITAL	8.846.000,00	14.846.000,00	1.140.501,58	183.804,99	183.804,99	13.705.498,42
Investimentos	8.846.000,00	14.846.000,00	1.140.501,58	183.804,99	183.804,99	13.705.498,42
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.879.996,00	15.879.996,00	-	-	-	15.879.996,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	389.672.000,00	401.570.984,00	321.847.333,96	315.494.505,37	315.494.505,37	79.723.650,04
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	389.672.000,00	401.570.984,00	321.847.333,96	315.494.505,37	315.494.505,37	79.723.650,04
SUPERÁVIT	-	-	8.448.116,83	-	-	-8.448.116,83
TOTAL	389.672.000,00	401.570.984,00	330.295.450,79	315.494.505,37	315.494.505,37	71.275.533,21

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.539.847,64	16.799.400,08	12.529.409,39	12.529.409,39	1.600.427,23	5.209.411,10
Pessoal e Encargos	1.500,00	45.037,28	44.046,45	44.046,45	990,83	1.500,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas	2.538.347,64	16.754.362,80	12.485.362,94	12.485.362,94	1.599.436,40	5.207.911,10
DESPESAS DE CAPITAL	195.260,00	2.718.400,33	2.415.978,82	2.415.978,82	280.451,53	217.229,98
Investimentos	195.260,00	2.718.400,33	2.415.978,82	2.415.978,82	280.451,53	217.229,98
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.735.107,64	19.517.800,41	14.945.388,21	14.945.388,21	1.880.878,76	5.426.641,08

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
COTAÇÃO 28000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO EXTERIORES
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EVALUAÇÃO 15/02/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	67.165.218,52	
INGRESSOS	685.441.859,18	
Receitas Derivadas e Criminosas	329.997.829,98	
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Patrimonial	68.130,57	
Receita Administrativa		
Receita Industrial		
Receita de Serviços	282.251.289,74	
Receita de Provisões e Responsabilidades	46.543.557,08	
Outras Receitas Derivadas e Criminosas	354.043,69	
Transferências Correntes Recebidas		
Interadministrativas		
Das Entidades não Federais Federais		
Das Municipais		
Interadministrativas		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outras Ingressos das Operações	355.444.029,20	
Ingressos Patrimonialistas	250.181,61	
Receitas Tributárias		
Cancelamento de Obrigações do Patrimônio Ativo		
Transferências Patrimoniais Recebidas		
Aprovação de Outros Usos	335.024.786,76	
Moedas Cambiais		
Valores em Conversão		
Valores em Trânsito		
Do RF - SINCRAEX		
Ativo Acumulado de Conversão		
Demais Recebimentos	169.668,03	
DESPESAS	618.276.139,66	
Despesa Demais Despesas	287.382.167,52	
Despesas		
Judiciais		
Despesa de Imposta e Contribuição		
Despesa Mensal		
Despesas Públicas		
Recurso Federal		
Acumulação Social		
Previdência Social	64.134.115,98	
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Outras		
Despesas de Saneamento		
Habitação		
Mobilidade		
Recreação		
Cultura e Esportes		
Agricultura		
Ocupação e Saúde		
Indústria	235.218.051,62	
Comércio e Serviços		
Comunicação		
Segurança		
Transporte		
Desporto e Lazer		
Recursos Próprios		
Outras Despesas Relativas ao Saneamento - Custo de Passagens		
Juros e Encargos do Débito		
Juros e Encargos Financeiros do Débito Externo		
Juros e Encargos Financeiros do Débito Interno		
Outros Encargos do Débito		
Transferências Correntes	-30.447.342,25	
Interadministrativas		
As Entidades não Federais Federais		
As Municipais		
Interadministrativas	-30.447.342,25	
Outras Transferências Correntes		
Outras Despesas das Operações	-260.336.029,81	
Despesas Patrimonialistas	-486.710,58	
Pagamento de Responsabilidades Financeiras Anteriores		
Pagamento de Responsabilidades		
Transferências Patrimoniais Concedidas		
Cancelamento de Obrigações do Patrimônio Ativo		
Transferências de Aprovação em Outros Usos		
Moedas Cambiais		
Valores em Conversão		
Valores em Trânsito		
Ativo Acumulado de Conversão		
Demais Despesas		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.301.353,84	
INGRESSOS	398.420,99	
Alienação de Bens		
Amortização de Responsabilidades e Financiamentos Concedidos	398.420,99	
Outras Ingressos de Financiamentos		
DESPESAS	-2.099.763,41	
Amortização de Ativos Não Circulantes		
Concessão de Responsabilidades e Financiamentos	-477.552,43	
Outras Despesas de Investimentos		
	-1.622.210,98	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
Operações de Crédito		
Integração do Capital Social de Empresas Racionais		
Transferências de Capital Recebidas		
Interadministrativas		
Das Entidades não Federais Federais		
Das Municipais		
Interadministrativas		
Outras Transferências de Capital Recebidas		
Outras Ingressos de Financiamentos		
DESPESAS		
Amortização / Refinanciamento do Débito		
Outras Despesas de Financiamento		
GERAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	64.884.364,76	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	310.950.831,27	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	375.835.196,03	

8. Áreas Especiais da Gestão

8.1 Gestão de Pessoas

8.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

A força de trabalho do INPI é distribuída em diretorias de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas por estas. As diretorias ditas finalísticas, em que os servidores exercem as atividades-fim do órgão são: DIRPA – Diretoria de Patentes, responsável pelo exame de patentes; DIRMA – Diretoria de Marcas, responsável pelo exame de marcas; DICIG – Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros, responsável pelo registro de contratos, indicações geográficas, desenho industrial, dentre outras; e DICOD – Diretoria de Cooperação para o desenvolvimento, responsável pela disseminação da informação sobre propriedade intelectual.

As outras diretorias exercem as atividades-meio do órgão, sendo a DIRAD – Diretoria de Administração, responsável pela Administração do INPI e a PR – Presidência, responsável pelo direcionamento estratégico do INPI.

Quadro A.8.1.1 – Distribuição da Força de Trabalho

CARGO	DICIG	DICOD	DIRAD	DIRMA	DIRPA	PRES	TOTAL INPI	CEDIDOS	TOTAL GERAL
ANALISTA PLAN GEST INF EST PRO	3	24	70			51	148		148
ASSISTENTE EM CIENCIA E TECNOL		1					1		1
ESPEC SENIOR EM PROPRIED INDUS		8					8		8
PESQ EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL	19	38	3		237	25	322	6	328
TEC EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL	21	33	15	47	61	23	200	1	201
TEC PLAN GEST INF EST PROP IND	3	9	60	3		28	103	3	106
TECNICO	2			5	2	1	10	1	11
TECNOLOGISTA				6			6		6
TECNOLOGISTA EM PROPRIED INDUS	7	8		107		19	141	2	143
TOTAL	55	121	148	168	300	147	939	13	952

Fonte: SIAPE.

Com o intuito de otimizar a distribuição de pessoal do INPI, a CGRH, por meio da DICAD – Divisão de Carreira e Desempenho, realizou diversos processos seletivos internos em 2015, visando ao preenchimento de vagas em unidades da sede e das regionais. Os processos seletivos são realizados com base em Norma Interna que regula o instituto da remoção no âmbito do INPI, sendo considerados uma importante ação para a alocação e aproveitamento dos servidores. Os processos seletivos são realizados de forma a reforçar a política de transparência e de meritocracia do INPI, sendo norteados por editais públicos, onde são definidas as fases de avaliação e seleção, os critérios para a candidatura e concorrência às vagas pelos servidores participantes.

Embora ainda seja necessário ampliar o quadro de pessoal do INPI, houve melhoria no quantitativo de servidores existentes entre 2012 e 2015, em especial na CGRH, após realização do concurso público do órgão em 2013 (autorizado em 2012). Com divisões específicas por áreas de conhecimento nos editais, foi possível obter servidores com perfil mais próximo do necessário.

Quadro B.8.1.1 – Força de Trabalho do INPI

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1888	951	21	68
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1888	951	21	68
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1875	939	20	66
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	11	11	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	12	8	3	7
4. Total de Servidores (1+2+3)	1900	959	24	75

Fonte: SIAPE.

Quadro C.8.1.1 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	307	644
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	307	644
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	295	644
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	11	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	7	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	314	645

Fonte: SIAPE.

Quadro D.8.1.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	33	30	7	16
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	33	30	4	9
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	19	19	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	3	3	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	11	8	3	7
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	188	170	32	51
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	185	167	32	50
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	3	3	0	1
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	221	200	39	67

Fonte: SIAPE.

Um fator crítico para o INPI é a elevada taxa de saída de servidores por motivo de exoneração decorrente da aprovação em outros concursos públicos. Conforme dados extraídos do sistema SIAPE, temos a seguinte série histórica de “turn-over”:

Quadro E.8.1.1 – Evasão de servidores

TIPO DE EVASÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
EXONERAÇÕES / VACÂNCIAS / LICENÇAS SEM VENCIMENTO	23	31	33	28	24	22	31	17	29	35	30	303
APOSENTADORIAS	5	4	12	7	9	15	27	33	44	49	43	248
TOTAL DE SAÍDAS NO ANO	28	35	45	35	33	37	58	50	73	84	73	551
TOTAL DE INGRESSOS NO ANO	0	287	102	0	87	0	0	0	198	37	20	731
TURNOVER (SEGUNDO METODOLOGIA TCU)	3,75%	5,11%	3,91%	3,01%	2,68%	2,32%	3,32%	1,87%	3,34%	3,46%	3,05%	35%
Nº DE SERVIDORES ATIVOS POR ANO (BASE: 31/12)	607	845	931	896	950	933	909	867	1011	982	939	

Fonte: SIAPE

* Cálculo segundo metodologia utilizada pelo TCU com valores extraídos do SIAPE: [(Total de Servidores que se desligaram voluntariamente ou em Licença sem vencimentos) / Nº. Total de Servidores Ativos] x 100.

As terceirizações existentes no INPI atendem ao disposto no Decreto nº 2.271/97. Não há acumulação irregular de cargos.

8.1.1.1 Composição da força de trabalho – Quadro de Vagas

Quadro A.8.1.1.1 – Quadro de Vagas do INPI

CARGOS	CARGOS VAGOS	CARGOS OCUPADOS (INCLUI CEDIDOS)	SERVIDORES CEDIDOS	TOTAL VAGAS DISPONÍVEIS	QUADRO TOTAL DO INPI (PI)
ANALISTA PLAN GEST INF EST PRO	63	148	0	49	211
ASSISTENTE EM CIENCIA E TECNOL	0	1	0	0	0
ESPEC SENIOR EM PROPRIED INDUS	22	8	0	22	30
PESQ EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL	482	328	6	428	810
TEC EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL	66	201	1	12	267
TEC PLAN GEST INF EST PROP IND	175	106	3	148	281
TECNICO	0	11	1	0	0
TECNOLOGISTA	0	6	0	0	0
TECNOLOGISTA EM PROPRIED INDUS	78	143	2	67	221
TOTAL	886	952	13	726	1820

Fonte: SIAPE

*OBS: NÃO FORAM INCLUÍDOS NO “QUADRO TOTAL DO INPI” AS VAGAS RELATIVAS AOS CARGOS DA CARREIRA DE C&T POIS ESTES SERÃO EXTINTOS AO LONGO DO TEMPO.

GLOSSÁRIO:

- **CARGOS VAGOS:** CARGOS QUE SE ENCONTRAM SEM PROVIMENTO (SEM SERVIDOR EM EXERCÍCIO)

- **VAGAS DESTINADAS À REVERSÃO E VACÂNCIA:** VAGAS DECORRENTES DE APOSENTADORIAS E VACÂNCIAS, QUE POSSUEM CARÊNCIA PARA SEREM UTILIZADAS EM OUTRO CONCURSO.

PARA APOSENTADORIAS: 05 ANOS

PARA VACÂNCIAS: 03 ANOS

} TRANSCORRIDOS ESTES PRAZOS, AS VAGAS REVERTERÃO PARA “VAGAS DISPONÍVEIS”

- **CARGOS OCUPADOS:** CARGOS EFETIVAMENTE PROVIDOS (COM SERVIDOR EM EXERCÍCIO) E INCLUI OS 16 SERVIDORES CEDIDOS

- **SERVIDORES CEDIDOS:** SERVIDORES DO INPI QUE SE ENCONTRAM DESEMPENHANDO ATIVIDADES EM OUTRO ÓRGÃO DOS PODERES DA UNIÃO, ESTADOS OU MUNICÍPIOS

- **TOTAL DE VAGAS DISPONÍVEIS:** TOTAL DE VAGAS QUE PODEM SER OFERTADAS EM CONCURSOS

8.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro A.8.1.2 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	148.384.624,62	4.831.330,04	16.611.052,66	3.717.447,08	5.664.664,74	4.433.086,68	881.646,64	89.505,59	14.616,30	184.627.974,35
	2014	143.080.979,18	4.815.275,40	13.656.821,49 (*)	3.373.390,65	5.815.989,07	4.503.620,24	642.987,71	121.619,30	17.149,94	176.027.832,98
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	0	516.760,54	49.964,25	19.136,61	32.491,15	0	11.421,58	0	0	629.774,13
	2014	0	607.333,63	51.981,80	21.741,40	22.701,91	0	9.361,53	0	0	713.120,06
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0	799.221,22	0	0	33.112,75	0	0	0	0	832.333,97
	2014	0	954.864,13	0	0	32.149,46	0	0	0	0	987.013,59
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	2.087.256,35	0	183.075,89	66.684,38	63.779,04	115.406,32	0	0	0	2.516.201,98
	2014	2.156.591,52	0	175.791,90	47.435,98	61.427,04	116.763,90	0	0	0	2.558.010,34
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

(*) Retificações dos dados de 2014

8.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Ainda que a unidade de Gestão de Pessoas tenha obtido um quantitativo expressivo de servidores por ocasião do término da validade do último concurso realizado pelo órgão (abril de 2015), a área de gestão de recursos humanos ainda necessita ter o seu quadro ampliado. O aumento de servidores nas outras áreas do INPI resulta num fluxo maior de demandas relativas ao RH, ocasionando uma sobrecarga maior de trabalho, em função do tamanho da equipe, principalmente na Divisão de Administração de Recursos Humanos, que é responsável pelo processamento de todos os requerimentos de benefícios de pessoal ativo, além da gestão de pensionistas e inativos. A Divisão de Capacitação de pessoal e também a Divisão de Saúde Ocupacional também carecem de pessoal frente à grande carga de trabalho. Somente no ano de 2015, a Divisão de Capacitação perdeu duas servidoras e a Divisão de Carreira e Desenvolvimento – DICAD perdeu uma servidora.

A ausência de atratividade para o cargo de Chefe da Seção de Pagamento, em virtude da baixa gratificação oferecida para o respectivo cargo, vem resultando na ausência de chefia para aquela área há mais de dois anos, sobrecarregando o chefe da unidade imediatamente superior, o qual deveria possuir um caráter mais gerencial.

Além disso, a estrutura organizacional da Coordenação Geral de Recursos Humanos, quando avaliada em função do seu nível de responsabilidades, número de subordinados e impacto das atividades na estrutura organizacional, guarda grande desequilíbrio com a estrutura de outras unidades, sendo insuficiente para atender a todas as demandas surgidas.

A Coordenação Geral de Recursos Humanos carece de apoio em tecnologia da informação para melhor guarda, processamento e disponibilização de informações.

Entretanto, a questão da carência de pessoal não atinge somente a CGRH. Ela envolve a instituição como um todo, em especial as áreas finalísticas, em virtude da dificuldade para redução do *backlog* de Marcas, Patentes, Indicações Geográficas e Contratos de Tecnologia.

Ainda que a Administração do órgão venha realizando gestões no sentido de obter autorizações para realização de concurso público, ou os totais autorizados pelo Ministério do Planejamento são inferiores às reais necessidades de pessoal do órgão ou não há candidatos aprovados em número suficiente para os cargos ofertados, situação esta que compromete especialmente as áreas de Marcas e Patentes.

Outro risco envolvido na gestão de Recursos Humanos da Instituição como um todo, envolve os contingenciamentos orçamentários realizados pelo Ministério do Planejamento, no que diz respeito às ações de capacitação. A redução dos montantes destinados a essa ação compromete o desenvolvimento dos servidores e o melhor desempenho destes nas suas atividades.

Outro fator de destaque é a elevada faixa etária dos servidores do órgão, com cerca de 30% dos servidores acima da faixa de 50 anos de idade. Destes, 120 servidores já se encontram aptos à aposentadoria, representando cerca de 13% do total de servidores.

8.1.4 Qualificação da força de trabalho

O Plano de Carreiras e Cargos do INPI está disposto na Lei nº 11.355/2006 e, no que se refere à área finalística, é composto pelos cargos de Pesquisador em Propriedade Industrial, Tecnologista em Propriedade Industrial e Técnico em Propriedade Industrial. A área meio é formada pelos cargos de Analista e Técnico de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial.

O cargo de Pesquisador em P.I. é de nível superior, tendo como pré-requisito para ingresso possuir título de Mestre. Este cargo possui atribuições voltadas, dentre outras, aos exames de pedidos de patentes. O cargo de Tecnologista em P.I., também de nível superior, tem como pré-requisito para ingresso diploma de nível superior, em nível de graduação, possuindo atribuições

voltadas, dentre outras, para o exame de pedidos de registro de marcas. Já o cargo de Técnico em P.I. é de nível intermediário e possui atribuições voltadas para o suporte e o apoio técnico especializado em matéria de propriedade industrial e intelectual. Os cargos de Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial, de nível superior, e Técnico em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial, de nível intermediário, atuam nas unidades administrativas do órgão, relativas as atividades de análise e suporte, respectivamente, relacionadas às funções de planejamento, logística e administração em geral. Por fim, o cargo de Especialista Sênior em Propriedade Industrial consiste em cargo isolado, estruturado em Classe única, com atribuições de natureza técnica especializada de alto nível de complexidade, voltadas às atividades de prospecção e disseminação de novas tecnologias produtivas, ensino e pesquisa continuados, coordenação de projetos de desenvolvimento técnico especializado, de planos de ação estratégica e de estudos socioeconômicos para a formulação de políticas e programas de propriedade intelectual. Para investidura no cargo, é exigido o título de Doutor, além de experiência em atividades relevantes comprovadas, durante pelo menos 10 (dez) anos após a obtenção do título, na área de atuação estabelecida para o concurso.

Tendo como data base das informações dezembro de 2015, o corpo funcional é constituído por 939 servidores ativos, sendo 314 de nível intermediário (33%) e 625 de nível superior (67%). Destes, 19% possuem algum tipo de Aperfeiçoamento, Especialização ou Pós-Graduação lato sensu, 22% possuem o título de Mestre e 20% são Doutores.

Os servidores são avaliados anualmente por metas e por competências gerais, necessárias ao desenvolvimento das atividades do Instituto. São elas: Comunicação, Relacionamento interpessoal, Orientação à aprendizagem contínua, Comprometimento organizacional, Cooperação mútua, Companheirismo, Visão sistêmica, Criatividade, Conhecimento e uso de sistemas de organização e TI, Pensamento crítico-analítico, Qualidade no trabalho, Conhecimento técnico/científico na área de atuação, Planejamento e organização para o trabalho, Julgamento técnico-profissional, Legislação de Propriedade Industrial, Legislação sobre Administração Pública.

Cabe destacar que a partir da última avaliação, realizada em novembro de 2015, a média das avaliações das competências que compõe a Avaliação de Desempenho Individual dos servidores do Instituto passou a não entrar mais no cálculo para percepção da GDAPI e desenvolvimento no cargo da Carreira, gerando conceitos que vão de A a D e servindo apenas como subsídio para capacitação e desenvolvimento dos servidores da casa. Dos 652 servidores avaliados, 636 ficaram com conceitos A ou B, o que representa 97,55%.

Os ocupantes dos cargos de nível superior, responsáveis pelos macroprocessos finalísticos do INPI, ou seja, Pesquisador em P.I. e Tecnologista em P.I., lotados na DIRPA, DIRMA e DICIG, foram melhor avaliados (média de 97%) na competência Cooperação mútua e pior avaliados (média de 93%) na competência Planejamento e Organização para o Trabalho, alcançando em todas as competências avaliadas uma média final de 96% do total.

Os ocupantes do cargo de Analista foram melhor avaliados (média de 95%) na competência Relacionamento Interpessoal e pior avaliados (média de 89%) em Criatividade, alcançando uma média final de 93% do total dos pontos possíveis na dimensão competências. Os ocupantes dos cargos de nível intermediário, obtiveram uma melhor avaliação (média de 95%) na competência Relacionamento Interpessoal e uma pior avaliação (média de 86%) na competência Criatividade, alcançando uma média final de 91% do total na dimensão competências.

8.1.5 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários

Não houve contrato de estágio no ano de 2015 em função do corte orçamentário imposto pelo Governo Federal. Os demais contratos estão relacionados no Quadro A.8.1.5 abaixo:

Quadro A.8.1.5 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Nacional da Propriedade Industrial						
UG/Gestão: 183038/18801						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013 – 15/2013 (CEARÁ)	Apoio Administrativo	05.333.566/0001-59	29/05/2013	29/05/2016	Nível Médio	Ativo Prorrogado
2014 – 13/2014 (DIST FEDERAL)	Apoio Administrativo	02.780.863/0001-54	20/06/2014	20/06/2016	Nível Médio	Ativo Prorrogado
2015 – 02/2015 (PARANÁ)	Apoio Administrativo	02.891.176/0001-06	13/02/2015	13/02/2016	Nível Médio	Ativo Normal
2015 – 17/2015 (SÃO PAULO)	Apoio Administrativo	05.885.789/0001-29	30/06/2015	30/06/2016	Nível Médio	Ativo Normal
2014 – 14/2014 (RIO G DO SUL)	Apoio Administrativo	07.682.995/0001-67	25/04/2014	25/04/2016	Nível Médio	Ativo Prorrogado
2014 – 19/2014 (MINAS GERAIS)	Apoio Administrativo	08.144.738/0001-34	14/08/2014	14/08/2015	Nível Médio	Encerrado
2012 – 36/2012 (RIO G DO SUL)	Limpeza	06.097.780/0001-16	26/12/2012	26/12/2015	Nível Fundamental	Encerrado
2013 – 14/2013 (CEARÁ)	Limpeza	09.019.150/0001-11	24/05/2013	24/05/2016	Nível Fundamental	Ativo Prorrogado
2015 – 16/2015 (MINAS GERAIS)	Limpeza	04.712.320/0001-25	27/05/2015	27/05/2016	Nível Fundamental	Ativo Normal
2015 – 20/2015 (ESPIR SANTO)	Limpeza	07.122.586/0001-06	20/06/2015	20/06/2016	Nível Fundamental	Ativo Normal
2014 – 29/2014 (PARANÁ)	Limpeza	04.231.640/0001-63	21/10/2014	21/10/2016	Nível Fundamental	Ativo Prorrogado
2013 – 21/2013 (SÃO PAULO)	Limpeza	08.284.452/0001-54	20/06/2013	20/06/2016	Nível Fundamental	Ativo Prorrogado
2014 – 18/2014 (CEARÁ)	Vigilância	86.960.598/0001-86	12/06/2014	12/06/2016	Nível Fundamental	Ativo Prorrogado
2014 – 35/2014 (MINAS GERAIS)	Vigilância	07.534.224/0001-22	30/12/2014	30/12/2016	Nível Fundamental	Ativo Prorrogado
2013 – 22/2013 (SÃO PAULO)	Vigilância	06.069.276/0001-02	13/08/2013	13/08/2016	Nível Fundamental	Ativo Prorrogado
2015 – 24/2015 (DIST FEDERAL)	Vigilância	09.267.406/0001-00	22/09/2015	22/09/2016	Nível Fundamental	Ativo Normal
2015 – 03/2015 (RJ)	Apoio Administrativo	05.969.071/0001-10	14/04/2015	14/04/2016	Nível Médio	Ativo Normal
2015 – 41/2015 (RJ)	Limpeza	07.663.019/0001-67	03/12/2015	03/12/2016	Nível Fundamental	Ativo Normal

Continuação do Quadro A.8.1.5 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

2015 – 37/2015 (RJ)	Limpeza	07.847.564/0001-03	23/09/2015	21/12/2015	Nível Fundamental	Encerrado
2012 – 23/2012 (RJ)	Limpeza	11.305.804/0001-15	17/09/2012	17/09/2015	Nível Fundamental	Encerrado
2015 – 06/2015 (RJ)	Segurança Patrimonial	03.007.660/0001-92	03/09/2015	03/09/2016	Nível Médio	Ativo Normal
2015 – 34/2015 (RJ)	Segurança Patrimonial	03.007.660/0001-92	06/03/2015	03/09/2015	Nível Médio	Encerrado
2011 – 10/2011 (RJ)	Segurança Patrimonial	08.579.209/0001-63	03/03/2011	03/03/2015	Nível Médio	Encerrado
2013 – 08/2013 (RJ)	Copeiragem	12.313.874/0001-88	25/03/2013	25/03/2016	Nível Fundamental	Ativo Prorrogado
2013 – 27/2013 (RJ)	Locação de Veículos	15.667.913/0001-33	29/10/2013	29/10/2015	Nível Médio	Encerrado
2012 – 12/2012 (RJ)	Telefonistas	02.297.586/0001-23	13/04/2012	13/04/2015	Nível Médio	Encerrado
2011 – 44/2011 (RJ)	Ascensorista	04.057.771/0001-76	09/01/2012	09/01/2015	Nível Fundamental	Encerrado
2009 – 67/2009 (RJ)	Movimentação de Bens	04.737.058/0001-73	25/01/2010	25/01/2015	Nível Fundamental	Encerrado
2013 – 09/2013 (RJ)	Serviços de Saúde Ocupacional, Saúde Bucal e Qualidade de Vida	02.687.045/0001-01	28/03/2013	28/12/2015	Nível Médio	Encerrado

Fonte: DIRAD/CGAD.

8.1.6 Política de capacitação e treinamento do pessoal

A política de capacitação e treinamento do INPI tem por objetivo a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade dos serviços públicos prestados ao cidadão por meio do fiel cumprimento da missão e objetivos institucionais. Neste contexto, a melhoria da ambiência organizacional e das relações interpessoais e o desenvolvimento de competências individuais são primordiais para que sejam aprimoradas as competências organizacionais.

A partir do planejamento das capacitações realizado para o ano de 2015, os servidores do INPI participaram de 160 eventos de capacitação de aperfeiçoamento, entre cursos, congressos e seminários, palestras, oficinas e aprendizagem em serviço. Este número inclui as ações realizadas com iniciativa e/ou acompanhamento do Instituto, bem como aquelas de autodesenvolvimento, ou seja, empreendidas pelos próprios servidores e informadas ao Centro de Educação Corporativa (CETEC). Cabe destacar que a metodologia de contabilização das ações considera, nos casos de ações presenciais, cada turma realizada como ação individual, mesmo que se refira ao mesmo treinamento, visto que exigem esforços individuais para sua realização. Foram concluídos eventos de capacitação nas modalidades à distância e presenciais, sendo estas realizadas nas instalações do INPI – *in company* – ou em instituições externas. A divisão das ações entre as modalidades pode ser conferida no quadro a seguir:

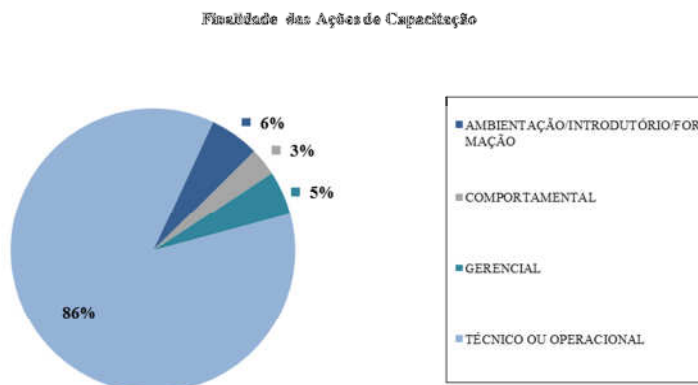
Quadro A.8.1.6 – Modalidade das Ações de Capacitação Realizadas

Modalidade da Ação de Capacitação	Nº de Ações
À Distância	30
Externo	70
<i>In Company</i>	60
Total	160

Fonte: Centro de Educação Corporativa.

Os eventos de capacitação realizados durante o exercício foram de finalidade introdutória ou de formação, comportamental, gerencial e técnica – conforme distribuição exibida no gráfico “Finalidade das Ações de Capacitação”. O gráfico abaixo evidencia que a maioria das capacitações foi destinada ao desenvolvimento de competências técnicas necessárias ao desempenho de tarefas e atividades dos servidores.

Figura A.8.1.6 – Finalidade das Ações de Capacitação



Fonte: CETEC

No que se refere às temáticas abordadas nas capacitações realizadas pelos servidores em 2015, pode-se destacar, como mais expressivos, os temas relativos à ciência e tecnologia, logística, economia/orçamento/finanças e informática. No quadro a seguir é possível observar a representatividade da categoria “outros”, que englobou temas como os relacionados à propriedade intelectual, inovação e administração, temas específicos à atuação do órgão.

Quadro B.8.1.6 – Ações de Capacitação por Área Temática

Área temática	Total
Ciência e Tecnologia	19
Comunicação	6
Defesa e Segurança	1
Direito e Justiça	9
Economia, Orçamento e Finanças	12
Educação	3
Ética	1
Gestão da Informação	5
Gestão de Pessoas	8
Informática - Aplicativos e Sistemas Internos	11
Informática - Programação e Tecnologia da Informação	8
Informática - Sistemas Informatizados do Governo Federal	1
Logística	18
Outros	51
Planejamento	2
Relações Internacionais	4
Saúde	1
Total Geral	160

Fonte: Centro de Educação Corporativa.

O total de horas de capacitação realizadas durante o ano é contabilizado por meio de duas metodologias. A primeira estabelece o total geral de horas de treinamento cumpridas pelos servidores, considerando o somatório das cargas horárias cumpridas por cada servidor. A fórmula de cálculo é a seguinte:

Total Geral de Horas de Capacitação Cumpridas pelos Servidores = Σ (C.H. de cada ação x N° de servidores participantes da ação)

Exemplo:

C.H. da Ação “B”: 24h. – Participantes da Ação “B”: 20 alunos

C.H. da Ação “C”: 40h. – Participantes da Ação “C”: 15 alunos

Total Geral de Horas = (24 x 20) + (40 x 15) = 1.080 h.

Seguindo esta metodologia, ao longo de 2015, os servidores cumpriram 22.892,41 horas em eventos de capacitação. Como pode ser verificado na tabela e no gráfico exibidos a seguir, ao

analisar a distribuição das horas mês a mês, nota-se a ocorrência de um maior quantitativo de horas de treinamento no mês de outubro, que pode ser explicada pela realização de cursos na modalidade de ensino à distância de dois grupos: cursos avançados em propriedade intelectual e cursos introdutórios dos servidores inseridos no Programa de Ambientação e Formação de Novos Servidores (PROAMB).

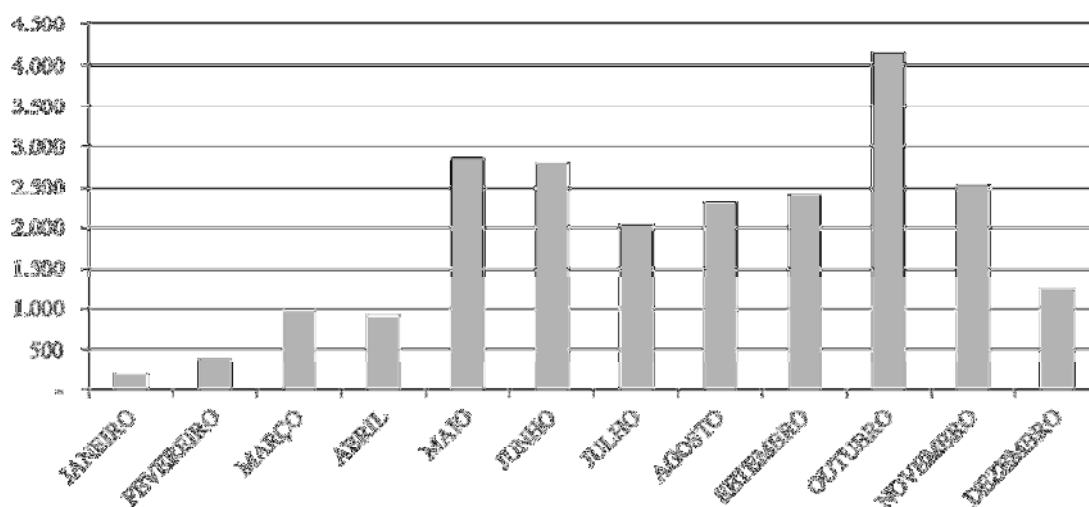
Quadro C.8.1.6 – Total Geral de Horas de Treinamento

MÊS	Total Geral de Horas de Treinamento
JANEIRO	203,93
FEVEREIRO	387,11
MARÇO	978,07
ABRIL	928,53
MAIO	2866,66
JUNHO	2807,04
JULHO	2045,59
AGOSTO	2315,06
SETEMBRO	2422,63
OUTUBRO	4154,78
NOVEMBRO	2541,66
DEZEMBRO	1241,37
Total geral	22.892,41

Fonte: Centro de Educação Corporativa.

Figura B.8.1.6 – Total Geral de Horas de Treinamento

Total Geral de Horas de Treinamento



Fonte: Centro de Educação Corporativa

A segunda metodologia utilizada para cálculo do total de horas de capacitação trata da soma das cargas horárias de cada uma das ações executadas. Neste sentido, obedece a seguinte fórmula de cálculo:

$$\text{Carga Horária Total das Ações de Capacitação} = \Sigma \text{C.H. de cada ação}$$

Exemplo:

C.H. da Ação "B": 24h.

C.H. da Ação "C": 40h.

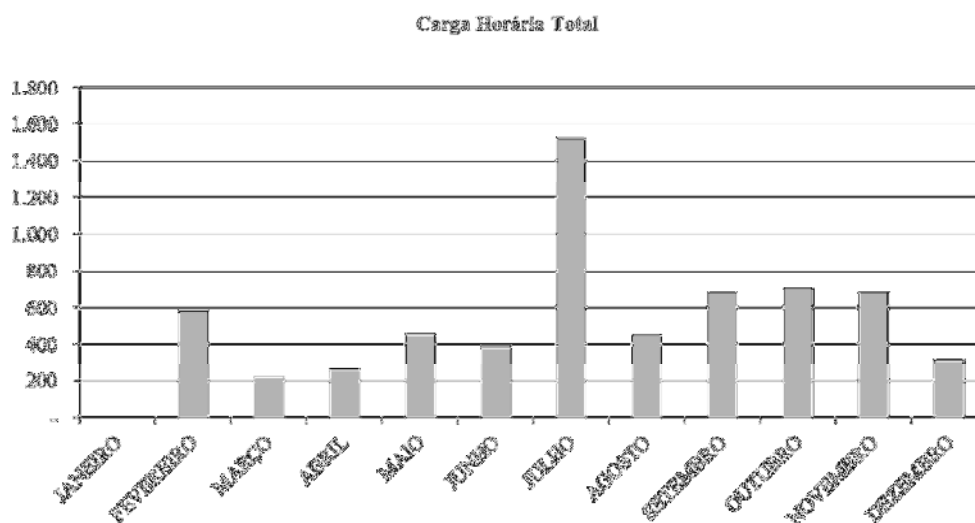
Carga Horária Total = 24 + 40 = 64h.

Além disso, a carga horária é contabilizada ao término da ação de capacitação, isto é, no mês de conclusão, o que impacta, sobretudo, eventos com duração superior a um mês. De acordo com esta metodologia, totalizou-se 6.227,92 horas de capacitação em 2015. A distribuição mensal dessas horas pode ser observada no quadro e no gráfico apresentados a seguir.

Quadro D.8.1.6 – Carga Horária Total

MÊS	Carga Horária Total
JANEIRO	0,00
FEVEREIRO	581,00
MARÇO	221,50
ABRIL	259,00
MAIO	478,75
JUNHO	389,50
JULHO	1486,00
AGOSTO	451,00
SETEMBRO	657,67
OUTUBRO	703,50
NOVEMBRO	683,50
DEZEMBRO	316,50
Total geral	6.227,92

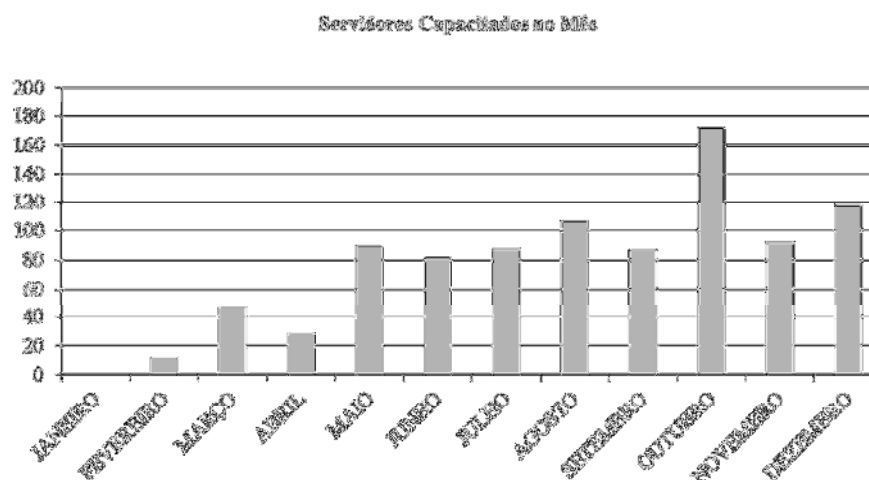
Fonte: Centro de Educação Corporativa.

Figura C.8.16 – Carga Horária Total

Fonte: Centro de Educação Corporativa.

Pode-se verificar a ocorrência de um pico de carga-horária no mês de julho, em virtude da conclusão de cursos à distância de propriedade intelectual e do PROAMB, bem como curso de longa duração na Escola Superior de Guerra.

Do total de servidores que fizeram parte do quadro de pessoal do INPI ao longo do ano, 498 foram capacitados em 2015. Destaca-se que são considerados capacitados somente os concluintes dos eventos de capacitação. Com relação ao número de servidores capacitados a cada mês, conforme exibido no gráfico “Servidores Capacitados no Mês”, o mês de outubro foi o que apresentou maior número de servidores capacitados, em decorrência da realização de diversas turmas internas. Vale a ressalva que o total anual não corresponde à soma dos meses, visto que alguns servidores participaram de mais de uma ação de capacitação no exercício.

Figura D.8.1.6 – Servidores Capacitados no Mês

Fonte: Centro de Educação Corporativa

8.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

8.2.1 Gestão da Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ

A contratação deste tipo de serviço torna-se necessária uma vez que o Instituto não possui em seu quadro veículos oficiais suficientes para atender as demandas, que são utilizados no transporte de autoridades, de pessoal e também de materiais relativos às atividades da Instituição. Ressalta-se que este tipo de contratação encontra amparo legal no Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997, no Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, devendo obedecer ainda as Instruções Normativas nos 02 e 03, de 30 de abril e 15 de maio de 2008, respectivamente, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, “in” DOU de 23/05/2008 (republicação) e 19/05/2008, respectivamente, a Resolução INPI/PR nº 206/2009, de 17/04/09, ao disposto na Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e demais normas pertinentes.

Nesse sentido, por ocasião da realização da licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos, foram realizados estudos técnicos que demonstraram as vantagens da locação, em detrimento à manutenção de veículos próprios, já descritos detalhadamente na prestação de contas do exercício de 2013.

O serviço de locação de veículos foi licitado através do Pregão Eletrônico nº 29/2013 e dividido em dois grupos contendo diferentes tipos de veículos, listados a seguir:

Item I - Disponibilização de veículos somente para o Rio de Janeiro em tempo integral e com motorista

Veículo de Transporte Institucional

Tipo A - Veículo “Sedan Executivo” – 1 veículo com franquia mensal de 950 Km.

Veículo de Serviço comum

Tipo B - Veículo básico de transporte de passageiros, servidores e colaboradores em serviço, materiais, documentos e pequenas cargas. – 3 veículos com franquia mensal de 700 Km cada.

Tipo C – Veículo básico utilitário para transporte de cargas leves (com caçamba fechada). – 1 veículo com franquia mensal de 250 Km mensais.

Tipo D – Veículo básico com 2 (duas) rodas (motocicleta) – 1 veículo com franquia mensal de 650 Km mensais.

Item II - Disponibilização de diárias para veículo do tipo A para São Paulo e Distrito Federal e para veículos do tipo E, F, G, H, I e J

Tipo A - Veículo “Sedan Executivo” – 36 diárias anuais, de 12 horas cada, tanto para Distrito Federal quanto para São Paulo.

Tipo E – Veículo básico tipo “Van” (capacidade 15 passageiros) - 6 diárias anuais, de 12 horas.

Tipo F – Veículo básico utilitário tipo “Pick up” - 3 diárias anuais, de 10 horas.

Tipo G – Veículo básico utilitário tipo “Caminhão baú” de médio porte (até 6 toneladas) - 3 diárias anuais, de 10 horas.

Tipo H – Veículo básico utilitário tipo “Caminhão baú” de grande porte (até 12 toneladas) - 3 diárias anuais, de 10 horas.

Tipo I – Veículo básico tipo “Microônibus” (22 passageiros) - 3 diárias anuais, de 12 horas.

Tipo J – Veículo básico tipo “Ônibus” (52 passageiros) - 3 diárias anuais, de 12 horas.

Conforme informado no relatório do período anterior, as empresas vencedoras do certame foram a Multiamerican Serviços LTDA (CNPJ 15.667.913/001-33), com valor total estimado em R\$ 313.373,56 e vigência de um ano, a partir de 29 de outubro de 2013 e a JCR Locação e Turismo LTDA – ME (CNPJ 14.343.320/0001-59) com valor total estimado em R\$ 90.249,87. Após o término do prazo de vigência inicial, os contratos foram prorrogados por mais um ano e, no final de 2014, novamente prorrogados com vigência até novembro/2015.

Durante o exercício de 2015 em análise nos quantitativos de quilômetros utilizados nos veículos, a partir de relatórios extraídos do SIGINPI (ferramenta de gestão apresentada a seguir) e da necessidade de se adequar aos cortes solicitados pelo instituto, em setembro de 2015, o contrato 027/2013 com a empresa Multiamerican Serviços LTDA sofreu a supressão de um veículo Tipo B - Veículo básico de transporte e seria prorrogado por mais um período de um ano, porém, em 29 de outubro de 2015 foi constatado pela fiscalização do contrato um apontamento no SICAF contra a empresa Multiamerican Serviços LTDA de proibição de se contratar com administração pública federal, desta forma, não foi possível realizar a prorrogação do mesmo e uma nova contratação encontra-se em andamento visando atender às necessidades do instituto. O quantitativo de quilômetros efetivamente utilizado no período encontra-se no quadro abaixo:

Quadro A.8.2.1 – Quilometragem utilizada no contrato nº 027/2013

Veículo	Tipo	Franquia mensal (Km)	Quilometragem Utilizada 2015										Média mensal utilizada
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	
FLUENCE PRATA #KYR-8282	A	950	738	366	522	389	476	386	710	713	372	393	506
COBALT BRANCO #LLY-3078	B	700	83	194	344	372	346	420	293	705	548	457	376
COBALT BRANCO #LLY-2958	B	700	179	159	375	252	199	381	260	753	Supressão		320
VOYAGE BRANCO #KZM-4643	B	700	424	331	437	137	322	392	117	457	468	724	381
KANGOO BRANCO #LRA-7524	C	250	32	35	360	17	156	138	44	368	127	45	132
CG TITAN 125 PRETA #KYG-4325	D	650	724	476	586	441	418	448	516	363	304	308	458

Fonte: Fiscalização do contrato.

O.B.S.: Cabe ressaltar que o contrato prevê que a quilometragem não utilizada em um período, será revertida em créditos para serem utilizados nos dois meses subsequentes, desta forma em nenhum mês foi necessário realizar o pagamento por quilometragem excedente. Nesta mesma linha, é possível verificar que a média mensal utilizada se manteve abaixo da franquia contrata.

Em relação ao contrato 028/2013, correspondente aos veículos sobre demanda, este foi prorrogado em novembro de 2015, por mais 12 meses. O quantitativo de diárias utilizadas segue no quadro abaixo:

Quadro B.8.2.1 – Numero de diárias utilizadas no contrato nº 028/2013 em 2015

Veículo	Tipo	Diárias previstas	Franquia diária (Km)	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Totais
SP	A	36	150					2	2			2	2			8
DF	A	36	150	5	1	1	1	9	3	1,5	5,5	6	2	2		37
RJ	E	6	150						1							1
RJ	F	3	150													0
RJ	G	3	150													0
RJ	H	3	150						2		1					3
RJ	I	3	150						2							2
RJ	J	3	150													0

Fonte: Fiscalização do contrato.

A evolução dos gastos com serviços de locação de veículos no período 2014/2015 podem ser vistos a seguir:

Quadro C.8.2.1 – Evolução dos gastos com contratação de veículos

Mês	Contrato nº 028/2013		Contrato nº 027/2013	
	JCR		Multiamericam	
	2014	2015	2014	2015
Jan	R\$ 3.999,33	R\$ 4.116,65	R\$ 30.351,13	R\$ 30.351,13
Fev	R\$ 6.519,98	R\$ 823,33	R\$ 30.351,13	R\$ 30.351,13
Mar	R\$ 5.749,99	R\$ 823,33	R\$ 30.351,13	R\$ 30.351,13
Abr	R\$ 2.436,66	R\$ 823,33	R\$ 30.351,13	R\$ 30.351,13
Mai	R\$ 18.789,95	R\$ 8.989,97	R\$ 30.351,13	R\$ 30.351,13
Jun	R\$ 5.974,79	R\$ 17.591,61	R\$ 30.351,13	R\$ 30.351,13
Jul	R\$ 10.313,57	R\$ 1.235,00	R\$ 30.351,13	R\$ 30.351,13
Ago	R\$ 29.241,33	R\$ 5.801,65	R\$ 30.351,13	R\$ 30.351,13
Set	R\$ 21.648,66	R\$ 6.519,98	R\$ 30.351,13	R\$ 25.278,33
Out	R\$ 44.769,88	R\$ 3.226,66	R\$ 30.351,13	R\$ 25.278,33
Nov	R\$ 15.631,03	R\$ 1.646,66	R\$ 30.351,13	
Dez	R\$ 5.816,65	R\$ 0,00	R\$ 30.351,13	
TOTAL	R\$ 170.891,82	R\$ 14.753,28	R\$ 364.213,56	R\$ 212.457,91
MÉDIA MENSAL	R\$ 14.240,99	R\$ 4.299,85	R\$ 30.351,13	R\$ 29.336,57

Fonte: Fiscalização do contrato.

Evolução do sistema de controle de requisições de veículos:

No ano de 2010 foi desenvolvido internamente para o INPI o SRV – Sistema de Requisição de Veículos, para solicitação de veículos, controle de viagens e emissão de relatórios. Este sistema e o manual de utilização foram recomendados como boas práticas administrativas pelo Tribunal de Contas da União, conforme acórdão nº 8.005/2011, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 20/09/2011.

Todas as requisições de transporte deveriam ser lançadas no SRV, sendo as demandas extraordinárias tratadas separadamente. O sistema atendia, mas deixava a desejar na emissão dos relatórios utilizados pela fiscalização que muitas vezes tinha que realizar o controle através de planilhas fora do sistema.

Em 2013 foi iniciada a implantação do SIGINPI – Solução Integrada de Gestão no INPI. Trata-se de uma ferramenta dotada de efetivo alinhamento à legislação que regula todos os trâmites da cadeia de suprimentos, contratos, licitações, orçamento e, sobretudo, a gestão desses procedimentos. O mesmo já vem sendo utilizado por outros órgãos, como Ministério Público Federal e Estadual, TCU, AGU, Presidência da República e diversos outros órgãos das três esferas de governo. Para as requisições de transporte, foi desenvolvido dentro do SIGINPI um módulo específico, SIGINPI – FROTAS que considerou as necessidades apresentadas pela fiscalização dos contratos e as deficiências do SRV utilizado anteriormente. O resultado é uma ferramenta dinâmica e que apresenta diversos relatórios que podem ser parametrizados de acordo com as necessidades apresentadas e que auxiliam a fiscalização no controle dos contratos.

Como melhoria do novo sistema, podemos citar os relatórios de horas trabalhadas por motoristas, de custo mensal por veículo e relatório de viagens, sejam solicitadas, elaboradas, realizadas ou concluídas.

Relatório de horas trabalhadas

Neste relatório é possível identificar as efetivas horas em que o motorista está transitando e atuar nas horas ociosas de trabalho.

Figura A.8.2.1 – Relatório de horas trabalhadas x horas ociosas

MOTORISTAS - Horas Trabalhadas X Horas Ociosas

Período: 01/05/2015 a 31/05/2015

Horas esperadas no período: 176:00

Unidade Gestora: SEDE DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL-INPI

Motorista: MARIO VIEIRA

Status: Disponível

Viagens do Motorista					
Data	Número	Situação	Hora Inicial	Hora Final	Total de Horas
06/05/2015	322/2015	Concluída com sucesso	06/05/2015 14:25	06/05/2015 14:47	0:22
08/05/2015	328/2015	Concluída com sucesso	08/05/2015 08:57	08/05/2015 14:29	5:32
13/05/2015	338/2015	Concluída com sucesso	13/05/2015 11:44	13/05/2015 12:36	0:52
20/05/2015	364/2015	Concluída com sucesso	20/05/2015 15:31	20/05/2015 15:53	0:22
22/05/2015	367/2015	Concluída com sucesso	22/05/2015 09:09	22/05/2015 09:24	0:15
22/05/2015	369/2015	Concluída com sucesso	22/05/2015 14:18	22/05/2015 15:24	1:06
19/05/2015	371/2015	Concluída com sucesso	19/05/2015 10:36	19/05/2015 12:29	1:53
26/05/2015	381/2015	Concluída com sucesso	26/05/2015 11:31	26/05/2015 12:29	0:58
27/05/2015	385/2015	Concluída com sucesso	27/05/2015 08:44	27/05/2015 11:00	2:16
15/05/2015	387/2015	Concluída com sucesso	15/05/2015 12:28	15/05/2015 17:14	4:46
28/05/2015	392/2015	Concluída com sucesso	28/05/2015 17:35	28/05/2015 18:32	0:57
28/05/2015	393/2015	Concluída com sucesso	28/05/2015 08:15	28/05/2015 10:38	2:23
29/05/2015	402/2015	Concluída com sucesso	29/05/2015 09:08	29/05/2015 10:03	0:55
Total de Horas Trabalhadas no Período:					22:37
Total de Horas Ociosas no Período:					153:23

Fonte: Sistema de Gestão integrada do INPI – SIGINPI.

Relatório de Custo Mensal do Veículo

Neste relatório pode-se verificar através da quilometragem total utilizada o custo mensal de cada veículo. Também é possível realizar a verificação unificada chegando-se ao custo mensal do contrato.

Figura B.8.2.1 – Relatório de horas trabalhadas x horas ociosas



INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
SEDE DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL-INPI
SERVICO DE SUPRIMENTOS

31/08/2015 17:36

Relatório de Custo de Veículo

Mês referência: Março/2015

Empresa: MULTIAMERICAN SERVICOS LTDA

CNPJ: 15667913000133

Veiculo	Tipo	Franquia Mensal (km)	Valor da Franquia (R\$)	Valor do Km excedente (R\$)	Km Utilizada	Km Exedente no mês atual	Saldo Remanescente no mês (Km)	Saldo Remanescente dos meses anteriores (Km)	Saldo a pagar por exceder a franquia (Km)	Valor a pagar por Km Excedente (R\$)	Valor a Pagar (total)
KANGOO	UTILITARIO	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	357	357	0.0	0	357.0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
COBALT	UTILITARIO	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	361	361	0.0	0	361.0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
COBALT	UTILITARIO	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	344	344	0.0	0	344.0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FLUENCE	UTILITARIO	1000	R\$ 5.000,00	R\$ 5,00	496	0	504.0	1044	0.0	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00
VOYAGE	UTILITARIO	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	438	438	0.0	0	438.0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
XTZ 150	UTILITARIO	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	353	353	0.0	0	353.0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
COBALT	UTILITARIO	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	0.0	0	0.0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FAN	UTILITARIO	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	0.0	0	0.0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor a pagar:											R\$ 5.000,00

FR0020

12335443739

Página 1 de 1

Fonte: Sistema de Gestão integrada do INPI – SIGINPI.

Relatório de viagens

Neste relatório é possível filtrar todas as viagens por data de saída, data de solicitação, origem, destino, dentre outras.

Figura C.8.2.1 – Relatório de viagens

Fonte: Sistema de Gestão integrada do INPI - SIGINPI

8.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Devido ao tamanho diminuto da frota de veículos próprios do Instituto, em número de três, e ao estado de conservação de dois destes automóveis, o tratamento adotado foi à inclusão de todos no processo de alienação de bens móveis e veículos com previsão de ocorrer no exercício de 2016, em conformidade à contratação de serviço de Leiloeiro Oficial em fase de conclusão. A alienação destes bens atende às medidas de economia tomadas pela administração do INPI, devido à desvantajosidade de sua manutenção, aliada ao fato dos respectivos modelos não mais se mostrarem adequados às necessidades de locomoção dos servidores no exercício de suas atribuições.

Estes veículos estão evidenciados conforme quadro a seguir:

Quadro A.8.2.2 – Veículos arrolados para alienação

Nº DE PATRI.	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO FÍSICA	DATA DE AQUISIÇÃO
034419	MARCA FIAT, MODELO DUCATO COMBINATO VAN, ANO 2001/2002.	BOM	01/04/2002
041662	MARCA VW, MODELO PARATI, TIPO PERUA, ANO 1995.	RECUP.	01/01/1995
041661	MARCA VW, MODELO PARATI, TIPO PERUA, ANO 1995.	RECUP.	01/01/1995

Fonte: Sistema Integrado de Gestão do INPI – SIGINPI, Módulo: Patrimônio Bens Móveis.

8.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da união

A partir da edição da Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, o então Departamento de Propriedade Industrial – DNPI, do Ministério da Indústria e do Comércio, passou a ter personalidade jurídica de Autarquia Pública Federal, em conformidade ao observado em seu artigo 1º e § único, a seguir transcrito:

“Art 1º - Fica criado o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), autarquia federal, vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, com sede e foro no Distrito Federal.

Parágrafo único. O Instituto gozará dos privilégios da União, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.”

Por seu turno, o artigo 5º, do Decreto Lei 200/1967, conceituada as entidades autárquicas, em conformidade ao abaixo transcrito.

“Art. 5 - Para os fins desta lei, considera-se:

I – Autarquia – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita própria, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para o seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada; (grifamos).”

Feito os pertinentes esclarecimentos quanto à condição de propriedade do patrimônio da Autarquia, embora esta figure também como um Ente da União, passa-se a comentar a sua gestão, consoante o requerido pelo TCU.

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial tem o seu parque imobiliário formado por 26 imóveis, com sua distribuição espacial e proprietária, apresentada na forma insculpida no quadro a seguir.

8.2.3.1 Quantidade de imóveis públicos de uso especial no INPI

Quadro A.8.2.3.1 – Quantidade de imóveis públicos de uso especial no INPI

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS PÚBLICO DE USO ESPECIAL NO INPI	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	Brasília	01	20 (*)
	Ceará	01	01
	Vitória	01	01
	Rio de Janeiro	02	02
	São Paulo	01	01
Total		06	25

Fonte: Sistema Integrado de Gestão do INPI – SIGINPI, Módulo: Patrimônio Bens Imóveis.

(*) No exercício de 2014, assim como nos demais exercícios anteriores, o dado referente à quantidade de imóveis de uso especial em Brasília não foi informada com a necessária correção, uma vez que, dos informados anteriormente, somente aquele que abriga a Divisão Regional do INPI (que se encontra cedido ao Departamento de Registro Empresarial e Integração da Secretaria da Micro e Pequena Empresa – DREI/SMPE-PR) era o que gozava da condição de Imóvel de Uso Especial. Os demais imóveis localizados no Distrito Federal são bens classificados como dominicais.

Ainda em relação ao quantitativo de imóveis em Brasília – DF apresentado no quadro do exercício de 2014, ressalta-se que a Caixa Econômica Federal, quando da entrega da avaliação referente às projeções, de forma equivocada, apontou para um único Laudo no exercício de 2013 englobando as informações de ambas (duas projeções), gerando o engano verificado e corrigido no exercício de 2015 quanto ao lançamento dos dados dessas projeções no Sistema SPIUnet. Assim sendo, o número exato de imóveis em Brasília de propriedade do INPI, entre especiais e dominicais são 21 e não 20 (vinte) como informado no Relatório de Gestão de 2014.

Desta forma, a coluna referente ao exercício de 2015 retrata de forma fidedigna o quantitativo somente de bens imóveis de uso especial existentes em conformidade a sua distribuição espacial.

8.2.3.2. Dos imóveis e das suas destinações

Dos 21 imóveis situados em Brasília, que compõem a maior concentração dos bens imobiliários do Instituto, 18 estão em processo de alienação por intermédio da Caixa Econômica Federal, sendo 16 apartamentos e duas casas. As tratativas dos procedimentos se encontram em fase final de publicação do edital.

Quanto aos três não arrolados para alienação, referem-se ao prédio onde se encontra situada a Divisão Regional do INPI em Brasília, de endereço SAS, Quadra 02, lote 1-A e duas projeções, sendo uma utilizada pelo próprio INPI, situada na SAS – Quadra 02, lote 4 e outra cedida à Advocacia Geral da União, situada na SAS – Quadra 02, lote 3-A, conforme descrito no item 8.2.4, subitem “Imóveis Cedidos Pelo INPI”.

8.2.3.3. Dos controles

Até o exercício de 2014 os controles internos eram apresentados por intermédio de pastas que continham toda documentação pertencente a cada imóvel, atualizadas de forma periódica pelo corpo técnico da Divisão de Material, Patrimônio e Suprimentos – DIMPS, sendo que outros dados tais como: despesas com obras e reformas e despesas com manutenções perenes (assim entendidas aquelas com pagamentos de taxas e despesas com pequenos serviços), eram buscados por intermédio de solicitações aos respectivos setores responsáveis por seus acompanhamentos. Entretanto, no exercício de 2015, com a entrega do Módulo de Patrimônio Imobiliário, que faz parte do Sistema de Gestão do INPI - SIGINPI, estas informações passaram a ser alimentadas diretamente pelas Unidades internas responsáveis no referido módulo, compartilhando os dados de forma eficaz e temporal com os demais setores envolvidos no acompanhamento dessas informações, garantindo assim a sua completude.

Com relação à inserção dos dados do parquet imobiliário próprio, da União e de terceiros, no SPIUnet, é significativo relatar que esta rotina é realizada seguindo os parâmetros de exigência dos dados a serem descritos, todavia, opta-se em resumi-los tendo em vista que este Sistema não dispõe, ainda, de tempo suficiente para inclusão de um número maciço de informações, saindo do ar constantemente, acarretando a perda das informações já incluídas.

8.2.3.4. Das despesas com taxas e condomínios

Sendo estas despesas próprias dos imóveis (apartamentos e casas) de propriedade do INPI, localizados em Brasília, foram apresentados para o exercício de 2015 Certidão Negativa de Débitos e Certidão de Dívida Ativa Negativa para todos os imóveis, comprovando desta forma não existir débitos com as Taxas de Limpeza Urbana. Quanto à quitação referente ao pagamento das Taxas de Condomínios, ainda não se dispõe dos documentos referentes a 2015, restando o aguardo do encaminhamento desses por parte dos Condomínios dos Blocos “I” e “J”, da SQS 315.

8.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

8.2.4.1. Dos imóveis cedidos pelo Serviço de Patrimônio da União - SPU

Para a execução de suas atividades finalísticas, o INPI utiliza três imóveis cedidos pelo Patrimônio da União - SPU, localizados nos seguintes estados:

- a) Rio de Janeiro – Edifício À Noite, cedido pelo Serviço de Patrimônio da União do Rio de Janeiro; situado na Praça Mauá, 7 Centro, Rio de Janeiro;
- b) Ceará – Casa cedida pelo Serviço de Patrimônio da União do Ceará ao INPI, situada na Rua Dr. Mario dos Martins Coelho, Bairro Aldeota – Fortaleza, e;
- c) Espírito Santo – Salas 601/603, do Edifício Mechelini, cedidas pelo Serviço de Patrimônio da União do Espírito Santos ao INPI, situado na Praça Costa Pereira, 52 – Vitória.

8.2.4.2. Dos imóveis cedidos pelo INPI

Quanto àqueles cedidos por esta Autarquia, tem-se na forma de cessão a título gratuito:

- a) Cessão de um Edifício de 12 andares, com área construída de 10.020,00 m² ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, situado na Rua Mariz e Barros, nº 13 – Praça da Bandeira, Rio de Janeiro, pelo período de dez anos, com início em 17 de junho de 2007 e vencimento para 17 de junho de 2017, com possibilidade de sua prorrogação;
- b) Cessão de uso do imóvel localizado no Setor de Autarquia Sul, Quadra 2, Lote 1-A, Plano

Piloto, Brasília/DF, da área de 2.141,89 m² ao Departamento de Registro Empresarial e Integração da Secretaria da Micro e Pequena empresa da Presidência da república – DREI/SMPE-PR, pelo período de sessenta meses, iniciando em 14 de novembro de 2013;

- c) Cessão de uma projeção para a Advocacia Geral da União – AGU, situada na SAS, Quadra 2, Lote 3-A, medindo 800,00 m², pelo prazo de cinco anos a contar de 06 de fevereiro de 2012, para utilização na forma de estacionamento.

8.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Os imóveis locados pelo INPI no Rio de Janeiro (RJ) e nos demais estados da federação estão descritos a seguir:

- Minas Gerais – Contrato N° 21/2014
- Paraná – Contrato N° 17/2012
- Rio Grande do Sul – Contrato N° 15/2015
- Rio de Janeiro:
 - A) Contrato N°: 11/2011 – Edifício São Bento Corporate
 - B) Contrato N°: 49/2011 – Edifício Mayrink Veiga

Quadro A.8.2.5 – Custos de Locação de Imóveis de Terceiros

LOCAL		ALUGUEL	CONDOMÍNIO	TOTAL
				Aluguel e Condomínio
RJ	SB1	R\$ 19.673.453,00	R\$ 5.111.517,00	R\$ 24.784.970,00
	MV9	R\$ 7.021.370,00	R\$ 2.062.004,00	R\$ 9.083.374,00
PR		R\$ 65.416,28	R\$ 31.228,00	R\$ 96.644,28
RS		R\$ 166.600,00	R\$ 29.950,00	R\$ 196.550,00
MG		R\$ 158.600,00	R\$ -	R\$ 158.600,00
TOTAL				R\$ 34.320.138,28

Fonte: DSERV e SEADE.

A decisão do Instituto pela locação de imóveis de terceiros na cidade do Rio de Janeiro é corroborada pela falta de destinação adequada do imóvel denominado Edifício “A Noite”, sede histórica do INPI, situado na Praça Mauá n° 7, o qual necessita de reforma para sua reocupação, conforme narrado nos autos do Processo INPI N.º 52400.004618/2008.

O Instituto atualmente possui contrato de locação vigente para o imóvel localizado na Rua São Bento n° 1, Centro, Rio de Janeiro, composto de 25 andares, perfazendo uma área privativa de 14.959,35 m², cuja finalidade é atender às atividades precípua do INPI. A locação deste imóvel visa atender com a qualidade necessária as atividades concernentes à Propriedade Industrial, dotando de infraestrutura e instalações físico-espaciais modernas e adequadas.

Diante da necessidade espacial o Instituto possui, ainda, outro imóvel locado no município do Rio de Janeiro, localizado na Rua Mayrink Veiga n° 9, nos andares: térreo, sobreloja, 2º, 3º, 5º, 15º, 16º, 17º, 18º, 19º, 20º, 21º, 22º, 23º, 24º, 25º, 26º e 27º, com área privativa de 9.677,60 m², locado desde 29/09/2006, atualmente regido pelo contrato n° 49/2011, firmado com a empresa BRPR V EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, com vencimento em 16/01/2017, no valor de R\$ 585.954,00.

A redução dos valores desembolsados a título de locação, no Rio de Janeiro, terá maior visibilidade em 2016, vez que a renegociação do contrato de locação do São Bento nº1 foi efetivada apenas em 23/12/2015, sendo a carência dos alugueres (3 meses) iniciada em novembro. Destaca-se como ação para melhoria do gasto público o redimensionamento dos espaços de escritório realizado no Rio de Janeiro, com adensamento da ocupação do SB1 e devolução de oito andares do MV9 (mudança com finalização prevista para maio de 2016). Com a remodelagem de utilização dos ambientes de escritório, a taxa de ocupação do SB1 e MV9 atingirão patamares superiores a 90%, gerando economia anual da ordem de R\$ 13,5 milhões (redução de 42% dos gastos com locação).

No que se refere à forma de tratamento das despesas com reformas, transformações e manutenções dos imóveis locados temos a informar que até 01/02/2015 o INPI possuía o Contrato N° 10/2013 para manutenção do edifício PM7 e áreas privativas do MV9, sem inclusão de serviços nas áreas privativas SB1, os quais eram realizados pelo condomínio deste edifício. Em 01/02/2015 iniciou a vigência do Contrato N° 33/2014 com a empresa TEKNO ENGENHARIA para manutenção predial dos edifícios PM7, MV9 e SB1. A cobertura inicial do contrato incluiu a totalidade do edifício PM7, serviços nas áreas internas do MV9 e serviços de manutenção da rede lógica, telefônica e mobiliário no SB1. Serviços de reparos, pintura e modificações de Leiate também são cobertos pelo sobredito contrato, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro B.8.2.5 – Serviços de Manutenção dos imóveis locados pelo INPI

Serviços de Manutenção Cobertos pelo contrato	Até 01/02/2015			De 01/02/2015 até 01/02/2016		
	PM7 (Total)	MV9 (Áreas privativas)	SB1 (Áreas privativas)	PM7 (Total)	MV9 (Áreas privativas)	SB1 (Áreas privativas)
Instalações Elétricas	Sim	Sim	Não coberto	Sim	Sim	Não coberto
Instalações Hidráulicas e Sanitárias	Sim	Sim	Não coberto	Sim	Sim	Não coberto
Instalações Cívicas	Sim	Sim	Não coberto	Sim	Sim	Não coberto
Instalações de Rede Lógica	Sim	Sim	Não coberto	Sim	Sim	Sim
Instalações Telefônicas	Sim	Sim	Não coberto	Sim	Sim	Sim
Mobiliário/Marcenaria/Chaveiro	Sim	Sim	Não coberto	Sim	Sim	Sim

Fonte: DSERV e SEADE

Observação: a partir de 01/02/2016, o Contrato N° 33/2014 foi aditivado para incluir também serviços de instalações elétricas, hidráulicas e cívicas nas áreas internas do SB1.

Os sistemas de ar-condicionado central, elevadores, bombas de água, subestações e demais equipamentos e sistemas predominantemente nas áreas comuns do MV9 e SB1 possuem manutenção realizada pelos condomínios dos respectivos prédios, com fiscalização do INPI.

8.3. Gestão da Tecnologia da Informação

8.3.1. Plano Estratégico de TI (PETI) e Plano Diretor do TI (PDTI)

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI 2016-2019) tem como escopo orientar os projetos e ações da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) de forma a atingir os objetivos estratégicos de todas as áreas de negócio e unidades do INPI no Brasil.

A versão inicial do PDTI 2016-2019 foi aprovada em reunião do Comitê de Tecnologia da Informação do INPI realizada em 16/12/2015.

Uma vez que o Planejamento Estratégico Institucional do próximo ciclo do INPI ainda não foi aprovado, a abordagem da versão inicial de PDTI 2016-2019 teve seu foco nos resultados do PDTI anterior e nas ações planejadas e não executadas. Desta forma o Instituto terá um planejamento tático para dar continuidade às suas ações de Tecnologia da Informação no primeiro semestre de 2016.

Ademais, o PDTI deverá ser revisado ao final do primeiro semestre de 2016 e, a partir de então, serão programadas revisões semestrais preferencialmente nos meses de junho e dezembro e extraordinariamente, a qualquer momento, mediante aprovação do Comitê de Tecnologia da Informação.

Nesse mesmo contexto, o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) foi elaborado com o propósito de assegurar que as metas e objetivos da Tecnologia da Informação (TI) estejam fortemente vinculados às metas e aos objetivos do negócio e da estratégia da Instituição e, portanto, alinhado com seu Planejamento Estratégico. Destarte, conforme já mencionado, uma vez que o Planejamento Estratégico Institucional do próximo ciclo do INPI ainda não foi aprovado, tomou-se por base o Planejamento Estratégico instituído pela gestão anterior da Autarquia. Consequentemente, o PETI deverá ser revisado quando da publicação de um novo Planejamento Estratégico Institucional.

No desenvolvimento do PETI empregou-se a metodologia do Information Technology Balanced Scorecard (IT-BSC) dentro de perspectivas que se interligam e formam uma relação de causa e efeito para a construção dos Objetivos Estratégicos de TI alinhados ao seu Mapa Estratégico.

Abaixo, temos uma visualização resumida desses elementos:

Quadro A.8.3.1 Mapa Estratégico de TI

Mapa Estratégico de TI	
Missão	Visão
PROMOVER A GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM HARMONIA COM AS ÁREAS ADMINISTRATIVAS E FINALÍSTICAS NO ÂMBITO DO INPI.	SER RECONHECIDO COMO PARCEIRO ESTRATÉGICO DE TODAS AS UNIDADES DO INPI, BEM COMO REFERÊNCIA EM GESTÃO DE TI PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Fonte: PETI

Quadro B.8.3.1 Objetivos estratégicos de TI

		Objetivos Estratégicos			
Perspectivas	Orientação ao Usuário	<p>1</p> <p>Promover transparência e acessibilidade por meio das soluções de TI</p>		<p>2</p> <p>Garantir ao usuário a solicitação de serviços de forma eletrônica</p>	
	Orientação Operacional	<p>3</p> <p>Garantir continuidade e disponibilidade dos serviços de TI</p>	<p>4</p> <p>Garantir a estrutura de TI apropriada para as atividades administrativas e finalísticas</p>	<p>5</p> <p>Aperfeiçoar a Governança de TI</p>	<p>6</p> <p>Aprimorar a Segurança da Informação</p>
	Orientação Futura	<p>7</p> <p>Garantir desenvolvimento de competências na força de trabalho de TI</p>		<p>8</p> <p>Suportar e promover padrões de interoperabilidade, portabilidade e colaboração no sistema de Administração Pública</p>	
	Contribuição Corporativa	<p>9</p> <p>Garantir a gestão e execução dos recursos orçamentários de TI</p>		<p>10</p> <p>Prover e manter soluções de software por meio de desenvolvimento, cooperação ou aquisição</p>	

Fonte: PETI

8.3.2. Atividades do Comitê Gestor de TI, composição, reuniões no período e principais decisões tomadas

O Comitê de TI do INPI, instituído em 18/03/2013 através da Resolução nº 06/2013, é presidido pela Autoridade máxima do INPI e é composto pelos seguintes membros: Vice-Presidente, Chefe de Gabinete da Presidência, Diretor de Administração, Diretor de Contratos, Indicações Geográficas e Registros, Diretor de Cooperação para o Desenvolvimento, Diretor de Marcas, Diretor de Patentes, Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação, Coordenador-Geral de Planejamento e Orçamento, Coordenador-Geral de Comunicação Social e Coordenador-Geral da Qualidade.

Durante o ano de 2015, o Comitê de TI se reuniu em duas ocasiões. Ambas as reuniões ocorreram no segundo semestre do ano, nos dias 28/10/2015 e 16/12/2015. Isso se deu pelo fato de que, entre os meses de fevereiro e julho de 2015, o cargo de Presidente do INPI permaneceu vago, o que acabou por comprometer o processo de tomada de decisão do Comitê, restando prejudicada a sua reunião nesse período.

Dentre as decisões tomadas pelo Comitê de TI destacam-se: A aprovação do Relatório de resultados do PDTI 2012-2015; aprovação da proposta de Resolução de criação da ETIR (Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais); deliberação para que a Diretoria de Administração, juntamente à CGTI, elabore estudo de cenários, apontando alternativas para a

manutenção ou mudança da Sala-cofre do INPI; aprovação do PDTI 2016-2019 na forma proposta pela CGTI, condicionando sua revisão quando da conclusão do Planejamento Estratégico Institucional, que se encontra em curso.

8.3.3. Principais sistemas de informação, seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade

A Tabela constante no anexo II apresenta os principais sistemas de informação do INPI, especificando seus objetivos e funcionalidades, responsáveis técnicos e da área de negócio, bem como a criticidade de cada um.

8.3.4. Plano de capacitação do pessoal de TI

As tabelas constantes nos anexos III e IV apresentam, respectivamente, as capacitações planejadas para o pessoal de TI em 2015 e o detalhamento dos treinamentos efetivamente realizados no período.

8.3.5. Quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI

O quadro abaixo apresenta a descrição do quantitativo de pessoas que atualmente compõem a força de trabalho de TI:

Quadro A.8.3.5 Força de trabalho TI

Força de trabalho	Quantitativo
Servidores efetivos da carreira de TI da unidade	18
Servidores efetivos de outras carreiras da unidade	22
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	0
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	0
Terceirizados	106
Estagiários	0
Total	146

Fonte: INPI/CGTI

8.3.6. Processos de gerenciamento de serviços de TI implementados

Não há, no INPI, processos de gerenciamento de serviços de TI implantados na sua completude, mas há procedimentos e sistemas que são partes integrantes de processos. Sendo assim, em termos de gerenciamento de serviços, cabe mencionar ao menos a forma de gestão da divisão de infraestrutura do órgão, que apesar de incipiente, busca alinhamento com processos de gestão de serviços de TI com base em normas de mercado, quais sejam:

- Gerenciamento de Mudanças

Processos de Gerenciamento de TI	Método	Descrição	Modelo
Gerenciamento de Mudanças	RDM (Requisição de Mudanças)	Documento de autorização de mudanças de TI	ITILv3

Nenhuma alteração na infraestrutura de TI no INPI é realizada sem antes seguir os procedimentos da requisição de mudanças, em que se faz necessária a ciência de todas as coordenações que compõem a CGTI a fim de evitar indisponibilidades em ambientes críticos que possam causar impactos para usuários internos e externos do INPI.

- Função Central de Serviço

Processos de Gerenciamento de TI	Método	Descrição	Modelo
Função Central de Serviço	OTRS (Open-source Ticket Request System)	Sistema para abertura de chamados e requisições	ITILv3

O *service-desk* no INPI é o ponto único de contato para quaisquer requisições e chamados de usuários internos referentes à área de infraestrutura de TI. Através do OTRS, todos os chamados são atendidos e rastreados para o caso de alguma falha no atendimento.

- Gerenciamento de Conhecimento

Processos de Gerenciamento de TI	Método	Descrição	Modelo
Gerenciamento do Conhecimento	WIKI	Sistema para armazenamento de documentações de TI	ITILv3

Todas as documentações dos ambientes de infraestrutura da CGTI são armazenadas em repositório segmentado por área. Dentre essas documentações, encontram-se diagramas de rede, documentos de implantação, procedimentos operacionais etc. Esta camada de gerenciamento dá o suporte para as transições de pessoas e de contratos de empresas terceirizadas quando se faz necessário a busca por históricos documentais relacionados à infraestrutura de TI do Instituto.

- Gerenciamento de Configuração

Processos de Gerenciamento de TI	Método	Descrição	Modelo
Gerenciamento de Configuração	DRI (Demanda de Recursos de Infraestrutura)	Documento de requisição de recursos de TI	ITILv3
	POP (Procedimento Operacional Padrão)	Documento de instrução para a realização de tarefas	ITILv3

Para se manterem atualizadas as informações referentes a cada um dos ativos instalados na Sala Cofre, bem como nas demais localidades que possuem equipamentos de rede, tais como Access Point e switches de rede, o uso das ferramentas listadas no Gerenciamento de Configuração permite o controle da segurança sobre cada um dos itens de configuração que compõem a infraestrutura de rede do INPI.

- Gerenciamento de Incidentes

Processos de Gerenciamento de TI	Método	Descrição	Modelo
Gerenciamento de Incidentes	Zabbix	Sistema para gerenciamento de performance de ativos	ITILv3
	Nota Técnica	Documento para identificação de dados relevantes de TI	ITILv3

As ferramentas listadas são utilizadas para a verificação de qualquer mudança de estado relevante para a gestão de do serviço de TI. Tendo sido detectado um evento que possa prejudicar o bom andamento dos serviços de TI, os gestores da CGTI são notificados para que, em conjunto com as chefias da infraestrutura, sejam tomadas ações que possam evitar a ocorrência de incidentes impactantes para o negócio do INPI.

- Gerenciamento de Processos

Processos de Gerenciamento de TI	Método	Descrição	Modelo
Gerenciamento de Processos	SLTI/Port. 5/19 dez 2002	Processos Protocolados	SLTI/Port. 5/19 dez 2002

Com base na portaria citada, todos os processos do INPI que envolvem contratação ou outros assuntos de interesse das coordenações de TI, como termos circunstanciados, por exemplo, são protocolados e acompanhados rigorosamente, envolvendo todas as partes interessadas do INPI que, de alguma forma, estejam envolvidas no assessoramento e análise do objeto em questão, cuja intenção é a de tornar transparentes e públicas todas as ações que são realizadas pela CGTI.

- Gerenciamento de Demandas de Software

O desenvolvimento de uma solução pela Divisão de Sistemas de Informação e Administração de Dados (DISIS) para uma necessidade de qualquer área usuária do INPI inicia-se através da criação de uma demanda no Redmine (software livre, gerenciador de projetos). A abertura de uma demanda é realizada pelo papel de Demandante, o qual é executado por um usuário chave da área de Negócio, ou por servidor da DISIS. Adicionalmente à abertura da demanda no Redmine, o Analista de Negócio, papel desempenhado por um servidor da DISIS ou do contrato de Analistas de Negócio, deverá preencher um post-it com informações básicas da demanda, e adicioná-la ao quadro Kanban. Através deste quadro será realizado o acompanhamento efetivo da demanda até o seu encerramento.

8.3.7. Projetos de TI desenvolvidos no período

Durante o ano de 2015, a CGTI deu continuidade ao projeto constante na Meta 16 do PDTI 2012-2015, a qual estabelece “Renovar e ampliar o Parque Tecnológico do INPI”. A renovação e a ampliação visam dotar o INPI de infraestrutura de TI que permita a entrega de novos sistemas e aplicações, bem como a manutenção dos sistemas existentes. Além disso, a prioridade em Tecnologia da Informação tem como objetivo principal a garantia e a entrega dos sistemas e infraestrutura de TI críticos para o alcance das metas de melhoria do desempenho para redução do *backlog* de patentes, marcas e desenhos industriais.

Nesse contexto, as seguintes ações foram executadas:

- Aquisição de Gabinete e Blades de Servidores

PDTI	Prazo de Conclusão	Valores Orçados	Valores Despendidos
Meta 16 - Renovar e ampliar o Parque Tecnológico do INPI ID A14 - Ampliar o ambiente virtual	09/09/2020	R\$ 700.000,00	R\$ 457.321,79

Essa contratação procurou dotar o INPI de uma infraestrutura de TI que permitisse à Divisão de Infraestrutura e Suporte atender rapidamente às demandas de criação de novos serviços.

- Aquisição de solução para balanceamento de tráfego de dados dos links de internet corporativos

PDTI	Prazo de Conclusão	Valores Orçados	Valores Despendidos
Meta 16 - Renovar e ampliar o Parque Tecnológico do INPI ID A13 - Contratar links redundantes	31/03/2016	R\$ 1.000.000,00	R\$ 333.758,96

Para garantir a continuidade dos serviços prestados pelo INPI é necessário ter mais de um link internet. Contudo, para gerenciar mais de um link internet tornou-se necessário a aquisição de um equipamento balanceador de carga, denominado Link Balancer.

Este equipamento possui a função “failover link” para que, em caso de falha de um dos acessos à internet, todo o tráfego afetado seja redirecionado automaticamente para o link em operação normal, evitando a descontinuidade dos serviços prestados pelo INPI através da internet.

- Evolução da Estrutura de Backup 2015 (1 Robô de Backup, 2 servidores)

PDTI	Prazo de Conclusão	Valores Orçados	Valores Despendidos
Meta 16 - Renovar e ampliar o Parque Tecnológico do INPI ID A8 - Contratar Solução de Backup	09/09/2015	R\$ 445.305,00	R\$ 206.380,00

Devido à importância estratégica e crescente do INPI, observada nos últimos anos, a antiga estrutura de backup do Instituto já não atendia à demanda de nosso datacenter, uma vez que o tempo de backup full era superior a 5 dias, o que comprometia a eficiência do processo de backup das informações da autarquia.

Além do demasiado tempo para conclusão dos backups, a quantidade de fitas para realizar o backup full também era elevada. Portanto, a redução desse quantitativo era essencial para proporcionar melhores condições de armazenamento dos suprimentos.

O alto consumo de tempo e de fitas utilizadas pelo backup impactava diretamente no custo de sua operação, tornando mais dispendiosa a administração do ambiente.

Neste sentido, foi necessária a aquisição de um novo robô com, no mínimo, quatro unidades de fita LTO6, unidade esta que multiplica a capacidade de armazenamento de dados por fita, em comparação ao modelo de unidade anterior, LTO3. Além de ter uma taxa de gravação 2 vezes maior, o que permite reduzir o tempo de duração do backup e a quantidade de fitas por backup full.

Além disso, o equipamento que atuava como servidor de backup estava fora de garantia e sem suporte, com hardware e sistema operacional defasados para esta nova realidade de volume de dados, o que, por si só, já representava um risco para a segurança do ambiente.

- Planejamento para Contratação de Switches Core e Acesso (Garantia e Suporte inclusos)

PDTI	Prazo de Conclusão	Valores Orçados	Valores Despendidos
Meta 16 - Renovar e ampliar o Parque Tecnológico do INPI ID A1 - Instalar link de 1Gbps e Novos Switches de Rede	20/05/2016	R\$ 2.400.000,00	-

A necessidade dessa contratação considera a vigência do contrato de garantia e suporte de switches do INPI, o qual cumpriu seu período máximo de prorrogação legal.

A ausência de um contrato de manutenção para os switches coloca o INPI em uma situação de grande vulnerabilidade, sob o risco de parar a execução de parte dos serviços ou até mesmo de todos os serviços de dados no caso de uma falha grave, em ambos os casos afetando a operação do órgão como um todo.

Além da situação supracitada, atualmente, a estrutura de rede de dados do INPI vem enfrentando problemas devido à falta de funcionalidades. Por este motivo, a administração do ambiente tem sido prejudicada, visto que os ativos instalados não conseguem atender adequadamente necessidades mais específicas, exemplos:

- Roteamento Dinâmico – A implementação do roteamento automático é dificultada, devido à falta de licenças nos switches core da Mayrink Veiga e da São Bento, impactando negativamente na contingência de comunicação entre esses sítios, para alcançar a Internet e serviços críticos, quando um dos links se torna indisponível;
- Segurança da Informação – A criação de listas de acesso não é possível nos switches de acesso, bem como outras configurações de segurança como: port-security, DHCP Snooping, Private VLANs etc, o que se deve ao fato desses equipamentos não possuírem essas características inseridas em seu sistema operacional;
- Alta Disponibilidade – Recursos de alta disponibilidade como VRRP, GLBP ou IPSLA também não estão presentes, o que compromete toda a infraestrutura do órgão no caso de falhas sobre o switch principal;
- Escalabilidade – Solicitações de telecomunicações (VoIP) não podem ser adequadamente atendidas porque os switches de acesso não possuem características de PoE (Power of Ethernet);
- Qualidade de serviço – A manutenção de um ambiente com melhor desempenho, inclusive para videoconferências, não ocorre porque os switches não possuem embutidas as característica de QoS (Quality of Service);
- Gerenciamento da Estrutura – O gerenciamento de rede e de serviços agregados é incompleto, porque os switches não permitem o uso de padrões como o NETFLOW;
- Portas com Baixas Taxas de Transmissão – O switch core possui apenas portas ethernet de até 1 Gbps o que limita a banda de cada servidor e/ou exige a utilização de muitas portas para conexão de dispositivos com alto consumo de banda.

Esses problemas ocorrem devido à obsolescência da atual infraestrutura de rede de dados do INPI, porque os ativos estão defasados e com declarações de “end of service” já anunciadas pelo fornecedor, não lhes permitindo mais a garantia e o suporte para a manutenção dos mesmos.

A necessidade de contratação possui alinhamento ao PDTI 2012-2015 (subitem 7.4 – Objetivos Estratégicos de TI) que destaca a missão da área de Tecnologia da Informação e seus objetivos, que são:

- Migração dos sistemas legados para plataformas tecnologicamente atualizadas;
- Modernização da infraestrutura tecnológica e de serviços do INPI e
- Implantação de uma arquitetura de integração e interoperabilidade entre os sistemas do INPI e destes com os demais sistemas corporativos.

Ademais, em 2015 a Coordenação de Sistemas de Informação e Administração de Dados (COSIS) desenvolveu diversos projetos no intuito de atingir as metas pactuadas no PDTI 2012-2015. A Tabela A.8.3.7, constante no Anexo, traz o detalhamento desses projetos.

8.3.8 Medidas tomadas para mitigar a dependência tecnológica de empresas terceirizadas

Durante o ano de 2015, a principal medida tomada pela CGTI para mitigar a dependência de empresas terceirizadas foi o planejamento e contratação de curso sobre a técnica da Análise de Pontos de Função com foco no modelo de trabalho das entidades integrantes do SISP.

Hoje, o INPI conta com reduzido número de servidores com capacitação na área, tornando inviável a organização de uma equipe própria especializada em métricas. Assim, tal ação, a ser realizada no início de 2016, tem por objetivo prover o Instituto com pessoal próprio capacitado em Análise de Pontos de Função, formando um “escritório de métricas”, para que estes servidores possam auxiliar na resolução de divergências de contagem entre contratante e contratada, além de reduzir gradativamente a necessidade de serviços terceirizados de análise de métricas.

8.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

8.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

No tocante a política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade, destacamos a participação do INPI na Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Também cabe ressaltar que as contratações realizadas observam os parâmetros contidos no Decreto nº 7.746/2012.

Ainda em atendimento ao Decreto nº. 7.746/2012, por meio da Portaria INPI/PR nº 501/2014, foi constituída comissão gestora para elaborar o Plano de Logística Sustentável (PLS) que se encontra formalizado e pode ser acessado no site da Instituto, disponível no endereço eletrônico: <<http://www.inpi.gov.br/arquivos/publicacoes>>, item Relatórios; atendendo aos ditames do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012. Os anexos, contendo as metas e cronogramas bem como a aprovação da Presidência do Instituto, encontram-se no mesmo endereço eletrônico citado acima.

Os resultados alcançados, no exercício de 2015, a partir da publicação do PLS, já se encontram disponíveis no site do INPI. Por meio das informações prestadas pelas diferentes áreas que promovem ações voltadas para a sustentabilidade, é possível observar os efeitos positivos decorrentes da implementação do plano, tais como:

a) Redução de 2,88% do consumo de água no comparativo dos edifícios do Rio - 2014/2015;

b) Superação das metas relativas aos programas geridos pela Divisão de Saúde Ocupacional (DISAO), voltados para a saúde dos servidores;

c) Redução do consumo de energia ativa na ordem de 10% e energia reativa na ordem de 30% com a intervenção nas instalações do edifício “A Noite” em dezembro/2015;

d) Inclusão, nos termos de referência relativos à aquisição de materiais de consumo, de critérios de sustentabilidade, como a certificação dos produtos pelo INMETRO e composição livre de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Foram essenciais para o alcance dos resultados positivos mencionados, as ações estabelecidas no PLS e descritas abaixo:

- Revisão de todas as instalações hidráulicas nos prédios da Praça Mauá e da Mayrink Veiga, com troca de torneiras;
- Instalação, em todos os banheiros, de torneiras com acionamento temporário, o que evita o desperdício de água por eventual esquecimento de seu fechamento;
- Instalação de hidrômetros em todos os andares do edifício-sede do Instituto, medida esta, que permite uma melhor gestão do consumo de água;
- No prédio da Rua São Bento nº 1, há medidor de energia em cada Ala de cada andar, as descargas são inteligentes e a água da chuva é captada e acondicionada em reservatório para ser utilizada em limpeza;
- Substituição de pontos de lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes;
- Descarte de lâmpadas fluorescentes e demais itens de consumo específicos por empresa especializada e de acordo com o sistema de manifesto de resíduos do INEA, para garantia de destino adequado;
- Substituição de lâmpadas de 40w por 32w;
- Atividades diárias de vistoria e desligamento da iluminação e ar condicionado (quando houver) dos escritórios dos edifícios, no fim do expediente e logo após;
- Desativação da iluminação de espaços fora de uso no edifício ‘A NOITE’, exceto corredores para inspeção da vigilância;
- Acompanhamento do consumo de energia no edifício ‘A NOITE’ e implementação do plano de elaboração para identificação do enquadramento da modalidade de cobrança tarifária para o INPI;
- Implantação de iluminação dotada de sensores de presença no edifício da Mayrink Veiga, 9, visando à redução do consumo; e
- Atividades de manutenção preventiva para identificação de pontos de resistência e falhas no sistema elétrico que possam ocasionar elevação do consumo devido a perdas por Efeito Joule.

Em se tratando de medidas para promover a sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens e serviços e na contratação de obras realizadas por esta autarquia, são previstas e executadas as seguintes ações constantes do Plano de Logística Sustentável:

- a) Preferência por produtos fabricados a partir de fontes não poluidoras e que não prejudiquem o meio ambiente;
- b) Estudos prévios às licitações com o fim de analisar a possibilidade de inclusão da certificação ambiental como requisito para as contratações;
- c) Destinação adequada e ecologicamente correta dos tonners utilizados pelo INPI;
- d) Estabelecimento de critérios visando o menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável a ser verificado durante os processos de aquisição;
- e) Exigências quanto à durabilidade e qualidade dos produtos adquiridos, que vão se refletir nos processos licitatórios; e

f) Exigência de requisitos necessários à contratação de obras, especialmente no que se refere à economia, manutenção e operacionalização das edificações, visando à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que minimizem o impacto ambiental.

Os resultados positivos, consubstanciados em ações voltadas para a redução do consumo de água e energia elétrica, para a adoção de critérios específicos na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços, além da promoção da saúde dos servidores do INPI, resumem o esforço despendido pelas diversas áreas da Diretoria de Administração. Seguindo nesse compasso, será possível aprofundar as políticas de sustentabilidade já adotadas e iniciar a implementação de novas ações, visando à redução do impacto ambiental resultante das atividades desta autarquia;

Ressalto que o Instituto implantou um sistema de gestão que visa automatizar os processos administrativos. Trata-se do Sistema Integrado de Gestão do INPI (SIGINPI), que já se encontra com a maioria dos seus módulos em operação. A implantação desta ferramenta levará a uma redução significativa na geração de papel, aumentando a economicidade dos procedimentos administrativos e contribuindo com a sustentabilidade.

9. Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle

9.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

O acompanhamento interno das recomendações e determinações do Tribunal de Contas da União é realizado pela Auditoria Interna que dispõe de uma planilha eletrônica (formato excel), na qual são lançadas todas as recomendações e determinações emitidas pelo TCU. Trata-se de uma planilha para realização do monitoramento do atendimento e, conseqüentemente, possibilita a apresentação das informações ao Tribunal dentro do prazo determinado.

A estrutura de acompanhamento é realizada da seguinte forma:

1. Servidor da Auditoria Interna acessa periodicamente o site do TCU para verificar novos acórdãos e processos com recomendações e determinações para o INPI. As recomendações e determinações verificadas são encaminhadas preliminarmente para as áreas responsáveis tomarem ciência e providências, e, no mesmo momento, são inseridas na referida planilha de monitoramento;
2. No momento em que a Presidência do INPI recebe Ofício do Tribunal contendo cópia do Acórdão, e a partir deste dia começa a contar o prazo para atendimento, a mesma encaminha o documento para a Auditoria Interna que envia as recomendações e determinações para áreas responsáveis tomarem providências e apresentar as informações a Auditoria Interna em prazo determinado;
3. Com base nas informações prestadas pelos gestores responsáveis, a Auditoria Interna atualiza a planilha de monitoramento dos acórdãos do TCU;
4. A Auditoria Interna encaminha a Presidência às informações prestadas pelos gestores para atendimento das recomendações e determinações emitidas pelo Tribunal; e
5. A Presidência do INPI encaminha Ofício ao TCU com as providências adotadas para atendimento às recomendações e determinações do acórdão dentro do prazo determinado pelo Tribunal.

Ao final do exercício há apenas pendente de atendimento total uma determinação, cuja discriminação é apresentada no quadro a seguir:

Quadro A.9.1 – Caracterização da determinação do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
007.791/2012-7	3446	9.1	Ofício nº 0598/2014 – TCU/SecexEstat	06/01/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DIRAD – Diretoria de Administração				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1 determinar ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial que:				
9.1.1 informe ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias:				
9.1.1.1 as medidas adotadas para a imissão sumária na posse dos imóveis a ele vinculados, em relação aos quais não há mais litígio judicial, nos termos do § 4º do art. 16 do Decreto 980/1993;				
9.1.1.2 qual será a destinação dos imóveis residenciais sob sua administração;				
9.1.2 proceda, periodicamente, à reavaliação dos imóveis residenciais, para que possa reajustar os valores das taxas de ocupação, conforme dispõe o art. 16, § 2º, da Lei 8.025/1990, incluído pela Lei 11.490/2007 e regulamentado pelo Decreto 6.054/2007;				

Continuação do Quadro A.9.1 – Caracterização da determinação do TCU

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Em atenção ao item 9.1.1.1, cabe informar que, num conjunto de dezenove imóveis, sendo dezesseis apartamentos – dez localizados na SQS 315, Bloco I, e seis na SQS 315, Bloco J -, dois terrenos com casas edificadas – SHIS, QI 05, Conjunto 08, Casa 09 -, o INPI detém a posse em caráter definitivo de dezessete imóveis. Ainda não se encontram sob a posse definitiva desta autarquia os seguintes imóveis: SQS 315, Bloco 01, Apartamento 607 e SQS 315, Bloco J, Apartamento 203; esses imóveis, ocupados irregularmente, devem retornar ao domínio pleno deste Instituto em breve, uma vez que estão tramitando junto à Justiça Federal ações de reintegração de posse contra os seus atuais ocupantes.

Em atenção ao item 9.1.1.2, informa-se que, em 13 de março de 2015, por meio do Ofício nº 102/2015 PRESIDÊNCIA/INPI dirigido ao Senhor Ministro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, foi externada posição desta Presidência pela alienação dos imóveis do INPI situados no Distrito Federal. A esse respeito é necessário observar também que foi veiculado no Diário Oficial da União Portaria nº 131/2015 desta Autarquia, dispondo sobre a desafetação de bens imóveis residenciais de sua propriedade, alterando sua destinação para que deixem de ser utilizados para a ocupação de servidores ou dirigentes, tornando-os desnecessários e não vinculados às atividades operacionais da Autarquia, conforme cópia reprográfica anexada.

Em atenção ao item 9.1.2, cabe informar que as reavaliações dos imóveis deste INPI são realizadas periodicamente; sendo que as atuais avaliações dos imóveis em questão têm validade até este exercício financeiro de 2015. A esse respeito, oportuno registrar que no mês de abril foram iniciados os procedimentos para as renovações das avaliações aqui enfocadas.

9.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

A Controladoria Geral da União, órgão de controle interno do INPI, não realizou trabalhos de auditoria dos quais resultaram recomendações a esta autarquia no exercício de 2015.

O acompanhamento interno das recomendações é realizado pela Auditoria Interna que dispõe de uma planilha eletrônica (formato excel), na qual são inseridas todas as recomendações emitidas pela CGU. Trata-se de uma planilha para realização do monitoramento do atendimento das recomendações e, conseqüentemente, possibilitar a elaboração do Plano de Providências Permanente –PPP.

A estrutura de acompanhamento das recomendações é realizada da seguinte forma:

1. As recomendações constantes dos relatórios e notas de auditoria emitidas pela CGU são encaminhadas para as áreas responsáveis tomarem ciência e providências, e, no mesmo momento, são inseridas na referida planilha de monitoramento.
2. As unidades tomam ciência e informam as providências adotadas para atendimento das recomendações à Auditoria Interna;
3. Com base nas informações prestadas pelos gestores responsáveis, a Auditoria Interna atualiza a planilha de monitoramento e elabora o PPP, que é aprovado pela presidência do Instituto;
4. A Auditoria Interna encaminha o Plano de Providências Permanente –PPP, com as informações sobre o atendimento de cada recomendação, à CGU-PR;
5. A Auditoria Interna solicita semestralmente às áreas responsáveis que informem as últimas providências adotadas para atendimento das recomendações pendentes que são encaminhadas à CGU-PR para análise e atualização do Plano de Providências Permanente;
6. A CGU-PR encaminha a análise do Plano de Providências Permanente, informando o seu posicionamento sobre cada recomendação pendente. Essa revisão do Plano de Providências Permanente resultará no posicionamento de recomendações atendidas e pendentes, podendo ser determinado novos prazos para atendimento.

7. A Auditoria Interna encaminha às áreas responsáveis as análises efetuadas pela CGU-PR, informando seu posicionamento sobre o atendimento das recomendações e, informando os novos prazos determinados por aquele órgão de controle, quando for o caso.

De acordo com a última revisão do Plano de Providências Permanente pela CGU-RJ, datada de 02 de setembro de 2015:

Quadro A.9.2 – Recomendações da CGU

Recomendações da CGU		
Recomendações Pendentes - 2014	Recomendações Atendidas - 2015	Recomendações Pendentes - 2015
18	3	15

Sendo que, das recomendações pendentes, 9 serão avaliadas em trabalhos futuros pela CGU-RJ e 6 serão analisadas na próxima revisão do PPP por aquele Órgão de controle.

9.3. Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por dano ao Erário

Quadro A.9.3 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos *	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
10	-	-	10	-	-	-	-	-

Fonte: Presidência e DIRAD.

Os processos de Tomadas de Conta Especial não instaurados no exercício referem-se aos fornecedores identificados abaixo:

1. Fornecedor: DEDALUS INFORMÁTICA LTDA.
Instaurada TCE pela Portaria nº 421, de 16 de agosto de 2012 e tornada sem efeito pela Portaria nº 449, de 30 de agosto de 2012.
2. Fornecedor: MONTEVERDE ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.
Instaurada TCE pela Portaria nº 422, de 16 de agosto de 2012 e tornada sem efeito pela Portaria nº 449, de 30 de agosto de 2012.
3. Fornecedor: CONSOLIDAR ENGENHARIA LTDA.
4. Fornecedor: HOPE RECURSOS HUMANOS S/A (em procedimento de cobrança administrativa)
5. Desaparecimento de Aparelho Telefônico com Identificador Ramal 3197 / 035912 (antigo 002529) – Processo n.º 52.400.009579/2011 – Ainda sem definição quanto à responsabilidade.
6. Desaparecimento de bem patrimonial (Monitor - MEMO Nº 047/2013 - INPI/CGTI/COINF, de 24/07/2013) - "Sumiço de Monitor armazenado no edifício PM7 do INPI - Suspeita de Furto". Concluso com apuração de responsabilidade da empresa Servo Sociedade

Vigilância Ltda. Processo n.º 52400.049224/2013 esperando a glosa que será feita na fatura de repactuação com a Empresa SERVO.

7. Apuração do extravio de um Notebook e 03 (três) HD's externos – Processo n.º 52400.073785/2015-15. Imputação da responsabilidade a empresa IBROWSE Consultoria & Informática Ltda., em conformidade ao disposto no contrato de prestação de serviços. Processo remetido para a CGTI com vista à comunicação a Empresa Ibrowse.

8. Processo n.º 52400007857/2015-36 - Canibalização de 02 (dois) microcomputadores, situados na sala 10 do 17º andar, de responsabilidade da ACAD – Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento. Processo em fase de encaminhamento ao Sr. Presidente para decisão final.

9. Processo n.º 52400.030565/2015-05 - Desaparecimento de 02 (dois) notebooks nas dependências da CGPAT 1 e Assessoria Gabinete DIRPA. Aguardando posicionamento do Diretor da DIRPA.

10. Processo n.º 52400.073785/2015-15 - Apuração do extravio de um notebook - Processo remetido para a CGTI com vista a informar qual formatação exigida para o tipo do bem em condições de substituir o subtraído, devido à inexistência de bem no mercado com as características do extraviado.

A não efetivação das apurações constantes das Portarias n.ºs 421/2012 e 422/2012 ocorreram por inúmeros problemas de ordem administrativa, em especial pela carência de pessoal.

Da mesma forma, em relação à empresa CONSOLIDAR ENGENHARIA LTDA, não pode ainda ser objeto de instauração de Tomadas de Contas Especial e aguarda juntamente com as outras duas, a composição de comissão para proceder à apuração necessária.

Além dessas TCE's em processo de instauração, há a ainda medidas administrativas que estão sendo realizadas por parte da Administração, no sentido de recuperar danos referentes às irregularidades ocorridas relacionadas a partir do item 4.

O item 4 refere-se à execução do Contrato n.º 001/2003 e seus aditivos, firmado com a empresa HOPE.

Essa irregularidade já foi objeto de repressivo disciplinar (Processo Administrativo Disciplinar n.º 52400.070269/2012-96), no qual foram apurados, pela Corregedoria, os fatos que provocaram o dano ao Erário e a identificação dos agentes causadores do dano ao Erário. Até 31/12/2015 estava na fase de quantificação do dano ao Erário, para posterior cobrança administrativa.

9.4. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos e Obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993

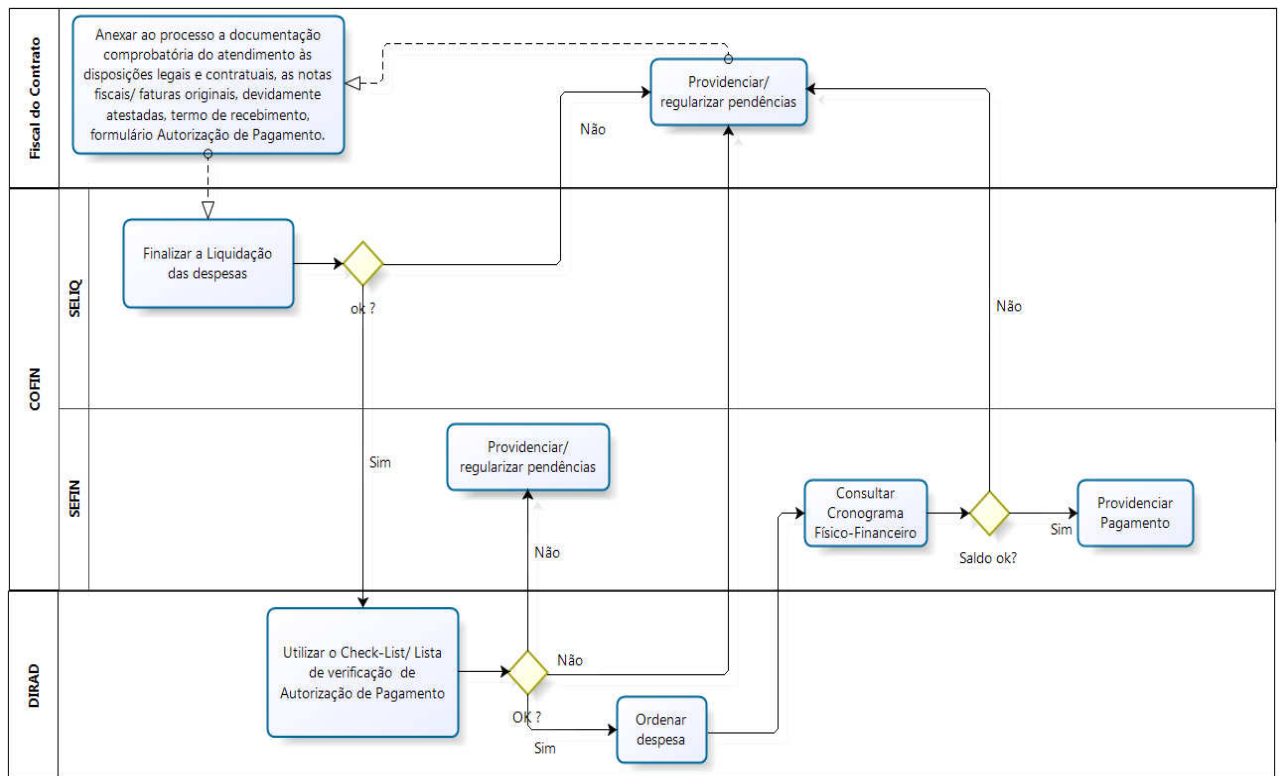
O cronograma de pagamentos decorrentes das contratações de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços realizados pelo INPI é inserido no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, no módulo Sistema de Gestão de Contrato – SICON, observando os valores relativos às parcelas do contrato, por ocasião da assinatura do mesmo ou de sua repactuação.

A inserção e atualização dos dados no SIASG, quando se referem a contratações efetuadas pela sede da autarquia fica a cargo do Serviço de Gerenciamento de Contratos– SEGEC, que acompanha a gestão dos contratos da sede do INPI e os cronogramas de sua execução, e do Serviço de Apoio dos Escritórios de Difusão Regional – SEADE, quando se referem às contratações para os Escritórios de Difusão Regional do Instituto.

Para efetuar o pagamento dos contratos celebrados, o Fiscal do Contrato remete ao Serviço de Liquidação – SELIQ, após prévia análise, além da documentação comprobatória do atendimento

às disposições legais e contratuais, as notas fiscais/ faturas originais, devidamente atestadas, termo de recebimento e formulário de Autorização de Pagamento.

Concluído o procedimento de liquidação, o processo é remetido ao Ordenador de Despesas para autorização do pagamento que é efetuado pelo Serviço Financeiro – SEFIN. O SEFIN efetiva o pagamento, após consulta ao cronograma físico-financeiro disponibilizado no SIASG, e em caso de falta de saldo e/ou outra inconsistência, o próprio sistema inviabiliza o pagamento. Nesse caso, o processo retorna ao fiscal para providências referentes à regularização. Cabe ao SEFIN processar a execução orçamentária e financeira da Instituição, em conformidade com as normas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e do SIASG. O fluxo das atividades que envolvem o pagamento das obrigações contratuais pode ser assim resumido:



Ainda em atendimento ao solicitado no item 9.9 informamos que o INPI observa e atende os preceitos contidos na Lei nº. 8.666/93, não possuindo regulamento próprio de licitações e contratos, porém visando orientar e auxiliar todos aqueles que participam ativamente da execução e fiscalização de contratos, no âmbito do Instituto, foi elaborado em 2010 o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do INPI, que visa subsidiar os gestores e fiscais, no acompanhamento e à fiscalização do fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes.

Além do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, já citado, foram publicados normativos internos, para padronizar os procedimentos de gestão, no que tange a rotina relativa a licitações e contratos. Essas iniciativas foram destacadas no Acórdão 8005/2011 – 1ª Câmara desse Tribunal, conforme transcrito na recomendação abaixo:

“1.7.3. à SEGES/MPOG, com fundamento no art. 23, inciso VII, do Decreto nº 7.063/2010, que verifique a conveniência e a oportunidade de divulgar como boas práticas administrativas as seguintes identificadas na área de gestão de licitações e contratos do INPI: Resolução INPI 235/2009 (que institui os procedimentos relativos ao planejamento de bens e serviços nos termos do planejamento estratégico do INPI); Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do INPI e do Sistema de Requisição de Veículos do INPI, ambos de 2010;”

Como principal ferramenta de controle interno para garantir o cumprimento do cronograma determinado pela Lei n.º 8.666/93, podemos citar o *check-list* adotado pela Diretoria de Administração para analisar o processo de pagamento, em relação à conformidade da documentação apresentada, frente às informações definidas contratualmente. Esse controle permite dar maior agilidade e confiabilidade para subsidiar a autorização de pagamento dada pelo Ordenador de Despesas.

9.5. Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

Item A: MEDIDAS ADOTADAS

Foi realizado o levantamento dos processos vigentes e encerrados, sujeitos à desoneração, conforme previsto no art. 7º da lei 12.546/2011 e no art. 2º do decreto 7.828/2012.

Item B: RESSARCIMENTO DOS VALORES PAGOS A MAIOR

Ato suspensivo em 01/04/2015, conforme descrito na observação, no item C abaixo.

Item C: DETALHAMENTO DOS CONTRATOS

CONTRATO	EMPRESA	CNPJ	OBJETO	VALOR ORIGINAL	VALOR DESONERADO	DIFERENÇA	DATA DE ENCERRAMENTO
54/2008	IBROWSE Consultoria e Informática Ltda.	02.877.566/00001-21	MANUTENÇÃO DO SISTEMA	2.675.249,28	2.381.932,01	293.317,27	02/01/2015
49/2008	IBROWSE Consultoria e Informática Ltda.	02.877.566/00001-21	HELP DESK	521.063,17	472.395,78	48.667,39	04/12/2012
54/2009	SM21 Engenharia e Construção Ltda.	02.566.106/00001-82	BRIGADISTA	1.164.454,08	1.034.580,16	129.873,92	18/11/2014
10/2013	TECTENGE Tecnologia e Serviços Ltda	00.632.068/0001-93	MANUTENÇÃO DO PREDIAL	2.010.824,15	1.842.040,62	168.783,53	31/01/2015
34/2009	Star Segur Engenharia Ltda	04.424.629/0001-10	SERVIÇOS DE TI	683.731,53	438.436,21	245.295,32	09/07/2013
TOTAL				7.055.322,21	6.169.384,78	885.937,43	

Observação: Nenhum dos valores de desoneração acima indicados foi ressarcido ao erário, posto que durante o processo de cálculo e comunicação às contratadas, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, em 01 de abril de 2015, informou aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional integrantes do SISG que foi conhecido o pedido de reexame com efeito suspensivo em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, nos termos do Despacho do Relator, Ministro Raimundo Carreiro (Processo TC 013.515/2013-6).

Por conta desse reexame, as contratadas para as quais foi informado o valor a ser ressarcido ao erário por conta da desoneração, se manifestaram no sentido de que o processo de cobrança fosse suspenso. Desta forma, permanecemos no aguardo da decisão final para dar prosseguimento ao processo de cobrança.

Informações adicionais: Contratos vigentes com alíquota desonerada

CONTRATO	EMPRESA	CNPJ	OBJETO	VALOR ORIGINAL DO CONTRATO	VALOR DA REPACTUAÇÃO	VIGÊNCIA
38/2013	CAST INFORMÁTICA S.A.	03.143.181/0001-01	SERVIÇOS TI	1.128.000,00		2016
21/2012	IBROWSE CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA..	02.877.566/0001-21	INFRAESTRUTURA E SEG REDE	3.507.398,52	3.553.298,76	2016
37/2013	IBROWSE CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA..	02.877.566/0001-21	GESTÃO AREA DESENVOLVIMENTO	2.133.960,00		2016
39/2013	RIGHTWAY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA.	00.988.628/0001-47	ADMINSITRAÇÃO BANCO DE DADO	1.113.650,00		2016
33/2014	TECKNO SISTEMAS DE ENGENHARIA LTDA	01.017610/0001-60	MANUTENÇÃO PREDIAL	1.800.074,45	1.876.903,43	2016
			TOTAL	9.683.082,97		

Observação: Não há contratos vigentes sujeitos a cálculo de desoneração, tendo sido licitados com propostas que já previam a desoneração da folha de pagamento.

10. Anexos e Apêndices

Anexo I – Demonstrações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 28000 - MINISTÉRIO DO DESENV.IND. E COMÉRCIO EXTERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	323.844.900,00	323.844.900,00	329.997.020,80	6.152.120,80
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	37.338.109,00	37.338.109,00	46.911.687,65	9.573.578,65
Receitas Imobiliárias	60.600,00	60.600,00	27.136,00	-33.464,00
Receitas de Valores Mobiliários	37.277.509,00	37.277.509,00	46.843.557,08	9.566.048,08
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	40.994,57	40.994,57
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	286.356.583,00	286.356.583,00	282.731.289,75	-3.625.293,25
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	150.208,00	150.208,00	354.043,40	203.835,40
Multas e Juros de Mora	85.307,00	85.307,00	17.095,71	-68.211,29
Indenizações e Restituições	53.427,00	53.427,00	301.418,49	247.991,49
Receita da Dívida Ativa	9.820,00	9.820,00	-	-9.820,00
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	1.654,00	1.654,00	35.529,20	33.875,20
RECEITAS DE CAPITAL	264.475,00	264.475,00	298.429,99	33.954,99



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 28000 - MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	264.475,00	264.475,00	298.429,99	33.954,99
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	324.109.375,00	324.109.375,00	330.295.450,79	6.186.075,79
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	324.109.375,00	324.109.375,00	330.295.450,79	6.186.075,79
TOTAL	324.109.375,00	324.109.375,00	330.295.450,79	6.186.075,79
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 28000 - MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	364.946.004,00	370.844.988,00	320.706.832,38	315.310.700,38	315.310.700,38	50.138.155,62
Pessoal e Encargos Sociais	223.031.994,00	234.349.703,00	228.755.583,51	228.755.583,51	228.755.583,51	5.594.119,49
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	141.914.010,00	136.495.285,00	91.951.248,87	86.555.116,87	86.555.116,87	44.544.036,13
DESPESAS DE CAPITAL	8.846.000,00	14.846.000,00	1.140.501,58	183.804,99	183.804,99	13.705.498,42
Investimentos	8.846.000,00	14.846.000,00	1.140.501,58	183.804,99	183.804,99	13.705.498,42
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.879.996,00	15.879.996,00	-	-	-	15.879.996,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	389.672.000,00	401.570.984,00	321.847.333,96	315.494.505,37	315.494.505,37	79.723.650,04
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	389.672.000,00	401.570.984,00	321.847.333,96	315.494.505,37	315.494.505,37	79.723.650,04
SUPERÁVIT	-	-	8.448.116,83	-	-	-8.448.116,83
TOTAL	389.672.000,00	401.570.984,00	330.295.450,79	315.494.505,37	315.494.505,37	71.275.533,21

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.539.847,64	16.799.400,08	12.529.409,39	12.529.409,39	1.600.427,23	5.209.411,10
Pessoal e Encargos Sociais	1.500,00	45.037,28	44.046,45	44.046,45	990,83	1.500,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.538.347,64	16.754.362,80	12.485.362,94	12.485.362,94	1.599.436,40	5.207.911,10
DESPESAS DE CAPITAL	195.260,00	2.718.400,33	2.415.978,82	2.415.978,82	280.451,53	217.229,98
Investimentos	195.260,00	2.718.400,33	2.415.978,82	2.415.978,82	280.451,53	217.229,98
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.735.107,64	19.517.800,41	14.945.388,21	14.945.388,21	1.880.878,76	5.426.641,08

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2016 PAGINA 4

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 28000 - MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 28000 - MINISTÉRIO DO DESENV.IND. E COMÉRCIO EXTERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	254.581.856,85	-			
Bens Móveis	16.814.591,69	-			
Bens Móveis	27.433.221,36	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-10.618.629,67	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	237.767.265,16	-			
Bens Imóveis	237.832.382,81	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-65.117,65	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	7.937.629,59	-			
Softwares	7.937.629,59	-			
Softwares	7.937.629,59	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	693.759.606,25	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	693.759.606,25	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	404.815.296,47	-	PASSIVO FINANCEIRO	11.954.767,64	-
ATIVO PERMANENTE	288.944.309,78	-	PASSIVO PERMANENTE	1.641.166,95	-
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	680.163.671,66	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	8.480.573,91	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	84.211.376,84	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 28000 - MINISTÉRIO DO DESENV,IND. E COMÉRCIO EXTERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Execução dos Atos Potenciais Ativos	8.480.573,91	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	84.211.376,84	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	8.478.865,91	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	4.312.009,00	-
Direitos Contratuais a Executar	1.708,00	-	Obrigações Contratuais a Executar	79.899.367,84	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	8.480.573,91	-	TOTAL	84.211.376,84	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.825,31
Recursos Vinculados	392.862.354,14
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	392.862.354,14
TOTAL	392.860.528,83



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINISTÉRIO DO DESENV.IND. E COMÉRCIO EXTERIOR
----------------	---

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	773.221.305,72	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	282.802.891,32	-
Venda de Mercadorias	1.157.812,67	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	281.645.078,65	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	48.093.363,23	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	40.364,29	-
Variações Monetárias e Cambiais	1.209.441,86	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	46.843.557,08	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	376.744.172,74	-
Transferências Intragovernamentais	355.024.786,76	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	21.719.385,98	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	65.219.404,36	-
Reavaliação de Ativos	53.210.256,49	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	11.885.123,16	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	124.024,71	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	361.474,07	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINISTÉRIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR
----------------	---

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	361.474,07	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	674.106.616,94	-
Pessoal e Encargos	176.708.406,19	-
Remuneração a Pessoal	142.033.411,67	-
Encargos Patronais	26.566.244,30	-
Benefícios a Pessoal	7.933.153,50	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	175.596,72	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	59.613.248,05	-
Aposentadorias e Reformas	50.760.037,99	-
Pensões	8.795.729,44	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	57.480,62	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	89.224.468,39	-
Uso de Material de Consumo	248.662,52	-
Serviços	87.184.296,80	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.791.509,07	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	15.145,33	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	11.674,33	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	3.471,00	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	311.740.948,46	-
Transferências Intragovernamentais	289.989.319,27	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	21.751.629,19	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	33.419.485,84	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	21.182.598,60	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	8.199,43	-
Incorporação de Passivos	892.485,22	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINISTÉRIO DO DESENV.IND. E COMÉRCIO EXTERIOR
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	11.336.202,59	-
Tributárias	3.292.063,51	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	747,24	-
Contribuições	3.291.316,27	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	92.851,17	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	92.851,17	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	99.114.688,78	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 28/01/2016	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINISTÉRIO DO DESENV,IND. E COMÉRCIO EXTERIOR
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	67.165.718,52	-
INGRESSOS	685.441.858,10	-
Receitas Derivadas e Originárias	329.997.020,80	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	68.130,57	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	282.731.289,75	-
Remuneração das Disponibilidades	46.843.557,08	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	354.043,40	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	355.444.837,30	-
Ingressos Extraorçamentários	250.381,61	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	355.024.786,76	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	169.668,93	-
DESEMBOLSOS	-618.276.139,58	-
Pessoal e Demais Despesas	-297.392.167,52	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-64.134.115,90	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 28/01/2016	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINISTÉRIO DO DESENV,IND. E COMÉRCIO EXTERIOR
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-233.258.051,62	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-30.447.942,25	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-30.447.942,25	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-290.436.029,81	-
Dispêndios Extraorçamentários	-446.710,54	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-289.989.319,27	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.301.353,82	-
INGRESSOS	298.429,99	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	298.429,99	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 28000 - MINISTÉRIO DO DESENV,IND. E COMÉRCIO EXTERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.599.783,81	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-977.552,93	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
	-1.622.230,88	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	64.864.364,70	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	339.950.931,77	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	404.815.296,47	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 28000 - MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	330.295.450,79		Despesas Orçamentárias	321.847.333,96	
Ordinárias	27.604,50		Ordinárias	-	
Vinculadas	333.469.173,38		Vinculadas	321.847.333,96	
Educação			Educação		
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)	54.579.566,13	
Operação de Crédito			Operação de Crédito	10.483.860,86	
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais		
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		
Doações			Doações		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	333.469.173,38		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	256.783.906,97	
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos		
Demais Recursos			Demais Recursos		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-3.201.327,09				
Transferências Financeiras Recebidas	355.024.786,76		Transferências Financeiras Concedidas	289.989.319,27	
Resultantes da Execução Orçamentária	67.187.343,49		Resultantes da Execução Orçamentária	2.123.916,50	
Cota Recebida			Cota Concedida		
Repasse Recebido	65.063.426,99		Repasse Concedido		
Sub-repasse Recebido	2.123.916,50		Sub-repasse Concedido	2.123.916,50	
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferidos - Baixa		
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		
Cota Devolvida			Cota Devolvida		
Repasse Devolvido			Repasse Devolvido		
Sub-repasse Devolvido			Sub-repasse Devolvido		
Independentes da Execução Orçamentária	287.837.443,27		Independentes da Execução Orçamentária	287.865.402,77	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP			Transferências Concedidas para Pagamento de RP		
Demais Transferências Recebidas			Demais Transferências Concedidas		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	287.837.443,27		Movimento de Saldos Patrimoniais	287.865.402,77	
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS	-	
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS	-	
Recebimentos Extraorçamentários	6.772.879,13		Despesas Extraorçamentárias	15.392.098,75	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	6.352.828,59		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	14.945.388,21	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	250.381,61		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	446.710,54	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	169.668,93		Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 28000 - MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade			- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Varição Cambial			- Varição Cambial		-
Valores para Compensação			- Valores Compensados		-
Valores em Trânsito			- Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX			- Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão			- Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	169.668,93				
Saldo do Exercício Anterior	339.950.931,77		- Saldo para o Exercício Seguinte	404.815.296,47	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	339.950.931,77		- Caixa e Equivalentes de Caixa	404.815.296,47	-
TOTAL	1.032.044.048,45		- TOTAL	1.032.044.048,45	-

Anexo II – Principais sistemas de informação do INPI

Nome	Descrição/Funcionalidades	Analistas responsáveis	Responsável Negócio	Nível Criticidade (*)
AUDITAR	Sistema de controle de processos administrativos da Auditoria	Fabiano Soares	Claudio Sabatini	5
Busca WEB	Sistema responsável pela busca de dados bibliográficos dos processos e despachos publicados semanalmente na RPI	Solange Santolin	Usuário externo	3
CONJUR	Sistema de controle dos pareceres da Procuradoria do INPI	Fabiano Soares	Deoclecio Rodrigues	5
E-contratos	Sistema de petição eletrônica para contratos de transferência de tecnologia	Rhodriigo da Venda	Ana Paula Melloni	5
e-Deposito	Sistema de petição eletrônica de registro de Patentes, ambiente cliente/servidor	Marcus Vinicius	Julio Castelo Branco	3
e-Marcas	Sistema de petição eletrônica de registro de marcas.	Solange Santolin	Vinicius Bogea	5
ePec	Plataforma que possibilita o exame de pedidos de patente de forma colaborativa e síncrona entre distintos escritórios de Propriedade Industrial.	Jaime Neiva	Joao Gilberto	4
FALE CONOSCO	Sistema de abertura e registro de comunicados dos clientes para a CGCOM, que encaminha às áreas responsáveis	Fabiano Soares	Joao Alfredo Ziegler	4
GALO	Sistema de emissão de guia de recolhimento da União (GRU) em lote	Daniela Barreto	Usuário externo	3
GeraDoc	Sistema de Geração de Documentos – Cópia Oficial OMPI, Carta Patente, Certificado de DI, etc.	Marcus Vinicius	Sheila Gehrt	4
Intranet	Portal interno de serviços, informações e arquivos para os servidores e colaboradores do INPI. Utilizado para incrementar a comunicação e a produtividade no âmbito do INPI	Fabiano Soares	Marcelo Chimento	3
MEDUSA	Web Service de imagens para diversas aplicações do INPI, atendendo público interno e externo	Claudio Berrondo	CGTI	5
OUIDORIA	Sistema de abertura e registro de comunicados para a Ouvidoria do INPI. Possibilita o protocolo de denúncias, elogios, sugestões e reclamações em última instância (após passarem pelo sistema “Fale Conosco” sem solução)	Fabiano Soares	Francis Serrao	4
PAG	Sistema de emissão de Guia de recolhimento da União - GRU, controla a conciliação bancária, protocolo automatizado no recebimento dos documentos e tramite interno dos documentos	Solange Santolin	Usuário externo	5

Nome	Descrição/Funcionalidades	Analistas responsáveis	Responsável Negócio	Nível Criticidade (*)
Peticionamento Eletrônico	Sistema de Peticionamento Eletrônico de Registros, via Web (Patentes, DI, etc.)	Rhodriigo da Venda	Usuário externo	5
Portal INPI	Portal externo de serviços, informações e arquivos para os usuários do INPI.	Fabiano Soares	Marcelo Chimento	4
PUSH	Sistema para cadastro de processos por cliente, a fim de que este seja informado por e-mail toda vez que é publicado um despacho referente aos pedidos dos mesmos	Daniela Barreto	Usuário externo	1
RPI	Sistema de publicação das revistas oficiais do INPI	Pedro Calisto	CGTI	5
SIG	Sistema Web que gerencia dados de indicações Geográficas, registradas pelo INPI	Rhodriigo da Venda	Luiz Claudio Dupim	5
SINPI – CD - Controle de Documentos	Sistema que controla a movimentação física de qualquer tipo de documento que transita pelo INPI	Fabiano Soares	INPI	3
SINPI – DI – Desenho Industrial	O sistema / módulo que controla a proteção de desenho industrial, desde sua solicitação, e seus processos	Rhodriigo da Venda	Lucia Fernandes	5
SINPI – Patentes	Sistema que controla a proteção de patentes, desde sua solicitação, e seus processos, e gerencia todo o fluxo de petições	Claudio Berrondo	Julio Castelo Branco	5
SINPI – Registro de Programas de Computador	Sistema que dá entrada nos dados, cuida da tramitação dos processos, examina se os documentos enviados estão completos, emite certificado de propriedade e prepara arquivo para publicação da RPI	Rhodriigo da Venda	Claudia Torres	5
SINPI – SISCON	Sistema de controle dos processos de Contratos de Transferência de Tecnologia	Rhodriigo da Venda	Ana Paula Melloni	5
SIP	Sistema de Informação de pessoal, que gerencia dados pessoais dos servidores e colaboradores de forma integrada aos dados do SIAPE/SIGEPE	Fabiano Soares	José Luiz Costa	5
SISCAP	Sistema de Patentes, responsável pelo controle de fila e de distribuição entre examinadores, além do controle de produção	Daniela Barreto	Daniel Golodne	5
SISGD	Sistema que avalia o desempenho dos servidores do INPI, para fins de progressão e promoção	Fabiano Soares	Cristiane Maia	5

Fonte: INPI/CGTI/COSIS

(*) varia do menos crítico -1- ao mais crítico -5-

Anexo III – Treinamentos realizados em 2015

SERVIDOR	EVENTO	C.H. TOTAL	INSTITUIÇÃO PROMOTORA
ADILSON RICARDO DA SILVA	GESTÃO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	35	ENAP
	NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - MOD I - TURMA I	8	INPI
	NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - MOD II - TURMA I	8	INPI
	PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DE FORNECEDORES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	63	ENAP
	PLANEJAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	35	ENAP
BEATRIZ NASCIMENTO CASTELO BRANCO	ENAPID 2015 - PLENÁRIA DO VIII ENCONTRO ACADÊMICO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	8	INPI
DANIEL DRUMOND AUGUSTO	PROAMB - SEMANA DE AMBIENTAÇÃO	40	INPI
DANIELA BARRETO SILVA	DL101P BR - CURSO GERAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	75	OMPI
	ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	40	ILB
	IN 04 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES EM TI	32	INPI
	LEGISLAÇÃO APLICADA À LOGÍSTICA DE SUPRIMENTOS	30	ENAP
	NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - MOD I - TURMA I	8	INPI
	NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - MOD II - TURMA I	8	INPI
	ORÇAMENTO PÚBLICO: CONCEITOS BÁSICOS	30	ENAP
	PROAMB - SEMANA DE AMBIENTAÇÃO	40	INPI
DANUSA DANTAS BASTILHO COELHO	IN 04 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES EM TI	32	INPI
DIEGO COSTA MACHADO	IN 04 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES EM TI	32	INPI

SERVIDOR	EVENTO	C.H. TOTAL	INSTITUIÇÃO PROMOTORA
DILSON MENEZES DOS SANTOS	1ª OFICINA DE SIC 2015 - METODOLOGIA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES	3	DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES
	IN 04 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES EM TI	32	INPI
DOMINGOS FRUTUOSO DE GUSMAO NETO	IN 04 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES EM TI	32	INPI
DOUGLAS MARCELO DANTAS DO AMARAL	16º FÓRUM INTERNACIONAL SOFTWARE LIVRE - FISL 16	40	ASL - ASSOCIAÇÃO SOFTWARE LIVRE
	CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA INFRAESTRUTURA DO PORTAL PROSUR	24	INPI
	CONHECENDO O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO	20	ILB
	ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	40	ILB
	IN 04 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES EM TI	32	INPI
	INTRODUÇÃO A GESTÃO DE PROJETOS	20	ENAP
FLAVIO MORETTI	PROAMB - SEMANA DE AMBIENTAÇÃO	40	INPI
	COMO EVITAR AS PRINCIPAIS FALHAS DE CONTAGEM DE PONTOS DE FUNÇÃO NOS CONTRATOS DE SOFTWARE	4	SLTI/MP
GILBERTO DO VALE DE LIMA	IN 04 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES EM TI	32	INPI
	CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA INFRAESTRUTURA DO PORTAL PROSUR	24	INPI
HELENA ACACIO SANTINI PEREIRA	IN 04 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES EM TI	32	INPI
	CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA INFRAESTRUTURA DO PORTAL PROSUR	24	INPI

SERVIDOR	EVENTO	C.H. TOTAL	INSTITUIÇÃO PROMOTORA
HELMAR ALVARES	SEMINÁRIO CONTROLE EXTERNO EM AÇÃO: PRESENTE E FUTURO DA FISCALIZAÇÃO DE TI	8	TCU
JAIME NEIVA MIRANDA DE SOUZA	CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA INFRAESTRUTURA DO PORTAL PROSUR	24	INPI
	CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIDOR PÚBLICO	2	INPI
MARGARETE SILVA ARAUJO	CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIDOR PÚBLICO	2	INPI
	IN 04 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES EM TI	32	INPI
MARINA RIBEIRO CEZAR	IN 04 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES EM TI	32	INPI
NATALIA PACHECO RIBEIRO	IN 04 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES EM TI	32	INPI
PEDRO CALISTO LUPPI MONTEIRO JUNIOR	CONHECENDO O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO	20	ILB
	ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	40	ILB
	EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO	20	ILB
	IN 04 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES EM TI	32	INPI
	LEGISLAÇÃO APLICADA À LOGÍSTICA DE SUPRIMENTOS	30	ENAP
	ORÇAMENTO PÚBLICO: CONCEITOS BÁSICOS	30	ENAP
	PROAMB - SEMANA DE AMBIENTAÇÃO	40	INPI
POLIANA AGATA DOS SANTOS RAIMUNDO	IN 04 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES EM TI	32	INPI
RAFAEL BANDEIRA BOABAID REGO	IN 04 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES EM TI	32	INPI
RAFAEL DE SANT ANNA CORREA NUNES	CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA INFRAESTRUTURA DO PORTAL PROSUR	24	INPI
	GESTÃO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	35	ENAP
	IN 04 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES EM TI	32	INPI
	PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DE FORNECEDORES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	63	ENAP
	PLANEJAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	35	ENAP
RAFAEL JOSE NEVES DOS SANTOS	IN 04 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES EM TI	32	INPI
RONY DO ESPIRITO SANTO BAPTISTA	IN 04 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES EM TI	32	INPI

SERVIDOR	EVENTO	C.H. TOTAL	INSTITUIÇÃO PROMOTORA
TAMI DE ALMEIDA VELLOSO	IN 04 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES EM TI	32	INPI
VINICIUS DE SOUSA MACHADO *	ADMINISTRAÇÃO DE PROJETOS PÚBLICOS	150	-
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	280	CURSOS VIRTUAIS.NET
	GESTÃO ESTRATÉGICA DE TI - ITIL	42	ESCOLA VIRTUAL FUNDAÇÃO BRADESCO
	DL101P BR - CURSO GERAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	75	OMPI
	ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	40	ILB
	EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO	20	ILB
	FUNDAMENTOS DA GESTÃO DE TI	5	FGV ONLINE
	GESTÃO DE CONTRATOS DE TI	30	ENAP
	INTRODUÇÃO A GESTÃO DE PROJETOS	20	ENAP
	LEGISLAÇÃO APLICADA À LOGÍSTICA DE SUPRIMENTOS	30	ENAP
	ORÇAMENTO PÚBLICO: CONCEITOS BÁSICOS	30	ENAP
	POR QUAL MOTIVO ALGUMAS PESSOAS TÊM SUCESSO E OUTRAS NÃO	1	INPI

Fonte: INPI/DIRAD/CGRH/CETEC

* Servidor ingressou no INPI em 01/06/2015. Há cursos iniciados antes do ingresso no órgão.

Anexo IV – Projetos desenvolvidos pela COSIS em 2015

Projeto	Ação	Qtd demandas internas	Qtd demandas fábrica de sw	Qtd demandas em garantia	Custo Servidores (R\$)	Custo Analistas de Negócio (R\$)	Custo Métricas e Qualidade (R\$)	Custo Fábrica de Software – Ponto Função (R\$)	Custo Fábrica de Software (R\$)	Custo total (R\$)
M1 Implantar IPAS	Absorção completa do sistema IPAS	0	0	0	-	-	-	-	-	-
M10 Gestão Institucional	Implantar novo Portal com acessibilidade (e-MAG)	4	2	0	300,48	400,24	1.500,43	6,00	3.050,88	5.252,03
M10 Gestão Institucional	Implementação do novo Portal	0	0	0	-	-	-	-	-	-
M10 Gestão Institucional	Garantir manutenção da solução SIGINPI	0	0	0	-	-	-	-	-	-
M10 Gestão Institucional	Desenvolvimento do Formulário de Restituição de taxas	0	3	0	150,24	200,12	2.250,64	6,30	3.203,42	5.804,43
M10 Gestão Institucional	Desenvolvimento software de gestão para DIRMA	2	21	0	1.151,83	1.534,26	15.754,50	133,60	67.932,93	86.373,53
M2 Implantar nova versão do e-Marcas	Desenvolver projeto de disponibilização de certificado de registro de marca via Web	0	1	0	50,08	66,71	750,21	5,40	2.745,79	3.612,79
M2 Implantar nova versão do e-Marcas	Aprimorar o sistema de disponibilização de documentos eletrônicos para o público externo	1	2	0	150,24	200,12	1.500,43	11,40	5.796,67	7.647,46
M3 Implantar o e-Patentes	Desenvolvimento novo Formulário Eletrônico de Patentes	0	37	1	1.903,03	2.534,87	33.906,03	173,90	88.424,67	126.768,60

Projeto	Ação	Qtd demandas internas	Qtd demandas fábrica de sw	Qtd demandas em garantia	Custo Servidores (R\$)	Custo Analistas de Negócio (R\$)	Custo Métricas e Qualidade (R\$)	Custo Fábrica de Software – Ponto Função (R\$)	Custo Fábrica de Software (R\$)	Custo total (R\$)
M4 Implantar o e-contratos	Implementar e-Contratos, Fase I, Formulário eletrônico	6	39	0	2.253,59	3.001,82	29.258,36	228,25	116.060,56	150.574,33
M4 Implantar o e-contratos	Implementar Pesquisa Web para publicações de Contratos	0	0	0	-	-	-	-	-	-
M5 Implantar o e-registros	Desenvolvimento do Formulário de DI	0	16	1	851,36	1.134,02	18.151,53	215,60	109.628,29	129.765,19
M5 Implantar o e-registros	Implementar sistema de depósito eletrônico de Desenho Industrial	0	0	0	-	-	-	-	-	-
M6 Implantar o e-Cedin	Disponibilizar para os usuários externos a visualização dos documentos de Patentes já digitalizados e indexados	0	4	0	200,32	266,83	3.000,86	19,80	10.067,90	13.535,91
M8 Implantar sistema integrado de administração e capacitação de pessoal	Aperfeiçoar o SISGD para a emissão de relatórios de checagem e gerencial	2	16	1	951,52	1.267,43	18.151,53	148,70	75.610,98	95.981,45
M9 Provimento de estrutura de TI para disseminação de PI	Piloto para a troca de documentos ST66 entre INPI e OAMI	0	3	0	150,24	200,12	2.250,64	29,50	15.000,16	17.601,16

Fonte: INPI/CGTI/COSIS